

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**JENIFFER ELEN DA SILVA**

**ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS DOS VERBOS DA LÍNGUA**  
**OFAYÉ**

**TRÊS LAGOAS**

**2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JENIFFER ELEN DA SILVA**

**ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS DOS VERBOS NA LÍNGUA**

**OFAYÉ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras/Área de Concentração: Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Câmpus de Três Lagoas, como requisito final para obtenção de título de Mestre em Letras.

**Orientador: Prof. Dr. Rogério Vicente Ferreira**

**TRÊS LAGOAS**

**2012**

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rogério Vicente Ferreira- (UFMS/CPTL) - Presidente

---

Prof. Dra. Rosane de Sá Amado – (USP)- Titular

---

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza – (UFMS/CPTL)-Titular

Três Lagoas-MS, 02 de abril de 2012.

À comunidade ofayé, em especial, Marilda de Souza (Shartân); a meus pais, Otávio Francisco da Silva e Gessi Ribeiro da Silva, pelo apoio incondicional; e a todas as pessoas que sempre me incentivaram, contribuindo positivamente para a elaboração deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio à pesquisa com bolsa de estudo concedida durante o curso de Mestrado.

A pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação (PROPP), em nome do Prof. Dr. Dercir Pedro de Oliveira.

À informante ofayé Marilda de Souza (Shartän) e ao Grupo Ofayé de Brasilândia (MS), sem os quais esta pesquisa não seria possível.

Aos meus professores do Programa de Mestrado em Letras da UFMS/CPTL, que possibilitaram reflexões ao longo da minha formação, com destaque especial ao prof. Rogério Vicente Ferreira, que foi extremamente exigente, ouviu minhas lamentações, aconselhou-me diversas vezes e acreditou mais em mim do que eu mesma conseguia acreditar; ao prof. Edson Rosa F. de Souza, pela demonstração de amor a sua profissão a todo instante, pelas horas dedicadas a mostrar-me diversas possibilidades de desenvolver a minha pesquisa, e, por último, mas não menos importante, à profa. Marlene Durigan, pela preciosa contribuição que antecedeu toda minha trajetória acadêmica.

Ao antropólogo Carlos Alberto dos Santos Dutra (Carlito), pelas informações sobre suas experiências pessoais e trabalhos referentes ao povo ofayé, além da disponibilização de materiais de outros autores, que foram imprescindíveis para o primeiro capítulo deste trabalho.

À coordenação e secretaria da Pós-Graduação, especialmente ao secretário Claudionor Messias da Silva e à Camila Tonani de Oliveira Melo.

Aos meus amigos, Adriana Viana Postigo, Camila André, Lucimara Costa, Lilian Ayres, Michela Mitiko, Samuel Carlos Melo e Thiago Bonfim, que me apoiaram durante esse longo processo, colaborando direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

A minha família, pelo amor, carinho e respeito nos momentos mais difíceis de minha vida acadêmica.

A Deus, por tudo que tem sido (e sempre será) na minha vida.

*“Quando falamos uma língua sabemos muito mais do que aquilo que aprendemos”*

*Noam Chomsky*

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar uma descrição morfosintática dos verbos da língua ofayé, que pertence ao tronco Macro-Jê e faz parte da família também denominada Ofayé (RODRIGUES, 1986). A análise dos dados de coletas foi realizada diretamente com uma informante Ofayé. Os postulados teóricos que utilizamos para metodologia de campo e para análise são, respectivamente, de: Samarin (1967) e Kibrik (1977); Comrie (1976; 1995), Lyons (1979), Bhat (1999), Payne (1997), Givón (2001), Dall’Aglío-Hattner (2001), Gonçalves (2007), Shopen (2007), entre outros. As etapas principais deste trabalho são: a) pesquisa bibliográfica sobre o povo e a língua ofayé (trabalhos antropológicos e linguísticos); b) revisão de bibliografia sobre as questões que envolvem a classe dos verbos; c) realização da coleta de dados, por meio de entrevista e aplicação de questionários junto à informante ofayé; d) análise dos dados coletados; e) elaboração da dissertação. Constata-se que a língua ofayé segue a ordem comum das línguas pertencentes ao tronco linguístico Macro-jê (SOV); também encontramos verbos que podem ser classificados, conforme o número de argumentos, em transitivos, intransitivos e bitransitivos; discutimos as categorias de Tempo/Aspecto/Modo (TAM), mostrando que, em ofayé, a distinção presente/passado não é marcada morfologicamente, porém há uma distinção temporal entre passados, sendo {wi:ha}, para passado mais imediato, e {wi:ha} para passado mais distante. Para indicar o futuro, encontramos a partícula {-kre ~ gre} nas sentenças. Quanto ao aspecto, identificamos a presença de alguns morfemas que marcam o aspecto perfectivo e imperfectivo. Discutimos os modos interrogativo e o imperativo. Com isso, espera-se ampliar o conhecimento acerca da língua ofayé, contribuindo para os estudos científicos das línguas indígenas no Brasil.

**Palavras-Chave:** Morfosintaxe. Verbos. Língua ofayé.

## **ABSTRACT**

*This research aims to present a morphosyntactic description of verbs on the language ofayé, which belongs to the family also called ofayé, from the Macro-Jê branch. The analysis of data was taken directly from an ofayé informant. The theory postulates that we use for field methodology and analysis are respectively: Samarin (1967), Kibrik (1977), Comrie (1976; 1995), Lyons (1979), Bhat (1999), Payne (1997), Givón (2001), Dall’Aglia-Hattner (2001), Gonçalves (2007), Shopen (2007), among others. The main steps of this work are: a) literature on the people ofayé and language (anthropological and linguistic studies), b) review the literature on class issues surrounding verbal; c) analysis of data collected; e) preparation of the dissertation. It appears that the ofayé language follows the common order of the languages belonging to the linguistic Macro-Jê branch (SOV); also found that verbs can be classified according to the number of arguments in transitive, intransitive and ditransitive. We discussed the categories of tense/aspect/ mode (TAM), showing that in ofayé the distinction present/past is not morphologically marked, but there is a temporal distinction between past: {wi:ha} to indicate “more immediate past and {wi:ha} to the “more distant past”. To indicate the future, we find the particle {-kre ~ gre} to indicate the future tense in sentences. For the issue, we identified the presence of some morphemes that mark the imperfective and perfective aspect. We discuss the ways interrogative and imperative. Thus, we expect to expand the knowledge about language ofayé, contributing to the scientific studies of indigenous languages in Brazil.*

**Keywords:** Morphosyntax. Verbs. Ofayé Language.

## LISTA DE ABREVIATURAS

1p.sg.	Primeira Pessoa Singular	hab.	habitual
1p.pl	Primeira Pessoa Plural	inac.	Inacabado
1p.poss.	Primeira Pessoa Possessivo	inex.	Inexistente
2p.sg.	Segunda Pessoa Singular	INF.	Infinitivo
3p.	Terceira Pessoa	Loc.	Locativo
3p.sg.	Terceira Pessoa Singular	m.t.n.	Marca Temporal Narrativa
3p.pl.	Terceira Pessoa Plural	neg.	Negação
A1	Argumento externo um	O.	Objeto
A2	Argumento interno dois	O1	Objeto 1
A3	Argumento interno três	O2.	Objeto 2
adv.lg.	Advérbio de Lugar	PERF.	Perfectivo
Concl.	Concluso	PD	Passado distante
Compl.	Completivo	PI	Passado imediato
Cont.	Contínuo	POSP.	Posposição
decl.	Declarativo	S.	Sujeito
ex.	Exemplo	V.	verb
enf.pass.	Ênfase no Passado	vb.aux.	Verbo auxiliar
FUT.	Futuro	vb.exist.	Verbo existencial

## LISTA DE SIGLAS

SIL.	<i>Summer Institute of Linguistics</i>
SPI.	Serviço de Proteção ao Índio
UNESCO.	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
CESP.	Companhia Elétrica do Estado de São Paulo
cf.	Conferir
CIMI.	Conselho Indigenista Missionário
FUNAI.	Fundação nacional do Índio
FUNASA.	Fundação Nacional da Saúde

## LISTA DE TABELAS

TABELA Nº 1: Verbos de percepção em português-----	56
TABELA Nº 2: Verbos no infinitivo-----	84
TABELA Nº 3: Verbos (sem o morfema {-gε}) -----	84
TABELA Nº 4: Organização dos morfemas temporais em ofayé -----	93
TABELA Nº 5: Os morfemas aspectuais em ofayé-----	94
TABELA Nº 6: Verbos de percepção em ofayé-----	104

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA Nº 1: Concentração de línguas no Brasil segundo grau de ameaça -----	24
FIGURA Nº 2: Tronco Macro-jê -----	26
FIGURA Nº 3: Território e aldeamentos ofayé-----	33
FIGURA Nº 4: Representação dos tipos de EsCo-----	46
FIGURA Nº 5: Representação do tempo -----	61
FIGURA Nº 6: Distinção entre passado e não passado e entre futuro e não futuro -	61
FIGURA Nº 7: Representação do tempo em ofayé: distinção de passado-----	89

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I. O POVO E LÍNGUA OFAYÉ	17
1.1 Uma visão geral das línguas indígenas brasileiras	17
1.1.1 Assimilação linguística: breves reflexões	19
1.2 Línguas em extinção	22
1.3 Línguas Macro-Jê	25
1.4 O povo ofayé: histórico	26
1.4.1 As condições atuais do povo ofayé	31
1.4.2 A língua ofayé	34
CAPÍTULO II. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
2.1 Pressupostos teóricos	40
2.2 Metodologia do trabalho de campo	41
2.2.1 A escolha do informante	43
CAPÍTULO III. O VERBO: UM ESTUDO SEMÂNTICO E MORFOSSINTÁTICO	44
3.1 Princípios teóricos	44
3.2 Critérios de classificação	45
3.2.1 Critério semântico	45
3.2.1.1 Funções semânticas expressas pelos termos argumentais	47
3.2.2 critério morfossintático	50
3.3 Os verbos: aspectos morfossintáticos	51
3.3.1 A valência dos verbos	51
3.3.1.1 Os verbos de valência 1	53
3.3.1.2 Os verbos de valência 2	53
3.3.1.3 Os verbos de valência 3	54
3.3.1.4 Os verbos de valência 4	54
3.3.2 Verbos auxiliares	55
3.3.3 Verbos de percepção	56
3.3.4 Verbos existenciais	58
3.3.5 Verbos copulativos	59

3.4 Tempo, aspecto e modo (TAM) -----	60
3.4.1 Tempo-----	60
3.4.2 Aspecto: conceito e algumas noções -----	63
3.4.3 Modo-----	66

#### CAPÍTULO IV. A MORFOSSINTAXE DOS VERBOS EM OFAYÉ E

ALGUMAS REFLEXÕES SEMÂNTICAS -----	70
4.1 Algumas características semânticas dos verbos em ofayé-----	70
4.2 Caracterização morfosintática dos verbos em ofayé -----	73
4.2.1 O verbo {ϕwa} auxiliar,existencial e/ou copular? -----	73
4.2.2 O verbo auxiliar {kəw} -----	76
4.2.3 Os verbos como formas supletivas -----	77
4.2.4 Verbos descritivos-----	82
4.2.5 O marcador de infinitivo {-gε} -----	83
4.2.6 Questões de ordem de palavras e valência verbal -----	85
4.2.6.1 Verbos de valência 1 (intransitivos)-----	85
4.2.6.2 Verbos de valência 2 (transitivos bivalentes) -----	86
4.2.6.3 Verbos de valência 3 (transitivos trivalentes)-----	87
4.2.7 O tempo em ofayé-----	88
4.2.7.1 A distinção temporal: {wĩha} e {wĩ:ha} -----	88
4.2.7.2 Marcação de futuro: {-kre ~ gre} -----	92
4.2.8 O aspecto em ofayé -----	93
4.2.8.1 O aspecto conclusivo {wĩ} -----	94
4.2.8.2 Aspecto inacabado {iare} -----	95
4.2.8.3 Aspecto completivo {-nə} -----	95
4.2.8.4 Aspecto contínuo {-gəɳə}-----	96
4.2.8.5 Aspecto habitual {-ko/-tə} -----	97
4.2.9 modo em ofayé-----	98
4.2.9.1 O interrogativo -----	98
4.2.9.2 O imperativo-----	98

CAPÍTULO V. VERBOS DE PERCEPÇÃO EM OFAYÉ: ALGUMAS REFLEXÕES SEMÂNTICAS-----	101
5.1 Apresentação geral dos verbos de percepção em ofayé-----	103
5.1.1 A partícula evidencial {ohtə} -----	105
5.1.2 O verbo de percepção visual {-gi~ -ki} -----	106
5.1.3 O verbo de percepção {-hi} -----	107
5.1.4 O verbo {-ɸwaj} -----	108
5.1.5 Os verbos {nəgəŋʃi} e {əgəiaha} -----	110
5.1.6 Algumas considerações sobre os sentidos tato e paladar -----	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	113
REFERÊNCIAS -----	116
ANEXO -----	123

## INTRODUÇÃO

Ao tratarmos de línguas indígenas, é evidente que temos um imenso campo de estudo ainda pouco explorado. Assim, segundo Mori (2010, p. 10), para que se possa compreender de fato a linguagem humana, os estudos linguísticos não se podem deter apenas na busca de propriedades de uma única língua ou em um grupo restrito, pois “quanto mais línguas se conheçam maior será nosso conhecimento da linguagem humana”. Ao descrever as propriedades de todos os níveis linguísticos (fonológicos, fonéticos, morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos, discursivos e lexicográficos), é possível realizarmos um estudo tipológico para detectar as semelhanças e diferenças entre as línguas.

O autor ressalta que, na Linguística, ainda são muito expressivos os estudos em relação apenas às línguas do tronco indo-europeu e que certos modelos teóricos, como a gramática gerativa, tomam como base as estruturas do idioma inglês, razões por que os estudos das línguas indígenas necessitam de adaptações dos modelos existentes. Ainda são poucos os estudos científicos sobre as línguas indígenas de modo geral, uma vez que não se tem consciência da importância desse tipo de pesquisa na formação dos linguistas, tanto por parte das universidades brasileiras quanto por parte dos alunos, que, muitas vezes, não demonstram interesse por disciplinas oferecidas sobre essas línguas.

A importância e urgência de trabalhos voltados à documentação das línguas indígenas também emergem da redução do número dessas línguas, pois, segundo Rodrigues (1993, p.36), “a redução de 1200 para 180 línguas indígenas nos últimos 500 anos foi efeito de um processo colonizador extremamente violento e continuado, o qual ainda perdura”. Ao se perderem as línguas, uma variedade de conhecimentos necessários para ampliar os estudos da linguagem humana se perde também.

A realização desta pesquisa enquadra-se nas preocupações atuais em relação às línguas indígenas ameaçadas de extinção, uma vez que, segundo dados da UNESCO (2009) a língua ofayé já se encontra em vias de desaparecer. Sendo assim, uma razão relevante para este estudo é a situação atual da língua, pois, conforme Rodrigues (1986, p.10), “cada nova língua que se estuda traz novas contribuições à linguística”.

Apesar da contribuição linguística, ressalta-se que os interesses dos linguistas não sejam apenas acadêmicos, uma vez que é preciso levar em conta, sobretudo, os interesses dos falantes dessas línguas, conforme aponta Mori (2010 p. 9-10):

Em suma, os linguistas têm como desafio principal o de aprofundar os estudos com objetivo de evitar, por um lado, que as línguas indígenas desapareçam sem terem sido documentadas e, pelo outro, que as diferentes sociedades indígenas disponham de materiais necessários para levar adiante o processo de revitalização de suas línguas e no desenvolvimento de programas de educação intercultural. Uma educação que considere como fonte principal o uso de suas línguas maternas. Trabalhos hiper teóricos direcionados apenas para ressaltar o ego do pesquisador ou para enfeitar os arquivos e bibliotecas são, no momento atual, de pouca utilidade para os falantes das diversas línguas indígenas.

Diante disso, realizamos a análise e a interpretação dos dados linguísticos coletados, em ofayé, a fim de identificar e descrever os verbos dessa língua, além de alguns subsistemas de morfologia que podem aglomerar-se em torno deles.

No capítulo I, *O povo e a língua ofayé*, trazemos, inicialmente, informações gerais sobre a situação das línguas indígenas do Brasil, ressaltando a questão da assimilação cultural que concorreu para o agravamento do problema da extinção das línguas indígenas. Apresentamos também a constituição do tronco Macro-jê, no qual a língua ofayé está inserida. Em seguida, mostramos os antecedentes, relatando alguns fatos da história do povo ofayé. Posteriormente, apontamos para a situação atual dessa comunidade, localizada próximo à cidade de Brasilândia (MS), em uma área que, segundo Oliveira (2006), possui 1144 hectares, divididos em duas aldeias. Nelas habitam 105 indivíduos, sendo 60 ofayé e os demais pertencentes a outras etnias. Seguimos, na seção 1.4.2, discutindo sobre a situação da língua ofayé até os dias atuais, ressaltando que, por contar com apenas 9 falantes, a língua encontra-se em vias de extinção.

O capítulo II, *Procedimentos metodológicos*, apresentamos todo o material consultado em nossa pesquisa, destacando os trabalhos de antropologia e descrição linguística utilizados, tais como Nimuendajú (1932), Ribeiro (1951), Dutra (1996), Borgonha (2006), Câmara Junior (1959), Rodrigues (1986), Teixeira (1995), Seki (2000), Givón (1984), Payne (1997), Comrie (1976), entre outros. Ao apresentarmos a metodologia de campo, discutimos, à luz dos pressupostos teóricos de Samarin (1967), Kibrik (1977), Abbi (2001), Bower (2008), entre outros autores, o que é o trabalho de campo, sua importância e os procedimentos recomendados.

Já no capítulo III, *O verbo: Um estudo semântico e morfossintático*, apresentam-se definições e conceitos de termos que serão empregados durante o trabalho para que se possam

compreender os fenômenos que ocorrem (ou não) na língua ofayé. Além disso, mostra-se os critérios de classificação dos tipos de verbos, além de discutirmos a questão da valência verbal e os subsistemas Tempo, Aspecto e Modo (TAM) que os envolvem.

No capítulo IV, *A semântica e a morfossintaxe dos verbos em ofayé*, apresentamos a análise, sobretudo, as características semânticas e morfossintáticas, ressaltando os tipos de verbos em ofayé e como as categorias de Tempo, Aspecto e Modo são codificadas na língua.

Já no capítulo V, *Verbos de percepção em ofayé*: algumas reflexões semânticas, mostramos uma breve reflexão sobre os verbos de percepção – que expressam os sentidos de visão, audição, paladar, tato e olfato – encontrados em nossos dados. Verificamos também algumas características dos predicados e os tipos de complementos que tais verbos aceitam.

Assim, por meio de uma descrição e análise dos aspectos semânticos e morfossintáticos da língua ofayé, objetiva-se proporcionar conhecimento e a documentação da língua ofayé, buscando contribuir para ampliar e enriquecer os estudos já realizados sobre a mesma.

## CAPÍTULO I

### O POVO E A LÍNGUA OFAYÉ

Antes de relatarmos a história do povo e da língua ofayé, apresentamos um panorama geral das línguas indígenas brasileiras, mostrando que o processo de assimilação linguística foi um dos fatores que impediram que o índio, durante anos, pudesse usar seus respectivos idiomas nativos. Em seguida, discutimos sobre a questão das línguas em extinção e posteriormente apresentamos as línguas macro-jê, uma vez que a língua ofayé faz parte deste tronco linguístico. Nas seções seguintes, mostramos a história do povo, da língua, bem como a situação atual da comunidade e dos índios falantes de ofayé.

#### **1.1 Uma visão geral das línguas indígenas brasileiras**

O que nos difere de outros seres vivos é a linguagem e, por essa razão, o conhecimento sobre língua/linguagem é algo que desperta a curiosidade intelectual dos mais diversos estudiosos.

A língua está em constante transformação, pois é viva e dinâmica, acompanhando as mudanças sociais e deixando-se influenciar pelo cotidiano e pelo surgimento de novos vocábulos, os neologismos, como recursos para expressar melhor o jeito de ser e pensar de um povo ou para referir-se a novos objetos ou novos sentidos. No decorrer do tempo, os indivíduos de uma mesma comunidade necessitam de certos ajustes para facilitar a comunicação, porém, conforme Rodrigues (1986, p.18), quando as vicissitudes de uma determinada comunidade ocasionam sua divisão em duas ou mais “subcomunidades ou novas comunidades”, há uma redução no contato entre as pessoas e, conseqüentemente, ocorre uma diminuição da necessidade de realizar ajustes, aumentando a diferença linguística entre os “grupos humanos correspondentes”.

Como podemos notar, o surgimento dessas novas comunidades aumenta o distanciamento geográfico de tal modo que as línguas tornam-se cada vez mais independentes uma das outras, desenvolvendo, assim, suas próprias combinações fonéticas, fonológicas, morfológicas e sintáticas.

A diversidade das línguas indígenas no Brasil pode ser atribuída ao isolacionismo que viveram e que preservou características que “já serviram de base para importantes reformulações teóricas” (TEIXEIRA, 1995, p. 292), contribuindo para que estudiosos revissem questões de linguagem.

O primeiro contato com o povo Tupi e suas línguas ocorreu com a chegada dos portugueses e, com isso, esta se tornou a língua mais estudada nos primeiros anos de colonização. Dentre os materiais linguísticos elaborados pelos missionários, destaca-se o de Padre Anchieta, que, em 1595, publicou a gramática Tupi, denominada *Arte de Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil*<sup>1</sup>. As informações sobre as línguas não Tupi só começaram a aparecer no século XIX. Apesar de serem listas lexicais que, segundo Seki (2000, p. 236), possuíam raras descrições gramaticais, com transcrições regulares e impressionistas, ressalta-se a importância deste trabalho, considerando seu caráter pioneiro.

Os primeiros estudos realizados sobre as línguas indígenas brasileiras não visavam à importância da língua em si, pois se observam, entre os materiais desse período, características básicas que demonstram a superficialidade das transcrições. As preocupações eram outras: aproximação e dominação dos índios. Conforme aponta Câmara Jr (1965 *apud* SEKI, 1999, p. 261), essas características são: referir-se apenas à língua Tupi<sup>2</sup>; demonstrar interesse em estabelecer comunicação com os nativos, promovendo a catequese; analisar a língua com base em gramáticas elaboradas para as línguas latinas (deixavam de lado o que não se encaixava no modelo da gramática latina).

O desenvolvimento científico dos estudos das línguas indígenas brasileiras surgiu nos anos 1930, mas a implantação da Linguística como ciência ocorreu apenas nos anos 1960, quando se instaura, no país, a linguística estruturalista, com a atuação de Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Apesar da vinda do *Summer Institute of Linguistics* (SIL) ao Brasil, uma instituição missionária de caráter acadêmico, ter desenvolvido vários trabalhos importantes, foi um período considerado, segundo Seki (1999), de pouca produtividade científica, já que, a propagação da ideia falsa de que as línguas do nosso país já estavam sendo estudadas por

---

<sup>1</sup> Título original: *Arte de Grammatica da lingoa mais falada na costa do Brasil*.

<sup>2</sup> Os missionários hostilizavam as outras línguas, uma vez que a aprendizagem do Tupi era uma forma de suprimir o problema de comunicação e atingir o objetivo religioso.

linguistas competentes causou o desinteresse de estudantes iniciantes por ingressar nessa área e até mesmo de outros pesquisadores estrangeiros.

Apenas a partir das décadas de 1970 e 1980 houve um avanço considerável para a formação dos estudos linguísticos no Brasil, o que se evidencia, segundo Seki (1999, p.266), “pelo número de teses e dissertações defendidas e pelo significativo aumento de publicações”.

Nos anos 1980, começa a ter avanços nos estudos tipológicos. O linguista Aryon Rodrigues inicia este tipo de estudo, assim a língua passa a ser investigada por meio de estudos históricos e comparativos. O SIL, ainda que com trabalhos questionados por diversos pesquisadores, forneceu muitas produções de vocabulários e materiais didáticos em línguas indígenas, o que proporcionou a documentação de diversas línguas já extintas.

Além da contribuição científica, a pesquisa em línguas indígenas proporciona conhecimento cultural das experiências, saberes e visões de mundo por parte de um povo, questões que possuem imensurável valor cultural e social, e não meramente lingüístico.

### **1.1.1 Assimilação linguística: breves reflexões**

Segundo Evangelista (2004, p. 13), a história indígena no Brasil foi marcada por um comportamento, por parte da legislação indígena do Brasil, de integração dos “gentios” à sociedade. Para garantir a permanência da colônia, os índios sofriam com a imposição de costumes e assimilação europeia. Além das questões culturais, fatores como as doenças, massacres e a escravidão causaram o desaparecimento de diversos grupos indígenas. Com a parceria dos interesses políticos e religiosos, a educação escolar indígena procurava a catequização e integração dos povos indígenas à sociedade ocidental, ignorando as diferenças culturais e linguísticas. Chaui (1994, p. 12) comenta sobre essa questão:

Durante os últimos 500 anos, a América não cessou de oscilar entre as duas imagens brancas dos índios e, nos dois casos, as gentes e as culturas só puderam aparecer filtradas pelas lentes da bondade ou da barbárie originária. Cegos e surdos para a diferença cultural (no sentido amplo deste termo), os pós-colombinos e pós-cabralinos realizaram a obra da dominação, mesmo quando julgaram que faziam o contrário, desejosos de aumentar o rebanho do povo de Deus ou os cidadãos da sociedade moderna. Entre os efeitos dessa obra - colonização, evangelização, escravidão, aculturação, extermínio - destaca-se um: a certeza de que os povos indígenas pertencem ao passado das Américas e ao passado do Brasil.

A ausência de imparcialidade no olhar dos “brancos” (não índios) levou-os a julgar os indígenas segundo valores de uma sociedade europeia, com suas crenças, ideologias, ambições, enfim, mesmo com um discurso de “fazer o bem”, realizando a propagação da fé cristã, os efeitos desse processo foram devastadores.

Segundo Schaden (1969, p. 195), “a bilateralidade do processo aculturativo não favoreceu a princípio a cultura dos adventícios a ponto de facultar a estes a imposição incontestada de seu idioma, ainda que de forma corrupta”.

Para a realização da obra de dominação, a alternativa mais simples e natural encontrada era a adoção da língua indígena mais utilizada na costa Brasil, o tupinambá, a língua escolhida pelos jesuítas nas catequeses, tornando-se, de certa forma, a Língua Geral Brasileira, em virtude do uso em diversos núcleos da colonização. Até o século XVIII, todos os jesuítas do Brasil deveriam aprender esse idioma e usá-lo na catequese. Essa língua serviria apenas como um caminho à aprendizagem da língua portuguesa e dos costumes europeus e, por essa razão, tal língua influenciou o português, uma vez que encontramos palavras de origem tupinambá (tupi antigo) na fauna, flora e na toponímia (nome de lugares). Em muitas comunidades indígenas, a Língua Geral foi um meio de comunicação que chegou a substituir (total ou parcialmente) a própria língua materna. Essa foi uma situação linguística que influenciou muito o português brasileiro.

Schaden (1969) afirma que após séculos de aprendizagem do tupinambá, o governo proibiu o uso desse idioma tão usado pela população luso-brasileira e intensificou as relações econômicas com o aproveitamento da mão de obra em fazendas e indústrias, fazendo com que, segundo o autor, (idem, p. 200), “o bilinguismo se impusesse como novo aspecto da situação interétnica”.

Atualmente, a questão do bilinguismo já não está relacionada há algo imposto aos grupos indígenas, considerando que muitos podem querer aprender outra língua. Por exemplo, Na língua ofayé, a maioria é falante da língua portuguesa e podemos notar a influência desta língua à língua materna.

A ordem sintática básica do ofayé é SOV, padrão das línguas pertencentes ao tronco linguístico Macro-jê (cf. 1.3), porém nota-se, em nossa pesquisa, que, em determinados momentos, a informante demonstrou confusão, realizando construções na ordem básica do português (SVO), como podemos notar no exemplo abaixo:

- 1.
- |                            |       |               |
|----------------------------|-------|---------------|
| S                          | V     | O             |
| te-                        | -ho   | -okeʃagn      |
| 2p.sg.                     | comer | carne de vaca |
| “Você comeu carne de vaca” |       |               |

Na coleta seguinte, a informante realiza a mesma sentença com a ordem padrão da língua ofayé, o que reforça a questão da influência do português na língua:

- 2.
- |                            |               |             |
|----------------------------|---------------|-------------|
| S                          | O             | V           |
| te                         | okeʃagn-      | -ho         |
| 2p.sg.                     | carne de vaca | comer.pass. |
| “Você comeu carne de vaca” |               |             |

Assim, é importante frisar que o problema não se encontra no uso da língua de contato, mas no fato de deixarem de vez o uso da língua nativa, ocasionando o desaparecimento linguístico de grupos de filiação distinta.

Shaden (1969, p. 201) ressalta que um fator importante para manter o idioma nativo é o valor emocional, uma vez que a “a língua da tribo persiste como único instrumento adequado à expressão perfeita dos sentimentos e das ideias”.

A dificuldade está justamente nessa questão: conscientizar os falantes a não abandonar algo tão precioso que, diante do domínio da língua portuguesa, tem sido visto como minoritário.

O Brasil tem uma grande diversidade linguística e étnica, mas, apesar desse privilégio enriquecedor da cultura, impediu, durante anos, que o índio tivesse o direito de se afirmar como tal. Por essa razão, a população indígena brasileira foi reduzida violentamente, mas, apesar de todas as pressões assimilacionistas, não se desfez totalmente. Hoje, ainda que em condições

precárias, houve um aumento da população indígena, porém, com o uso, cada vez maior, da língua portuguesa, as línguas indígenas brasileiras têm desaparecido rapidamente.

## 1.2 Línguas em extinção

Atualmente, a ameaça aos recursos linguísticos tem sido reconhecida, segundo Crawford (1995, p. 17) <sup>3</sup>, como uma crise mundial. A aceleração do processo de extinção das línguas dos últimos anos tem preocupado os linguistas que buscam garantir o registro linguístico.

Braggio (2002, p. 14-16) ressalta algumas causas da ameaça à biodiversidade do mundo, às culturas e aos indígenas: a destruição das terras e das vidas (doenças, fome, genocídio, entre outros) e as pressões por assimilação/integração das culturas dominantes, tanto internas (as atitudes linguísticas dos próprios falantes), quanto externas (políticas de repressão direcionadas a grupos indígenas). Para Crawford (1996, p. 5) <sup>4</sup>, o fator externo, apontado frequentemente como culpado, não pode ser visto sozinho como causador do problema.

Minha primeira hipótese é a de que as forças externas que são frequentemente apontadas como culpadas, especialmente as tentativas diretas de supressão de uma língua, não podem ser sozinhas responsabilizadas, pela simples razão de que as pessoas resistem. A língua é a instituição consensual final. Descartar o vernáculo de uma comunidade é equivalente a descartar seu sistema mais profundo de crença. Mesmo quando os indivíduos consentem a assimilação, é muito difícil desistir de uma língua nativa. Isto é especialmente verdadeiro à medida que nós envelhecemos, porque a linguagem está intimamente ligada ao nosso sentido do eu próprio: personalidade, formas de pensar, identidade do grupo, crenças religiosas, rituais culturais formais e informais.

De fato, o fator externo não pode ser visto como único culpado pela perda da língua, mas não podemos simplesmente afirmar que as pessoas poderiam resistir, pois é preciso atentarmos para o fato de que as pressões externas, direcionadas aos povos indígenas, forçaram os indivíduos de uma comunidade a cometer o equívoco de deixar de usar a língua até mesmo

---

<sup>3</sup> “The threat to linguistic resources is now recognized as a worldwide crisis”.

<sup>4</sup> “My first hypothesis is that the external forces that are often blamed, especially direct attempts to suppress a language, cannot alone be responsible, for the simple reason that people resist. Language is the ultimate consensual institution. Displacing a community's vernacular is equivalent to displacing its deepest systems of belief. Even when individuals consent to assimilation, it is enormously difficult to give up one's native language. This is especially true as we grow older, because language is tied so closely to our sense of self: personality, ways of thinking, group identity, religious beliefs, and cultural rituals, formal and informal”.

dentro de sua própria casa, optando por não repassá-la aos filhos. Enfim, nenhum fator pode ser apontado como o causador de todo o problema, mas, conforme afirma Braggio (2002), diversos fatores combinados levam à morte de uma língua.

Rodrigues (2005) constatou que de cerca de 1.200 línguas faladas nesse período, restaram aproximadamente 180. Para o autor, a violência motivada por ambições econômicas, somada à desinformação sobre a diversidade cultural de um país e os direitos fundamentais das minorias foram alguns dos responsáveis por essa situação alarmante.

História de violência, massacres contra grupos indígenas e proibição do uso de seus respectivos idiomas (processos iniciados desde 1500, com a chegada dos colonizadores ao território brasileiro) são ações que conhecemos de longa data, mas a consciência do que representou, não apenas a perda do ser humano, mas também a de sua língua tem sido problematizada recentemente.

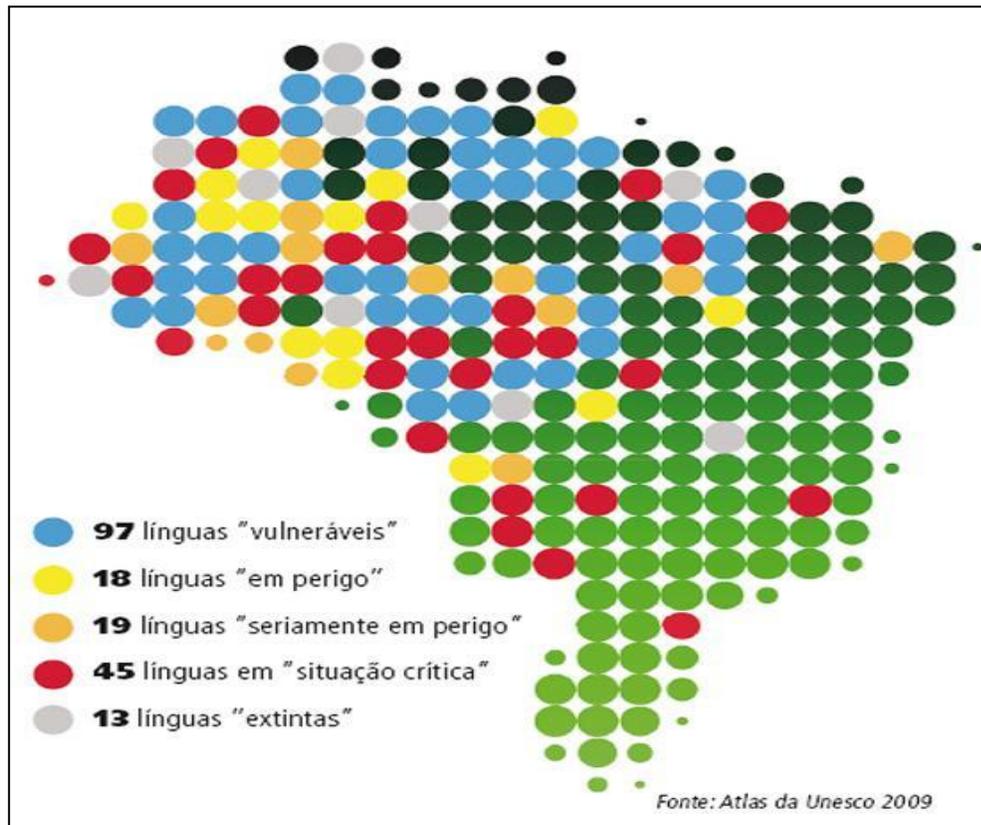
Durante muitos anos, as pessoas não se deram conta do que a perda linguística representava. Na mídia, até pouco tempo atrás, assistíamos à busca constante em conhecer danças típicas e hábitos vistos como “estranhos” por parte dos não índios. A princípio, não se compreenderam que essas e muitas outras descobertas poderiam ser feitas na linguagem.

Quando linguistas perceberam a importância de manterem as línguas vivas, já havia ocorrido uma lastimável perda. As transcrições que existiam até a década de 1970 não se destinavam a garantir a “segurança das línguas”, pois, conforme mencionado, o objetivo era apenas a conversão dos índios ao cristianismo.

A preocupação com a situação das línguas indígenas tem despertado interesse em estudiosos para trabalhar com essa perspectiva, visando formular métodos para analisar as línguas em vias de extinção.

Conforme o *Atlas das línguas do Mundo em perigo de Desaparecer* (UNESCO, 2009), o Brasil é o terceiro país em número de idiomas em extinção. A figura a seguir mostra onde se encontra a maior concentração de línguas em grau de ameaça no Brasil, isto é, uma relação de número de idiomas *versus* a situação atual.

**FIGURA Nº1. Concentração de línguas no Brasil segundo grau de ameaça**



Fonte: Atlas da Unesco (2009, adap. Murano, E. In: *Língua Portuguesa*, 2009, p. 27)

A língua ofayé, assim como outras línguas, encontra-se em situação crítica (cf.1.4.2). Segundo Mori (2010, p.8) “em línguas consideradas em situação crítica os únicos falantes são os avôs e as gerações mais velhas, mas as línguas são usadas na comunicação parcialmente e com pouca frequência”.

As perdas culturais são prejudiciais à sociedade e, por reconhecer a importância de se preservar a diversidade linguística é que, liderado pelo Ministério da Cultura, o decreto 7387 foi assinado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o qual instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Este inventário é uma forma de identificar, documentar, reconhecer e valorizar as línguas que possuem referência à identidade e à memória dos diversos grupos que formaram a sociedade brasileira.

Para Montserrat (1994) é preciso identificar a quantidade e quais são as línguas existentes, verificando também quais delas ainda são faladas pelos povos. Desta forma, o

objetivo do INDL é mapear e caracterizar, além de diagnosticar às diversas situações ligadas à pluralidade das línguas brasileiras.

### **1.3 Línguas Macro-Jê**

Segundo Câmara Jr. (1959, p. 56 e 57), havia três critérios para classificação das línguas indígenas no Brasil: geográfico, etnológico e tipológico. Este último critério apresentou certas “incoerências e generalizações”, desenvolvendo o critério genético, que, segundo o autor, ao contrário dos anteriores, “permitia numerosos quadros e divisões, favorecendo uma ordenação metódica dentro da multiplicidade intrincada e confusa com que se deparavam os pesquisadores”.

As línguas indígenas, assim como os demais idiomas no mundo, podem ser agrupadas em família e troncos linguísticos. De acordo com Rodrigues (2005), as línguas são incluídas no tronco por possuírem correspondências regulares entre sons e identidade histórica de um determinado número de palavras, além de algumas características gramaticais. O ofayé foi classificado como uma única língua dentro de uma família também denominada ofayé, pertencendo ao tronco linguístico Macro-jê, como veremos mais adiante (ver 1.4.2).

Há também diversas línguas consideradas “isoladas” pelo fato de não compartilharem características com outra língua ou família. Rodrigues (1986) ressalta que é provável que existam línguas que até hoje não foram identificadas, uma vez que ainda há povos que não vivem próximos a sociedades não indígenas.

Com relação às línguas indígenas no Brasil, há dois grandes troncos linguísticos: o Tupi (dez famílias, agrupando diversas famílias e seus dialetos), e o Macro-jê, que é composto por 9 famílias, 21 línguas e seus dialetos (cf. figura 2). Como pode-se observar na representação do tronco Macro-jê, as línguas Krenák, Guató, Ofayé, Rikbaktsá e Yatê são únicas dentro das suas respectivas famílias.

Segundo Teixeira (1995), as línguas desse tronco estendem-se pelos estados brasileiros do Rio Grande do Norte, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul.

Ressalta-se que, em muitos casos, segundo Rodrigues (1986, p. 49), “o que temos são mais indícios do que evidências da filiação de certas famílias ou línguas a esse tronco. A constituição do tronco Macro-Jê é altamente hipotética ainda”.

**FIGURA Nº 2: Tronco Macro-Jê<sup>5</sup>**

<b>TRONCO MACRO-JÊ</b>	
<b>FAMÍLIA</b>	<b>LÍNGUA</b>
Boróro	boróro, umutina
Krenák	krenák
Guató	guató
jê	akwén (dialetos: xacriabá, xavánte e xerente); apinayé; kaingáng (dialetos: kaingáng do Paraná, kaingáng central, kaingáng do sudoeste e kaingáng do sudoeste); kaiapó (dialetos: gorotire, kararaô, kocraimoro, kubencrankegn, menkrangnoti, mentuktire e xikrín); panará; suyá (dialetos: tapaíuna); timbira (dialetos: canela apaniekra, canela ramkokamekra, gavião do pará - parkateyé-, gavião do maranhão -pukobié-, krahô krenjê -kren- yé- e krikati krinkati) e xokléng.
karaja	javayé, karajá e xambioá
maxkali	maxacali; pataxó e pataxó hã-hã-hãe.
Ofayé	ofayé
Rikbaktsá	rikbaktsá
yatê	yatê

#### **1.4 O povo ofayé: histórico**

O nome ofayé<sup>6</sup> é a maneira como o grupo se autodenomina e seu significado é *aquele que não é branco*. O grupo, segundo Ribeiro (1951), foi equivocadamente chamado, por seus

<sup>5</sup> Dados retirados de Rodrigues (1986) e site: <http://www.socioambiental.org.br>

<sup>6</sup> Ribeiro (1951, p. 87) comenta que o termo “ofayé” é pronunciado com uma consoante imprecisa entre o f e o p. Esse som, tido até então como impreciso, é encontrado frequentemente na língua e é representado foneticamente, em nossos dados, por [ϕ]. Lê-se [oϕwaje]. Já a grafia utilizada neste trabalho segue a convenção adotada pela Associação Brasileira de Antropologia, em 1953, e tem uso consagrado por autores como Rodrigues (1986), Teixeira (1995), Borgonha (2006) e Oliveira (2006).

vizinhos não indígenas, “chavante”,<sup>7</sup> confundido com seus homônimos chavantes akwen e chavantes otti, sem uma explicação clara para isso, uma vez que a única relação encontrada foi o fato de viverem no campo.

Antigamente, o povo ofayé podia exercer, com tranquilidade, suas atividades de caça, pesca, coleta de mel e de vegetais silvestres. As caçadas eram realizadas familiar ou individualmente e os homens saíam para buscar o mel. Por essa razão, apontam Kashimoto e Martins (2005), tinham hábito itinerante. Em Dutra (1996, p.31), encontramos o relato do índio Ataíde Rodrigues<sup>8</sup> sobre a trajetória do grupo:

Nossos aldeamentos eram sempre por alguns dias, isto porque, para não acabar com todas as caças. E as caminhadas eram sempre as margens dos rios. Hoje, atualmente, esses rios chamam-se rio Paraná, rio Verde, rio Vacaria, rio Ivinhema, rio taquaruçu, rio Casa Verde e muitos outros.

Eram mais de dois mil índios ofayé que ocupavam toda a extensão do Mato Grosso do Sul, região centro-oeste do Brasil, habitando às margens de diversos rios.

Suas características principais, segundo Ribeiro (1951, p. 87), eram a timidez, a baixa estatura e a passividade. Realizavam suas danças, falavam sua própria língua, enfim, viviam conforme sua cultura, porém, por causa das constantes migrações, tiveram contato com os guarani-kaiowá<sup>9</sup>, adquirindo alguns costumes, como fabricar canoas, perfurar lábio inferior e o lóbulo da orelha.

Loukotka (1991, p. 46) comenta que, em 1901, M.A.V. Fric. de Praga constatou a presença de uma tribo selvagem nas margens do Rio Verde, cujos integrantes eram chamados, pelos vizinhos brasileiros, de chavantes. O pesquisador acreditou que tais índios fossem os

---

<sup>7</sup> Apesar de a literatura atual usar a grafia “xavante”, respeitamos a ortografia usada por Ribeiro (1951, p.87-88), isto é, com “ch”.

<sup>8</sup> Ataíde Francisco Rodrigues, índio ofayé Xehitâ-há.

<sup>9</sup> Segundo Nimuendajú (*apud* Baldus, 1946, p. 5), os contatos, muitas vezes, eram hostis, “mas de quando em quando, também pacíficos”.

kukura, porém o etnólogo Curt Nimuendajú<sup>10</sup> (1991, p. 54) discordou dessa informação, já que uma de suas hipóteses é que os índios a que se referiam poderiam ser os ofayé.

Por volta de 1903, ao fazer um levantamento no Rio Negro, o General Rondon teve contato com um grupo ofayé (aproximadamente 2 mil índios), o qual, provavelmente, segundo Ribeiro (1951), foi o primeiro contato pacífico dos ofayé com os não índios. Kashimoto e Martins (2005) ressaltam que, com a ação de Rondon e de técnicos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), especialmente Curt Nimuendajú, aparecem os primeiros relatos confiáveis de suas características étnicas.

Segundo Caruso *et al.*(2003), em 1913, quase todos os Ofayé encontravam-se na fazenda dos “Nortes Americanos”<sup>11</sup>. Com a chegada dos colonizadores<sup>12</sup>, na década de 1940, os massacres tornaram-se constantes, iniciando a rivalidade entre índios e fazendeiros. Além disso, inúmeras doenças foram sexualmente transmitidas por tais exploradores. Rodrigues (1991, p. 32) relata-nos essa situação:

A presença dos brancos provocou a prostituição, principalmente das meninas de 10 a 14 anos. Quando as meninas se recusavam ao desejo do branco, eram ameaçadas de morte. As mulheres adultas eram levadas a cavalos para os matagais, caso se recusassem, recebiam as mesmas ameaças feitas às meninas.

Desse modo, segundo Dutra (1996), os ofayé viam-se obrigados a perambular de um lado a outro na tentativa de evitar o extermínio de seu povo. Miseráveis e vulneráveis, foram vítimas de inúmeros massacres, opressões, perseguição violenta, doenças, enfim, uma série de fatores que provocaram a redução drástica desse povo. Em 1953, a fazenda onde viviam foi arrematada pelo fazendeiro Arthur Hoffig<sup>13</sup>, que adquiriu uma imensa parte do território daquela região e expulsou os índios.

---

<sup>10</sup> Primeiro pesquisador do ofayé, integrante do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), foi considerado um bom conhecedor dos índios e praticamente todas as informações de caráter antropológico sobre este povo foram coletadas por esse estudioso, que visitou diversas aldeias ofayé entre 1909 e 1913.

<sup>11</sup> Fazenda da “empresa inglesa Brazil land Cast e que deu origem ao município de Brasilândia. (CARUSO, 2003, p. 13).

<sup>12</sup> Não há informação sobre os índios ofayé antes da chegada dos colonizadores europeus; assim, as primeiras informações concretas surgem no século XIX, com o início da agricultura e criação de gado.

<sup>13</sup> Considerado o principal fundador de Brasilândia.

Dutra (1996, p. 119) assinala que nem as pesquisas realizadas sobre o povo e a língua ofayé inibiam a ação dos fazendeiros:

É dessa época, igualmente, o estudo “Descrição de uma língua extinta”, que a etnolinguísta Sarah GUDSCHINSKY realizou com os Ofaié que habitavam as terras da fazenda Primavera, local onde lhe foram proporcionados hospitalidade e transporte. Darcy Ribeiro, no final de 1948, também esteve nessa região, pesquisando, por quatro semanas, as recordações de um grupo que vivia na “margem esquerda do ribeirão Samambaia”. O trabalho de ambos os pesquisadores, entretanto, não conseguiu persuadir os ‘proprietários’ a reconhecer os direitos indígenas àquela terra.

Gudschinsky (1966, p. 1) acreditou que seus dados linguísticos foram “obtidos num estudo de dois meses, com, ao que parece, o último falante vivo de ofayé”. Com essa ideia de considerar a língua extinta, fortaleceu a de Ribeiro (1982), que, nos fins de 1948, teve contato com um pequeno grupo (10 pessoas de duas famílias, cujos chefes eram irmãos) e que, em 1970, considerou-os extintos como “entidade étnica”<sup>14</sup>.

Dutra (1996) destaca que, por vinte anos, não se ouviu mais falar sobre os ofayé, até que, no dia 6 de agosto de 1976, por meio de uma reportagem do jornal *O Estadão*<sup>15</sup>, descobriu-se um pequeno grupo lutando para sobreviver. A reportagem declarava que ainda havia índios ofayé, relatando que “os 24 remanescentes da tribo continuam morrendo e num ritmo cada vez mais intenso, o que facilmente provocará seu total desaparecimento nos próximos anos, caso não sejam adotadas urgentes providências para sua proteção” (DUTRA, 1996, p. 142).

Mesmo diante das denúncias sobre a vida miserável que levavam, as medidas do governo demoraram muito para serem concretizadas, pois somente dois anos depois da reportagem é que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) propôs sua transferência às terras de Bodoquena, MS, para viverem na reserva Kadiwéu, sob promessa de oferecer moradia em um parque indígena em que poderiam pescar e caçar.

---

<sup>14</sup> (Idem, 1982, p. 112).

<sup>15</sup> DOENÇAS dizimam grupo xavante do Mato Grosso: *O Estado de São Paulo*.

Rodrigues (1991, p. 34) relata-nos como foi o diálogo com um funcionário da FUNAI ao chegarem às terras e perceberem que não havia casas para todos, muito menos condições necessárias para sobreviver:

Quando chegamos ficamos revoltados. Aí perguntamos para o funcionário da FUNAI. Onde estão as casas que prometeram?  
Sem responder a pergunta o funcionário disse:  
\_você tem que se virar!  
\_Mas onde?  
\_Vocês tem que expulsar os brancos

O representante da FUNAI ainda informou que iriam ficar pelo menos dois dias em Bodoquena, porém a penosa experiência não durou apenas dois dias, mas cerca de oito anos. Com a chegada dos ofayé à reserva, as promessas de uma terra produtiva e moradia não foram concretizadas. Além da falta de casas, a divergência não era apenas contra os fazendeiros, mas também contra posseiros e os próprios índios Kadiwéu que, a todo momento, mostravam quem realmente mandava no lugar, uma vez que culturalmente são considerados povos dominadores.

Em 1986, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) liberou o antropólogo Carlos Dutra, conhecido como Carlito, para trabalhar com os ofayé e, nesse período, os indígenas conseguem sair de Bodoquena e voltar a Brasilândia, MS, lugar de onde haviam sido retirados. No ano seguinte, conseguem autorização para viver provisoriamente nas terras que já pertenceram a eles, nas margens do Rio Verde, a 22 km de Brasilândia. As condições de vida ainda eram precárias.

Dutra (1996) comenta que, no final de 1987, foi lançada a campanha “*Ofayé Xavante: ainda estamos vivos*”, expondo na mídia a situação vivida pelos indígenas, mas, apesar da repercussão, não causou tanto impacto.

Em decorrência das constantes inundações às suas antigas terras, após a construção da hidrelétrica de Porto Primavera, atualmente denominada Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, os ofayé deveriam deixar o local, mas apenas os ribeirinhos, considerados os donos da terra, receberam a indenização da Companhia Elétrica do Estado de São Paulo (CESP). Dessa forma, segundo Dutra, procurou-se mostrar que historicamente esses índios também poderiam ser

considerados proprietários, uma vez que já haviam vivido nessas terras. A CESP, em 1997, também indenizou os índios, comprando a Fazenda Guanabara, do fazendeiro Faustino Veloso, além de construir casas de alvenaria. Essa fazenda é localizada ao lado de sua antiga terra, de onde Arthur Hoffig os havia expulsado e que hoje voltou a pertencer-lhes, formando a chamada Aldeia II<sup>16</sup>.

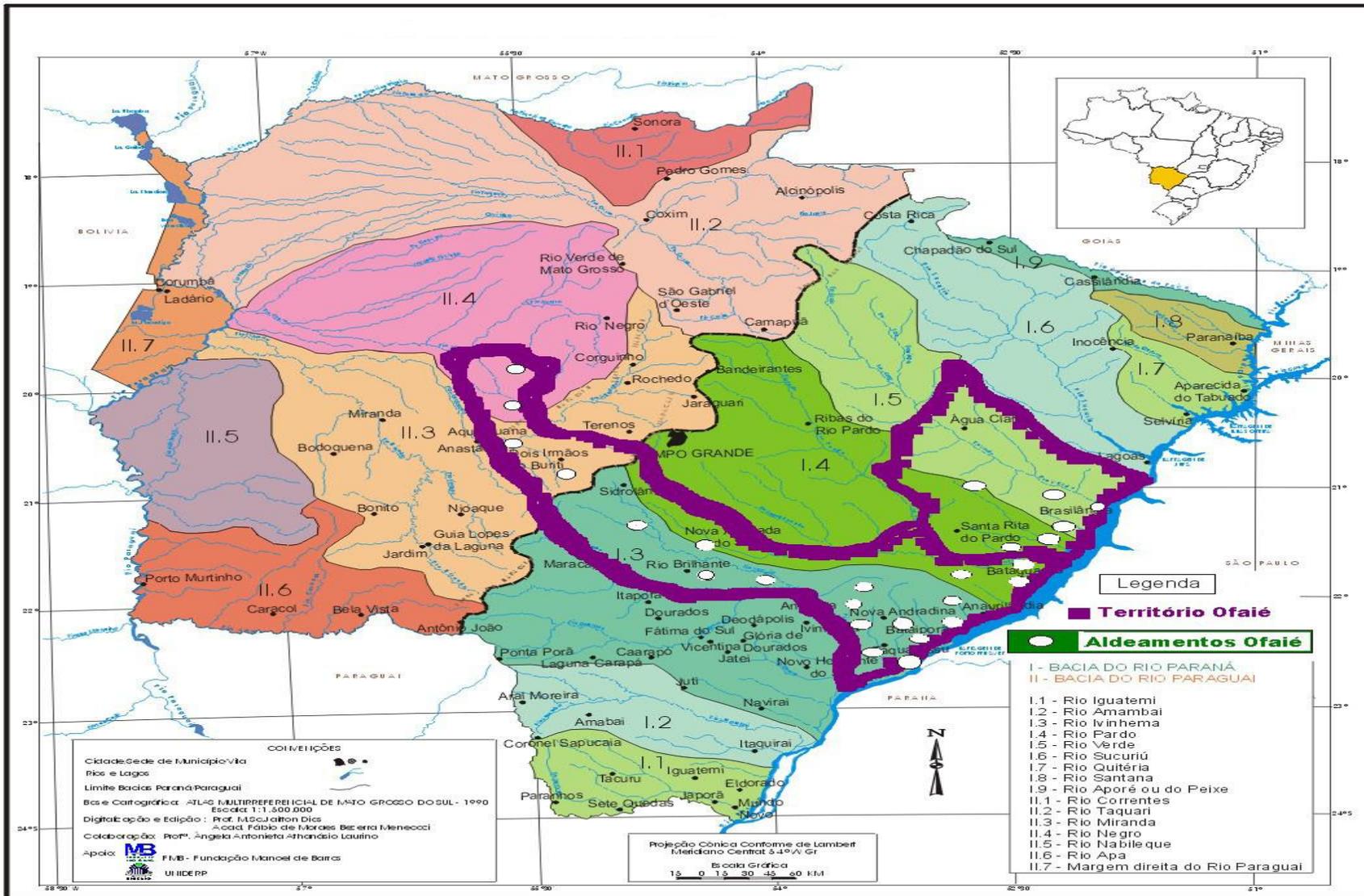
#### **1.4.1 As condições atuais do povo ofayé**

A reserva localiza-se no Estado de Mato Grosso do Sul, próximo à cidade de Brasilândia, em uma área que, segundo Oliveira (2006, p. 32), possui 1144 hectares, divididos em duas aldeias (Aldeia I e Aldeia II, como são conhecidas pelos indígenas). A extensão do território e aldeamentos ofayé pode ser observada no mapa a seguir.

---

<sup>16</sup> Caruso (2003) comenta que, no DOU de 29 de maio de 1992, foi publicada a Portaria nº264, declarando que os ofayé eram proprietários das terras. Embora a filha de Hoffig tenha tentado recorrer da decisão, as terras continuaram sob direito dos indígenas.

FIGURA Nº3. Território e Aldeamentos Ofaíé



Fonte: Atlas MR-MS, 1990. Adap. Dutra, 2004.

Na reserva, as casas são todas de alvenaria; também há um posto de saúde, uma escola e um galpão. Dispõem de energia elétrica, e o “único poço semi-artesiano que existe na aldeia não atende as necessidades da comunidade” (CARUSO *et al*, 2003, p. 39).

Kashimoto e Martins (2005) dizem que, nos últimos tempos, os índios tiveram que se adaptar ao ambiente, mudando seu padrão de subsistência para pequenas atividades agrícolas e trabalhos em fazendas, tornando-se assalariados, por essa razão, as caças e as coletas de frutos nativos ficaram apenas nas lembranças dos mais velhos.

A nossa informante Shahtän (Marilda de Souza) comentou que, infelizmente, na parte onde vive (Aldeia I), a terra não é boa para o plantio. Além disso, a atividade de pesca que antes os marcava, agora raramente acontece, uma vez que foram colocados em terra sem rio. Para suprir suas necessidades, os ofayé ainda dependem de doações de alimentos e assistência a saúde por parte do governo<sup>17</sup> ou da sociedade e de seus trabalhos remunerados em fazendas vizinhas.

Segundo Oliveira (2006), à época de sua pesquisa havia projetos em andamento, voltados para o autossustento, como roça comunitária, criação de bovinos, abelhas, peixes e frangos, além de equipamentos necessários para a realização desse empreendimento, porém muitos desses equipamentos foram vendidos ou emprestados, o que tem causado, ainda, problemas internos.

Quanto ao número de habitantes na reserva, a pesquisadora apontou que, até 2006, na aldeia ofayé encontravam-se 75 indivíduos, distribuídos em 23 famílias, sendo 46 ofayé, 11 kaiwá, 13 guarani-nhandeva e 5 não indígenas. Nos dados fornecidos pela Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), referentes a 1º de julho de 2010, há 105 indivíduos distribuídos em 46 famílias, sendo 60 ofayé, 36 kaiwá, 5 guarani, 2 guarani-kaiwá e 2 não indígenas.

Caruso *et al* (2003) comentam que as características dos ofayé mudaram com o passar dos anos e quase todos os costumes não existem mais. Shartän confirmou, em entrevista, que não há mais nenhuma festa das que outrora eram realizadas no centro das aldeias; os meninos não ganham mais arco e flecha; não há mais restrições na alimentação de criança, como, por exemplo, a carne e o mel, que eram alimentos apenas de adulto. A escolha do cacique não é mais de pai para filho, mas por eleição dentro da comunidade; nesse caso, o candidato tem que ser um ofayé.

---

<sup>17</sup> O cacique atual é Koj (José de Souza), o qual relatou que os ofayé recebem apoio do município, do Governo Federal, que doa cestas básicas. (CARUSO *et al* 2003, p. 33). Tal situação, segundo a informante, permanece até hoje.

Os ofayé têm-se casado com não indígenas e com guaranis; no caso de matrimônio com não indígenas, a mulher pode morar na aldeia; já quando um homem não indígena se casa com uma ofayé, ele não pode morar na reserva.

#### 1.4.2 A língua Ofayé

Os primeiros dados linguísticos sobre a língua ofayé foram coletados nos anos de 1909 a 1913, por Curt Nimuendajú, que apresentou um vocabulário com 300 itens<sup>18</sup>. Baseado em tais dados, “Loukotka considera a sua língua como isolada com intrusão de gê. Já Nimuendajú tinha chamado a atenção para esta influência”. (BALDUS, 1946, p. 5).

Sarah Gudschinky (pesquisadora do SIL), patrocinada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, esteve com um grupo ofayé em 1959, desenvolvendo um trabalho comparativo entre as línguas Jê (GUDSCHINKY, 1971). Seu trabalho foi importante, pois apresentou dados de uma língua que havia sido considerada extinta. Sua análise (fonológica e morfológica) buscava comprovar que o ofayé não tinha apenas intrusão de jê, mas, segundo a pesquisadora, “deveria constituir uma base adequada para os estudos comparativos que colocarão esta língua no seu devido lugar dentro da família Jê” (GUDSCHINKY, 1971, p.179).

Já Rodrigues (1986), ao apresentar um quadro das línguas do tronco Macro-Jê, não a inseriu em nenhuma família, porém, numa publicação de 2000, o autor fez outra classificação, afirmando que a língua ofayé seria a única sobrevivente de uma família, também denominada ofayé.

Gudschinky (1971) acreditou estar diante do último falante vivo do ofayé e, posteriormente, Ribeiro (1982, p. 252) considera os ofayé como um grupo extinto (cf.1.4, p.33). Ambos estavam equivocados, pois o povo não desapareceu e ainda há falantes de ofayé, embora realmente a língua venha caminhando para a extinção.

Nos dados de Borgonha (2006), havia 12 falantes adultos, cuja maioria utilizava o português no dia a dia; contudo, em outro trabalho de mesmo ano, Oliveira relata que havia 11 indivíduos que falavam o ofayé. Atualmente, conforme constatamos durante nosso trabalho de

---

<sup>18</sup> Ribeiro (1951, p.107); Gudschinky (1971, p.1)

campo, restam apenas 9 falantes e, por causa desse número, a língua está considerada como ameaçada de extinção (cf.1.2).

Ela foi gradativamente deixando de ser usada na comunicação familiar. No passado, segundo Ribeiro (1951, p. 87), os ofayé falavam a língua ofayé “usando o português somente nas relações com estranhos”. As divisões do grupo (geradas por constantes imigrações), a miscigenação e diversos outros fatores levaram os índios a deixar a língua materna, usando o português diariamente.

Diante dessa situação, alguns autores apontam que a alfabetização na língua indígena, por meio da linguagem escrita, poderia garantir a permanência daquilo que aprenderam, pois, segundo Ceccato (1991, p. 42), “o sistema de sinais são significativos para a criança, ela se identifica com os membros da comunidade e, portanto, aprende mais rapidamente”. É importante ressaltar que essa ideia tornou-se necessária após o contato com o português, pois antes a educação indígena sempre ocorria por meio da comunicação oral, conforme podemos observar em Ceccato (idem, p. 39):

Há uma idéia generalizada de que nas sociedades indígenas não existe processo educativo, já que elas não possuem a ‘nossa educação’. Uma diferença básica entre estes tipos de educação é o fato de que a educação indígena sempre se deu através da comunicação oral, e a chamada ‘educação nacional’ dá-se também através da alfabetização. No entanto, a educação indígena está muito mais próxima da noção de educação enquanto processo global. Isto porque a educação do índio envolve momentos, costumes, instrumentos, etc, do dia-a-dia da comunidade. O índio é educado para ser membro da comunidade, mas um membro com personalidade própria. A educação de cada um interessa à toda a comunidade.

A autora ainda afirma que, na comunicação oral, é possível observar maior participação das pessoas envolvidas no processo educativo, capacitando-as para a vida e não apenas acumulando-as de coisas fragmentadas, mas infelizmente o contato com o não índio tem levado a se pensar em alfabetizar os índios por meio da comunicação escrita também.

Na tentativa de colaborar com a comunidade indígena, foi construída uma escola para os ofayé, mas houve a dificuldade de ensinar a língua materna ao grupo. Segundo Ceccato (1991),

como a maioria das crianças não aprendeu o ofayé, a alfabetização seria possível se as ensinassem a falar sua língua materna. Munida dessa hipótese, a pesquisadora optou por:

trazer para Araraquara um garoto ofayé para alfabetizá-lo em português, na esperança de que, ao dominar a leitura e escrita da língua portuguesa (que ele conhece e fala), ele aprenda também a grafar sua própria língua. Atingidos esses objetivos, o garoto Coi, (cujo nome ocidental é José de Souza, hoje com quinze anos) voltaria para o grupo, onde assumiria a função de professor. E, visto que ele fala fluentemente sua língua materna, poderia contribuir com maior sucesso para o resgate desta, já que ela vem sendo gradativamente esquecida.

Atualmente, Coi está com 36 anos, não atua mais como professor e tornou-se cacique da aldeia. Sua irmã, a nossa informante Shartän, também atuou como professora, mas desde 2010 não houve mais entendimento entre o município e o educador ofayé.

Como pudemos constatar, não há apenas falta de educador, mas de trabalhos direcionados à educação, isto é, materiais que realmente possam ser utilizados com êxito na sala de aula e tal situação requer ações. Apesar do problema que a língua ofayé tem enfrentado, ou seja, sua substituição pelo português, o grupo continua crescendo, uma vez que há nascimentos, a comunidade ofayé existe, os índios estão vivos, mas é preciso que haja trabalhos que contribuam para a preservação da língua.

Souza (1991, p. 44) relata que iniciou um trabalho de transcrição da língua ofayé, mas enfrentava muitas dificuldades por haver poucos materiais teóricos a respeito e, “quando se encontra algum material, ele consiste em breves e inadequadas listas de palavras coletadas por casuais visitantes da tribo”.

Hoje, podemos encontrar mais artigos, dissertações e teses sobre a língua ofayé; entre os trabalhos linguísticos mais recentes, temos os de Guedes (1991), Souza (1991), Silva (2002), Oliveira (2006), Fujiwara e Ferreira (2009) e Cruz (2010).

A pesquisadora Guedes (1990) iniciou a pesquisa com o grupo ofayé e o trabalho teve continuidade com Souza (1991) que publicou *O povo ofaié: uma breve abordagem linguística*. Neste trabalho, ela realiza uma transcrição que oferece “subsídios para uma análise morfológica, visando facilitar a aprendizagem da língua nativa às crianças ofayé”. (SOUZA, 1991, p.44). A

autora afirma que a língua possui muitas consoantes surdas, aspirações, glotais e mostrou acreditar estar diante de uma língua tonal.

No artigo *Descrição fonológica do sistema vocálico da língua ofayé*, Lúcia Helena Tozzi da Silva (2002) descreve e exemplifica o quadro fonológico do sistema vocálico da língua ofayé, visando à re (elaboração) do quadro das vogais para representar a escrita, segundo a autora, com mais veracidade.

Oliveira (2006) em sua tese *Ofayé, a língua do povo do mel: fonologia e gramática*, apresentou uma descrição preliminar da língua com o objetivo de propor um sistema ortográfico para elaborar materiais didáticos de apoio ao ensino na comunidade. Quanto a fonologia, a autora afirma que o tom não tem um papel na fonologia da língua, como acreditou Souza (1991). No tocante a morfologia dos verbos, Oliveira (2006) discute que apenas sufixos de aspecto e um marcador opcional de concordância em número com o sujeito agregam-se à raiz verbal. As demais categorias, como pessoa, tempo, por exemplo, são expressas por formas livres.

Fujiwara e Ferreira (2009), no artigo *Algumas considerações sobre o tempo na língua ofayé* apresentaram a marcação temporal na língua, com dados extraídos de Oliveira (2006), levantando alguns questionamentos, como por exemplo, o papel do verbo auxiliar.

A dissertação de Cruz (2010), intitulada *Introdução ao vocabulário da língua ofayé: uma amostra de substantivos* consiste em um estudo introdutório do léxico da língua ofayé em que se buscou agrupar os substantivos, trabalhando com concepções de vocabulário, dicionário e glossário.

A nossa pesquisa abordou questões relativas à morfossintaxe e a semântica dos verbos da língua ofayé, tratando de diversos assuntos discutidos por Oliveira (2006), visando ampliar e rever algumas análises realizadas pela autora. Assim como Fujiwara e Ferreira (2009) já haviam apontado, também questionamos o papel do verbo {- $\phi$ wa}, como um auxiliar e assumimos este como verbo existencial. Outro exemplo que podemos citar (que difere nossa análise da proposta por Oliveira) é quanto a categoria de tempo que, assim como a autora, afirmamos não haver distinção morfológica entre presente e passado, porém na distinção entre passados, divergimos quanto a partícula, uma vez que {-wiha} marca o passado mais imediato e {-wi:ha} o passado

mais distante, ou seja, em nossos dados notamos um alongamento do {-i;} para distinguir o tempo. Essas são algumas das discussões que se encontram no capítulo 4.

Apesar das pesquisas realizadas na área de línguas indígenas no Brasil e do apoio de agências nacionais e internacionais de fomento à pesquisa, ainda há muito por fazer, desde os serviços diretos aos indígenas, até os “indiretos”, a saber: formação de linguistas (aptos à descrição e documentação), educadores, profissionais de saúde, proteção à reserva, entre outros.

Nesse contexto, embora as pesquisas em línguas indígenas estejam em evidência, elas se têm desenvolvido lentamente, prejudicando, assim, as comunidades indígenas e os estudos científicos da língua de maneira geral. Ademais, a falta de diálogo entre o conhecimento produzido nas universidades brasileiras e os órgãos governamentais é mais um problema que afeta as línguas indígenas e seus falantes.

Diante do exposto, não podemos deixar de citar Rodrigues (1986, p. 27):

cada língua indígena brasileira não só reflete assim, aspectos importantes da visão de mundo desenvolvida pelo povo que a fala, mas constitui, além disso, a única porta de acesso ao conhecimento pleno dessa visão de mundo que só nela é expressa. As múltiplas visões de mundo dos povos indígenas brasileiros (com todo o complexo cultural social e emocional a elas associado) têm importância crítica para o conhecimento humano por se terem desenvolvidos, durante alguns milhares de anos com total independência histórica em relação às tradições culturais asiáticas e européias, que caracterizam a civilização ocidental.

Por essa razão, mesmo diante de todas as dificuldades encontradas, nossa pesquisa visa contribuir para a descrição da língua, bem como para sua promoção, pois estudar e registrar a língua de um povo é imprescindível, uma vez que, conforme afirma Braggio (2002), a perda linguística acarreta perda da herança, da história e da identidade de um povo.

## CAPÍTULO II

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa deste trabalho consistiu de levantamento bibliográfico de trabalhos (publicados no Brasil e no exterior) de antropologia e de descrição linguística.

A principal fonte de dados antropológicos com relação ao povo ofayé foi o antropólogo Carlos Alberto dos Santos Dutra, que fazia parte do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e, com apoio desse órgão, estabeleceu contato direto com esses indígenas, despertando-os para reivindicar os direitos às terras que lhes foram tomadas no passado. Assim, Dutra passou a estudar a história do povo e, a partir de seus relatórios, publicou as seguintes obras: *Ofayé, o povo do Mel* (1991), *Ofayé: Morte e vida de um povo* (1996)<sup>19</sup> e a dissertação *O território ofayé pelos caminhos da história: reencontro e trajetória de um povo* (2004).

A partir das obras de Dutra e, posteriormente, contato direto com o antropólogo, recolhemos diversos materiais que serviram de base para este trabalho. Também foi possível encontrar materiais disponibilizados na internet, os quais contribuíram para a nossa pesquisa. Os estudiosos consultados foram Nimuendajú (1932), Ribeiro (1951), Dutra (1996), Borgonha (2006), entre outros.

Quanto às teorias de descrição linguística, com informações sobre classificações em família e tronco linguístico, destacamos Câmara Junior (1959), Rodrigues (1986), Teixeira (1995) e Seki (2000).

Os trabalhos linguísticos sobre a língua ofayé foram: as listas de diversos vocábulos de Nimuendajú (1932), Hanke (1964), Loukotka (1931) e os trabalhos de comparação entre o ofayé e as demais línguas do tronco Macro-jê, como os de Gudschinsky (1971). Entre os trabalhos recentes que foram consultados, temos os de fonologia de Guedes (1991 e 1997) e Silva (2002); a gramática da língua ofayé de Oliveira (2006), a qual apresenta o maior número de informações sobre a língua, além de alguns apontamentos sobre o tempo verbal por Fujiwara e Ferreira (2009).

---

<sup>19</sup> A obra inclui textos de Curt Nimuendajú e de Xehitâ-há (Ataíde Francisco Rodrigues), índio ofayé.

## 2.1 Pressupostos teóricos

Buscamos analisar a morfossintaxe dos verbos em ofayé, destacando alguns subsistemas de morfologia que se podem aglomerar em torno dos verbos, como, por exemplo, o tempo, o modo e o aspecto. O aporte teórico para essas questões encontra-se em Dik (1989), Givón (1936), Payne (1997), Comrie (1976) e muitos outros trabalhos que estão listados nas referências bibliográficas. Também realizamos uma breve discussão sobre os verbos de percepção, cuja base teórica está ancorada em Dik e Hengeveld (1991), Vendrame (2005 e 2006); Freire (2009), Braga, Hengeveld, Souza e Vendrame (2009), Botne (1997), Dall’Aglío-Hattner (2001) e Harmidy (2006).

Sabemos que nenhuma descrição se dá sem base teórica, portanto, considerando que a função primária da língua é a comunicação, adotamos, nesta pesquisa, o modelo tipológico-funcional para a análise dos dados.

A questão da possibilidade de se estabelecerem regras universais entre as línguas não é recente. Embora se saiba que há distinções externas reveladas pelos fatos, os estudos tipológicos buscam reconhecer os padrões implícitos que há entre eles e, ao constituírem um denominador comum, “estabelecem um princípio de unidade profunda na diversidade superficial dos fenômenos” (MAIA, 1998, p. 14).

De modo geral, podemos dizer que a tipologia, por meio de uma análise comparativa, estuda padrões linguísticos encontrados a fim de apresentar implicações universais, descrevendo diversos tipos a partir de um único parâmetro gramatical. (BAUER, 1949; GREENBERG, 1974; WHALEY, 1997; MAIA, 1998).

Já o funcionalismo, na proposta de Simon Dik (1989; 1997), possui como principal característica o estudo da linguagem em uso, buscando averiguar de que maneira se processa a comunicação em determinada língua. Tal teoria reconhece que a língua não é algo isolado, por ter um objetivo muito mais amplo e, assim, busca, segundo Neves (2001), explicar as regularidades dentro da língua e, a partir delas, analisar a circunstância em que as pessoas usam a língua. Isso se justifica pelo fato de que descrever a estrutura é insuficiente para determinar tudo que envolve as expressões linguísticas, uma vez que há o falante, o ouvinte, suas avaliações,

expectativas, papéis dentro da situação de interação sociocultural, enfim, há fatores extralinguísticos na comunicação humana que, para os funcionalistas, devem ser analisados.

Nos anos 1970, a tipologia une-se ao funcionalismo justamente por passar a crer que a estrutura linguística pode ser analisada quanto a funções/papéis linguísticos. Destacam-se, dentro dessa escola tipológico-funcional, autores como Talmy Givón e Sandra Thompson.

Assim, este trabalho segue o modelo tipológico-funcional por não se limitar a uma descrição, mas também de interpretação e explanação dos dados em relação aos papéis linguísticos desempenhados, observando o modo como funciona a língua dentro de um contexto social de interação.

## **2.2 Metodologia do trabalho de campo**

O trabalho de campo é, conforme Samarin (1967, p.1), “um modo de obtenção de dados linguísticos e de estudos dos fenômenos linguísticos”, sendo indispensável para o desenvolvimento da linguística.

Para Kibrik (1977, p. 45), esse trabalho consiste na manifestação dos dados linguísticos por parte de uma pessoa (o informante), que é provocada pelo linguista de acordo com o objeto de seu interesse.

Everett (2004) define o trabalho de campo em linguística descritiva como uma atividade por meio da qual o pesquisador descreve e analisa as partes de uma língua (diferente da sua língua nativa) dentro de uma comunidade de falantes, sem desconsiderar a necessidade de compreender a coerência entre o idioma e a cultura, já que, conforme pondera Nida (1985, p. 78), “o sentido das palavras refletem a cultura”.

Ressalta-se que não se deve interferir nos dados fornecidos pelo informante, mantendo-se imparcial para que haja qualidade nos resultados, pois, muitas vezes, o paralelismo linguístico, segundo Nida (1985), revela diferenças culturais sutis. Em nossa língua, existem expressões e comparações que se constroem a partir de “preocupações e acontecimentos de cada cultura”.

O fato de esse tipo de pesquisa envolver pessoas torna necessário que o linguista também tenha conhecimento mínimo de algumas áreas das humanidades, como, por exemplo, a antropologia.

Além disso, é preciso reconhecer que há diferenças linguísticas, culturais, sociais e políticas. Em nossa pesquisa, por exemplo, visitamos a aldeia duas vezes a fim de conseguir a permissão do cacique para a realização da pesquisa e, em razão de nossa presença ter sido questionada por alguns moradores da comunidade, o trabalho ocorreu fora da área indígena. Assim, a coleta de dados inicia-se no dia 15 de março de 2011, sendo duas vezes na Biblioteca Municipal de Brasilândia, MS e oito vezes a informante veio até a instituição Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), encerrando no dia 9/02/2012, totalizando dez contatos.

Portanto, como podemos observar o trabalho de campo não se resume a coletar e registrar dados linguísticos, pois conforme Bower (2008), é preciso ter ética para garantir a convivência em campo e, conseqüentemente, a qualidade na escrita.

Há vários métodos que, segundo Abbi (2001), podem ser utilizados para coletar dados: a entrevista, o envio de questionário, a observação e a fonte do documentário. Considerado o mais completo e confiável, nosso trabalho utilizou o método da entrevista.

Para compreender melhor as maneiras de se realizarem entrevistas e de se escolherem as técnicas para elaboração de perguntas, a relação de dados, a teoria de pesquisas, os falantes envolvidos, entre outros procedimentos recomendados, o trabalho de campo e coleta de dados baseou-se nos pressupostos teóricos de Samarin (1967), Kibrik (1977), Abbi (2001), Bower (2008), entre outros.

Buscou-se aplicar as sugestões dos autores referentes à prática do trabalho de campo, como, por exemplo, quanto ao domínio de equipamentos eletrônicos para que não se perca tempo com eventuais problemas de gravação. (BOWERN, 2008).

Seguindo uma metodologia tradicional, os dados elicitados (vocabulário, frases e narrativas) foram coletados por meio de um microfone e áudio ligados diretamente ao *notebook*. Os dados coletados foram gravados<sup>20</sup> e transcritos, o que nos proporcionou a oportunidade de elaborar hipóteses e confirmá-las *in loco*. O auxílio do Caderno de Campo foi relevante para registrar dados importantes para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que era possível anotar os sentidos e situações que iam além do fator linguístico.

---

<sup>20</sup> Para o armazenamento do material gravado, usamos o programa *audacity*.

### 2.2.1 A escolha do informante

Procuramos seguir as orientações de diversos autores com relação à ética e à seleção dos informantes. Cameron (1993, p. 82) aponta algumas atitudes que são consideradas “falta de ética”, como, por exemplo, “coagir a participação do indivíduo para obtenção do consentimento deles; explorar ou abusá-los no decorrer da pesquisa; violar sua privacidade ou quebrar a confiança”.

Nesse sentido, Bower (2008) afirma que parte da negociação para o trabalho com uma língua é obter permissão para seu trabalho. Cada negociação é uma tarefa contínua; pode haver necessidade de renegociação de todo seu trabalho de campo, como troca de circunstâncias, pareceres do informante na troca de pesquisa linguística ou de projeto.

Assim, o termo *escolha* pode não ser o mais apropriado na nossa situação, uma vez que são poucos os falantes da língua e muito menor ainda o número de pessoas que se dispõem a colaborar com a pesquisa e, por isso, nos foi indicado, pelo cacique da aldeia, quem poderia colaborar, já que conhecia a língua ofayé e detinha uma qualidade extremamente importante para esse tipo de trabalho: a paciência. Kibrik (1977, p. 55) comenta que esta é uma das qualidades que um informante deve ter, pois a insuficiência da memória do investigador pode exigir que os dados sejam repetidos algumas vezes.

A nossa informante na coleta de dados foi a ex-professora da língua ofayé Shartän, que possui conhecimento da língua-alvo e da língua mediadora e já trabalhou com Oliveira, em 2006. Por ser bilíngue, a pesquisa pôde caminhar com certa tranquilidade; por já haver colaborado em outra pesquisa linguística, contribuiu muito para as reflexões metalinguísticas. Contamos ainda com outras qualidades necessárias, apontadas por Kibrik (1977, p. 54-56), tais como boa pronúncia, experiência nesse tipo de trabalho, uma vez que já havia sido informante em outras ocasiões.

Algumas dificuldades foram encontradas na elicitación, uma vez que a língua ofayé é restrita a apenas nove falantes, dois dos quais, segundo a informante, não usam o português. O conflito entre a língua portuguesa e a língua ofayé, muitas vezes, impediu que a informante se lembrasse de determinados vocábulos ou ainda fez com que confundisse a estrutura do ofayé com a língua portuguesa, conforme apontamos anteriormente. (cf.1.1.1, p.21).

## CAPÍTULO III

### O VERBO: UM ESTUDO SEMÂNTICO E MORFOSSINTÁTICO

Este capítulo tem por finalidade fornecer informações sobre a morfologia e a sintaxe da classe dos verbos, bem como apresentar as definições terminológicas empregadas em nossa descrição, a fim de facilitar a compreensão dos fenômenos morfossintáticos a serem discutidos nos capítulos seguintes. Além disso, trazemos uma breve discussão sobre alguns subsistemas de morfologia flexional, que, segundo Givón (1984), podem aglomerar-se em torno dos verbos, como é o caso dos marcadores de tempo, modo e aspecto.

Apesar de compreendermos que há outros teóricos com diferentes classificações, neste trabalho apresentaremos a classe gramatical dos verbos, utilizando os critérios de classificação, semântico e morfossintático, propostos por Dik (1989), que discute sobre a tipologia do Estado de Coisas<sup>21</sup> (EsCo).

Sobre a valência, apresentamos as classificações dos verbos conforme o número de argumentos, sendo classificados, conforme Borba (1996), como verbos de valência 0, valência 1, valência 2, valência 3 e valência 4. Ainda focalizamos alguns operadores que se agregam ao verbo, Tempo/Aspecto/Modo (TAM).

#### 3.1 Princípios teóricos

A morfologia, segundo Payne (1997, p.20), é o estudo das formas. De acordo com o autor, a morfologia pode ser concebida de forma diferente ao tratarmos de áreas distintas, ou seja, ao falarmos sobre a morfologia dos camelos, encontraremos várias espécies de camelo com diferentes morfologias, isto é, com formas corporais distintas. Já em linguística, a morfologia busca analisar a forma das palavras. Payne ressalta ainda que, tradicionalmente, considera-se a

---

<sup>21</sup> Segundo Dik (1989) Estado de Coisas são entidades das quais podemos dizer que ocorrem, iniciam, terminam, são percebidas, vistas, sentidas, ouvidas, sendo frequentemente graduais, violentas e ligam-se a um plano mais próximo do concreto, plano da ocorrência.

morfologia como classificação das palavras em “categorias”, ajustando-as em classes gramaticais (chamadas “partes do discurso”<sup>22</sup>) de acordo com suas funções ou operações.

Seguindo os critérios propostos por Schachter (1985)<sup>23</sup>, as classes de palavras são divididas em classes abertas e classes fechadas. Considera-se uma classe aberta aquela constituída por um número ilimitado de palavras, decorrente do fato de que o léxico é um sistema em constante evolução e expansão, uma vez que todos os dias novas formas são acrescentadas à língua e ao mesmo tempo muitas dessas formas caem em desuso, surgindo novas construções. São classificados como classes abertas os nomes, os adjetivos, os verbos e os advérbios. Por outro lado, uma classe fechada é constituída por um número limitado de palavras, cuja ampliação é muito difícil, sendo essas classes divididas em pronomes, preposições, auxiliares, interjeições, conjunções e onomatopeias.

Givón (2001) estabelece distinção entre classes lexicais (ou de conteúdo) e não lexicais (ou funcionais). Para as palavras lexicais (classe aberta), há dois critérios de classificação: o semântico e o morfossintático. Para melhor compreensão, abordamos apenas os verbos.

### 3.2 Critérios de classificação

#### 3.2.1 Critério semântico

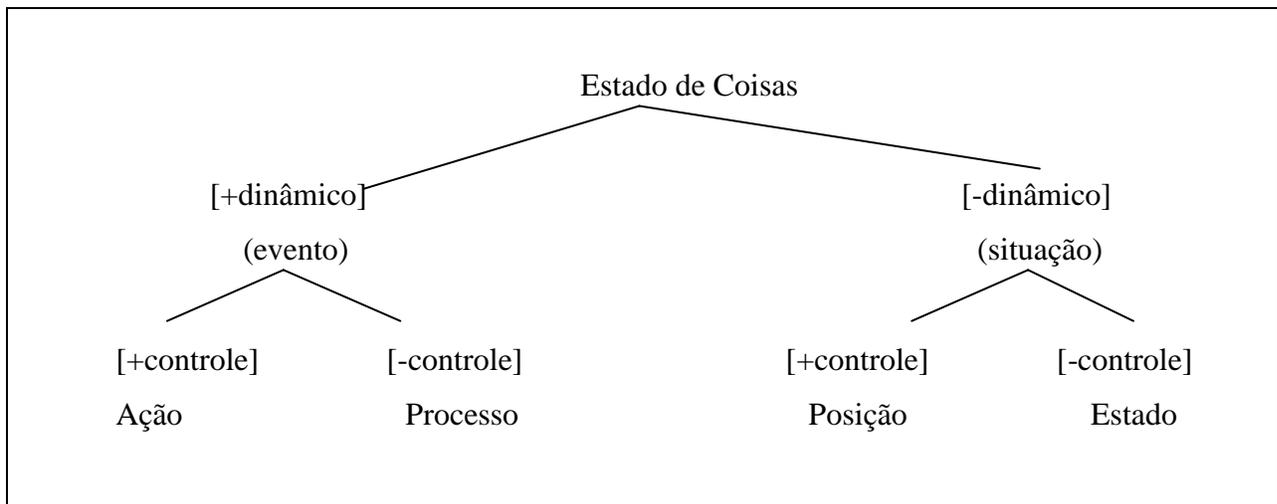
Os dois traços mais gerais para estabelecer o tipo de EsCo são a dinamicidade [+/- din], relacionado ao fato de uma entidade poder ou não sofrer alguma alteração ou transição durante um determinado intervalo de tempo; e controle [+/- cont], diz respeito ao poder da entidade envolvida no EsCo de determinar (intencionalmente) ou não a ocorrência desse EsCo. Segundo Dik (1989), combinando tais traços temos EsCos com diferentes tipos de significado: ação, processo, posição e estado. O critério semântico relaciona-se à significação, isto é, com a codificação, no caso dos verbos, de que decorrem desses tipos diferentes de significado.

A seguir, apresentamos o quadro proposto por Dik (1989), mostrando os tipos de EsCo:

---

<sup>22</sup> “In traditional Grammar, grammatical categories are called ‘parts of speech’.” (PAYNE, 1997, p. 32).

<sup>23</sup> “all languages make a distinction between open and close parts-of-speech classes.”(SCHACHTER, 1985, p. 4)

**FIGURA Nº 4. representação dos tipos de EsCo**

Os verbos também podem ser classificados como verbos agentivos e não agentivos. Assim, relacionando fatores é possível chegar à tipologia do EsCo, conforme os exemplos abaixo:

3.

- a) João Abriu a porta (verbo agentivo, ativo [+cont], [+din])
- b) O vento derrubou as casas (verbo não agentivo, não ativo [+din], [-cont])
- c) Maria estava comigo (verbo agentivo, ativo [-din], [+cont])
- d) A casa fica em Londres (verbo não agentivo, não ativo [-din], [-cont])

Em 3 (a) temos um verbo que indica ação e há duas entidades envolvidas, um que realiza a ação e outro que sofre uma ação, de maneira que há uma mudança de estado, dado o traço [+din] expresso pelo predicado<sup>24</sup>. Já em 3 (b) o verbo indica processo, em que uma entidade sofre uma alteração sem poder controlá-la; quanto a 3 (c) o verbo indica posição, pois embora a entidade não sofra alteração ela apresenta a potencialidade de determinar a ocorrência do EsCo em que se encontra, ou seja, possui mais controle; e em 3 (d) nenhuma entidade sofre qualquer alteração durante o intervalo de tempo.

<sup>24</sup> Conforme Dik (1989), o predicado é o primeiro nível que é exigido para haver a organização de uma estrutura subjacente de frase, assim, o predicado designa propriedades ou relações que se aplica a um determinado número de argumentos que se referem a entidades.

### 3.2.1.1 Funções semânticas expressas pelos termos argumentais

Payne (1997, p. 48) descreve algumas regras semânticas que frequentemente são expressas pelas relações gramaticais de sujeito, objeto direto e objeto indireto nas línguas naturais, no entanto, utilizaremos apenas a classificação de Dik (1989) para que os conceitos não se sobreponham.

A seguir veremos as funções semânticas expressas pelo Argumento 1 (A1=sujeito). Uma das funções que pode ser a de Agente (ag), que é a entidade controladora de uma determinada ação, conforme vemos no exemplo 4:

4. A1  
O médico examinou o paciente.  
**Ag.**

Já em 5, o A1 tem a função de força (Fo), que diz respeito a uma entidade que não controla a ação, mas é estimuladora de um processo:

5. A1  
O vento abriu a porta  
**Fo.**

Outra função que podemos encontrar é a de processado (Pr), em que a entidade sofre um processo, conforme podemos observar em 6:

6. A1  
João morreu  
**Pr**

O A1 também pode exercer o papel de posicionador (Po), uma vez que a entidade é controladora, indicando a posição, como no exemplo 7:

7. A1  
Maria ficou na faculdade  
**Po**

Em certos casos, a função pode ser zero (Ze), quando a entidade está envolvida em um estado, como se observa no exemplo 8:

8. A1  
A igreja fica na esquina  
**Ze**

Essas foram as funções, apresentadas por Dik (1989), em relação ao A1. Segundo o autor, também há funções semânticas expressas pelo Argumento 2 (A2=objeto), como por exemplo, a função Meta (Me), em que a entidade é afetada ou efetuada pela operação de algum controlador ou força, como vemos em 9:

9. A1            A2  
 João abriu a porta  
**Me**

Outra função exercida pelo A2 é a de recipiente (Rec) em que, conforme o exemplo 10, a entidade recebe algo que lhe transferem:

10. A1                    A2  
 Maria deu leite para a criança  
**Rec**

Quando temos o lugar onde algo se encontra, a função de A2 é de Locativo (Lo), como observamos em 11:

11.  
 A1                    A2  
 Ana mora em Três Lagoas  
**Lo**

A função de A2 de direção (Dir) diz respeito à entidade que se move ou é movida para algum lugar, como mostra o exemplo 12:

12.           A1           A2  
 Ana irá para o Japão  
                   **Dir**

Já em 13, temos uma entidade da qual alguma coisa se move ou é movida, tendo assim o A2 a função de origem (Or):

13.   A1           A2  
 Marcos veio de Três Lagoas  
                   **Or**

Quando temos um segundo ou terceiro termo de uma relação predicativa<sup>25</sup> com relação ao qual tal relação se mantém nós temos para o A2 a função de referência (Ref), como observamos no exemplo a seguir:

14.   A1           A2  
 Eu gosto de chocolate  
                   **Ref**

Ainda nas questões semânticas, podemos dizer que os verbos podem ser classificados em termos de valência<sup>26</sup>, conforme proposta de Borba (1996), o qual afirma que uma gramática de valência busca encontrar relações de dependência entre categorias básicas que (co) ocorrem num determinado contexto. Assim, a semântica do verbo determinará a quantidade de argumentos exigida pelo verbo. Discutiremos de modo mais aprofundado sobre as questões de valência no decorrer deste capítulo.

---

<sup>25</sup> Segundo Dik (1989) uma predicação é o resultado da relação de um predicado e seus argumentos, designando um EsCo.

<sup>26</sup> Conforme Borba (1996), o conceito de valência se aproxima da questão da transitividade verbal, porém possui o sentido mais abrangente, uma vez que não se limita apenas a ideia de “complementar” o sentido dos verbos, mas tem haver com a relação entre o verbo e seus constituintes obrigatórios na oração.

### 3.2.2 Critério morfossintático

De maneira objetiva, podemos dizer que, sob ponto de vista estrutural, a morfologia trata das flexões, classificações, estrutura e formação das palavras. Por esse critério, analisamos os morfemas (gramaticais e derivacionais) que tendem a ser afixados aos verbos, como a presença das categorias de tempo, modo e aspecto, por exemplo. Tais categorias são discutidas a partir da seção 4.2.7. Já a sintaxe ocupa-se da disposição dos vocábulos nas orações, analisando as relações entre si, bem como as funções sintáticas que cada palavra exerce na sentença.

Já a visão funcionalista, na qual se baseia este trabalho, podemos identificar três níveis estruturais de organização de uma frase, a saber o predicado, predicação e a proposição.

Segundo Dik (1989), o predicado trata do primeiro nível exigido para se organizar uma estrutura implícita de frase, designando relações que se aplica a determinado tipo de argumentos, como por exemplo, o adjetivo “bonito” tem uma relação com o A1 “João”, numa sentença como “João é bonito”. Já a predicação resulta da relação de um predicado com seus argumentos que designam um EsCo. Assim, na sentença apresentada, “bonito” é o suporte do predicador.

A proposição refere-se ao conteúdo expresso por predicação, ou seja, um fato possível, verificando a atitude do falante em relação ao conteúdo do ato de fala, como, por exemplo, “Parece que você está muito chateado”.

Assim, por meio desses níveis de organização de uma frase, sabemos que o ato de predicar consiste em buscar relações entre os termos envolvidos na predicação, sendo que para cada argumento é atribuída uma determinada propriedade, utilizando um predicador.

Quanto à tipologia de ordem vocabular, baseada na análise da estrutura da oração e de seus constituintes, Maia (1998) ressalta que é o campo mais fértil dos estudos tipológicos nos últimos tempos, uma vez que a ordem dos constituintes principais da oração (sujeito, verbo, objeto) e a ordem dos constituintes dos sintagmas nominais (determinante, nome, sintagma preposicional ou sintagma adjetival) são os parâmetros mais intensamente analisados na literatura tipológica.

As combinações dos constituintes oracionais possíveis são SOV, SVO, VSO, VOS, OVS e OSV. Convém destacar que nem todas essas ordens ocorrem com a mesma frequência nas línguas do mundo e ainda uma língua pode apresentar ordens diferentes para suas diversas

construções. Na língua portuguesa, por exemplo, a ordem frequente é SV(O), como podemos observar no exemplo 15 (a), mas também pode haver construções com ordem VS, como exemplificado em 15 (b):

- 15.
- |         |         |             |  |
|---------|---------|-------------|--|
| S       | V       | O           |  |
| a) Elen | comprou | um vestido. |  |
- 
- |             |                   |          |  |
|-------------|-------------------|----------|--|
| V           | S                 |          |  |
| b) Existiam | apenas duas casas | na vila. |  |

Já em línguas pertencentes ao tronco Macro-jê, por exemplo, a ordem sintática mais comum encontrada é SOV. Uma das línguas desse tronco é a Kaigang, que, segundo Gonçalves (2007), possui essa ordenação, conforme os exemplos apresentados a seguir:

16.  
(GONÇALVES, 2007, p. 16 (a e b))
- |    |                               |         |       |        |     |
|----|-------------------------------|---------|-------|--------|-----|
| a) | S                             | O       | V     | Loc.   |     |
|    | Inh pi                        | pã'i    | vég   | ẽmã    | ki. |
|    | 1p ms                         | cacique | v.ver | aldeia | em  |
|    | “Não vi o cacique na aldeia.” |         |       |        |     |
- 
- |    |  |            |        |          |  |
|----|--|------------|--------|----------|--|
| b) | S  | Instr.     | O      | V        |  |
|    | kanhgág ta                               | no ta      | kajër  | pin      |  |
|    | Índio ms                                 | flecha com | macaco | v.atirar |  |
|    | “O índio atirou no macaco com a flecha.” |            |        |          |  |

### 3. 3 Os verbos: aspectos morfossintáticos

#### 3.3.1 A valência dos verbos

Os verbos, segundo Valenzuela (1997), têm sido incluídos em diferentes categorias semânticas e morfossintáticas, pois, segundo a autora, categorizar é importante, uma vez que, por

meio das propriedades dos verbos, determinamos o número, os tipos de argumentos e suas relações com o verbo, além de mostrar as possibilidades de alternar expressões e, conseqüentemente, suas interpretações.

Transitividade é, segundo Givón (2001, p. 125), um fenômeno complexo que envolve componentes semânticos e sintáticos. Uma oração exige a presença de um predicado que estabelecerá relações com os argumentos, elementos que são obrigatórios para interpretá-lo.

Há dois tipos de predicado: o nominal e o oracional (ou verbal), sendo este último analisado de acordo com o número de argumentos que exige, ou seja: de acordo com o número de argumentos encontrados, podemos classificar os verbos em: intransitivos, transitivos e bitransitivos.

Segundo Valenzuela (1997, p. 9), a questão da transitividade envolve a representação entre papéis (“caso”) e as relações gramaticais que ocorrem na frase, bem como o modo como os principais argumentos da oração – agente e paciente – serão codificados e, sobretudo, como tal codificação corresponde às relações gramaticais de sujeito e objeto direto da sentença.

Toda língua, segundo Dixon (1994, p. 6), faz distinção entre orações que envolvem um verbo e um sujeito principal da frase (orações intransitivas) e aquelas que envolvem um verbo e dois ou mais núcleos principais (orações transitivas, incluindo as bitransitivas como um subtipo).

O autor comenta ainda que, em algumas línguas, quase todos os verbos são terminantemente classificados como transitivos ou intransitivos, como é o caso do latim e da língua australiana dyirbal. Já em outras línguas a transitividade dos verbos, segundo o linguista, é mais fluida, como é o caso do inglês, em que alguns verbos são apenas transitivos (como o verbo “go” – ir), mas há aqueles que podem ser tanto transitivos como intransitivos ( como os verbos *eat, knit, help, walk, bend, spill*), sem adicionar marcas morfológicas.

Tradicionalmente, os verbos são classificados em transitivos, intransitivos e bitransitivos, porém nos estudos linguísticos os verbos tem sido classificados em termos de valência, isto é, conforme o número de argumentos que uma sentença apresenta. (cf. 3.2.1.1). O argumento externo (A1) é o sujeito da oração, ao passo que o argumento interno (A2, A3 e A4) trata-se do objeto.

### 3.3.1.1 Os verbos de valência 1

De acordo com Givón (2001, p. 125), “os verbos intransitivos podem codificar estados, eventos ou ações e seus sujeitos podem ser ou um agente, paciente ou dativo”<sup>27</sup>. Esses verbos são chamados de valenciáis 1, pois exigem um único argumento (A1) e este, na relação gramatical exerce a função de sujeito (S), conforme exemplos a seguir:

17.

S      V

a) O menino dançou (sujeito agente, verbo de valência 1)

A1

S      V

b) A mulher morreu ( sujeito processado, verbo de valência 1)

A1

### 3.3.1.2 Os verbos de valência 2

Classificados tradicionalmente como transitivos, estes verbos são aqueles que envolvem dois participantes, sendo que um é o objeto. Conforme Givón (1984, p. 96), tais argumentos é que caracterizam a transitividade. No exemplo 18, podemos observar que “João”, entidade controladora da ação, é o argumento externo (A1), ao passo que “Lucas”, a entidade afetada, é o objeto da sentença:

18.

S      V      O

João bateu em Lucas (Sujeito agente, verbo de valência 2, objeto meta)

A1                  A2

---

<sup>27</sup> Verbs in this class may code either states, events or actions. Their subject may be either an agent, patient or dative.(GIVÓN, 2001, p. 125).

### 3.3.1.3 Os verbos de valência 3

Os verbos de valência 3, conhecidos como bitransitivos, segundo Givón (2001, p.141), codificam eventos com três participantes obrigatórios, um assumindo papel de sujeito e os outros dois de objeto, ou seja, são aqueles que possuem um argumento externo (A1) e dois argumentos internos (A2 e A3).

No exemplo 19, podemos notar que é a semântica do verbo *dar* que determina o número de argumentos. Ao determinar a relação apresentada, usa-se o termo recipiente ou beneficiário.

- 19.
- |       |     |       |        |          |
|-------|-----|-------|--------|----------|
| S     | V   |       |        |          |
| Maria | deu | leite | para a | criança. |
| A1    |     | A2    |        | A3       |
- (sujeito agente, A2 é o tema e A3 é o recipiente)

### 3.3.1.4 Os verbos de valência 4

Os verbos de valência 4 não são muito comuns de se encontrar, mas na língua portuguesa, por exemplo, é possível realizarmos construções que apresentam quatro argumentos, sendo um o externo (A1) e os demais os argumentos internos, conforme o exemplo 20, em que temos o A1 como o sujeito agente e o A2 é o objeto afetado (meta):

- 20.
- |       |          |    |        |    |                   |
|-------|----------|----|--------|----|-------------------|
| S     | V        |    |        |    |                   |
| Maria | traduziu | a  | bíblia | do | inglês            |
| A1    |          | A2 | A3     | A4 | para o português. |

Portanto, vimos que a semântica dos verbos determina a sua classificação. As seções seguintes são destinadas à apresentação de um panorama de alguns tipos de verbos, tais como os verbos auxiliares, os verbos de percepção, os verbos existenciais e os verbos copulativos.

### 3.3.2 Verbos auxiliares

Os auxiliares, segundo Givón (2001, p. 102), estão no primeiro nível da gramaticalização da marcação de tempo, aspecto, modo nos verbos e, conseqüentemente, dentro da morfologia verbal. Eles ocorrem em posição de verbo, levando alguma informação flexional, quer seja de concordância com sujeito/objeto, quer seja com a marcação de tempo/aspecto/modo, associados aos verbos (PAYNE, 1997, p. 84).

O autor ressalta, no entanto, que são auxiliares porque não detêm o papel mais importante dentro da oração, pois geralmente são semanticamente “vazios”, como o verbo “estar” na língua portuguesa, na sentença 21 (a) e 21 (b) e *do*, da língua inglesa, conforme Payne (1997) apresenta na sentença 21 (c):

21.

a) Ele está indo embora  
Aux vb.princ.

b) Ele está fazendo bolo  
Aux vb.princ.

c) (PAYNE, 1997, p. 84)

He does go to school.  
“Ele vai à escola.”

Outros podem expressar informação “auxiliar”, tais como tempo/aspecto/modo, conforme podemos observar no exemplo 22, em que há a marcação de aspecto:

22.

A Maria está fazendo o almoço  
Aux

Payne (1997) ainda afirma que geralmente os verbos estativos, como *ser*, *estar* e *ficar*, são os que mais comumente se tornam auxiliares, além dos verbos *começar*, *permitir*, *terminar*, *querer*, entre outros.

No português, por exemplo, o verbo “ir” pode ser usado como verbo principal, indicando deslocamento ou uma movimentação fura (como em 23 a e b), ou ainda como verbo auxiliar, indicando o início imediato de uma ação (marcação aspectual, conforme podemos observar em 23c):

23.

- a) Eu fui para São Paulo (deslocamento)
- b) Eu vou para São Paulo. (movimento + futuro)
- c) Eu vou comer. (Aspecto: início de uma ação)  
Aux. Vb. Princ.

Payne (1997) aponta que, no inglês, assim como em outras línguas, o verbo “go” (ir), além de verbo nocional, é gramaticalizado como marcador de tempo futuro ou auxiliar, assim como ocorre na língua portuguesa.

### 3.3.3 Verbos de percepção

De acordo com Payne (1997, p. 60), “verbos de sensação (ou impressões sensoriais) expressam conceitos que envolvem os sentidos: ver, ouvir, sentir, tocar, gosto, sentido, observar, cheiro, perceber”. Tais verbos podem ser agrupados em modalidades sensoriais, conforme se apresenta na tabela a seguir:

**TABELA Nº1. Verbos de percepção em português**

<i>Vb. Visual</i>	<i>Vb. Auditivo</i>	<i>Vb. Olfativo</i>	<i>Vb. Gustativo</i>	<i>Vb. Tátil</i>
<b>Enxergar</b>	Escutar	Cheirar	Degustar	Apalpar
<b>Ver</b>	Ouvir	Farejar	Provar	Tocar
<b>Avistar</b>	Soar	Feder	Petiscar	Sentir
<b>Olhar</b>	Vibrar	Sentir	Gostar	Encostar
<b>Assistir</b>		Catingar	Morder	
<b>Observar</b>		Perfumar	Saborear	
		Aromatizar	Sentir	

Veamos alguns exemplos dos tipos apresentados:

24.

- Exemplos com verbos de percepção visual:

- a) Eu vi a Maria ontem  
b) *Avistamos* as montanhas no horizonte.

- Exemplos com verbos de percepção auditiva:

- a) Eu ouvi dizer que João fugiu de casa.  
b) Os sinos soaram no aniversário da catedral.

- Exemplos com verbos de percepção olfativa

- a) A mulher cheirou a rosa.  
b) O cão farejou a droga na mala do passageiro.

- Exemplos com verbos de percepção gustativa

- a) O homem provou a comida e não gostou.  
b) Senti que o suco estava amargo.

- Exemplos com verbos de percepção tátil:

- a) Eu toquei em suas vestes.  
b) Luana sentiu a textura do tecido.

Em geral, o estudo desses verbos está relacionado com a questão da evidencialidade, que, segundo De Haan (1999), codifica a fonte da informação do falante. Na língua karo, segundo Lima (2008), há um sistema que faz essa codificação da fonte da informação do falante, estabelecendo-se a distinção entre a evidência direta, que possui como subcategoria a evidência visual com a partícula {topə}; a evidência indireta, quando a informação é adquirida por “ouvir dizer algo”, com o uso da partícula {toʔwa}; e a fala indireta, quando o falante deseja referir-se à fala de alguém.

Na sequência, podemos observar um exemplo da língua Karo, de Gabas Júnior (2002 *apud* Lima 2008, p.12), em que temos um caso de evidencialidade direta (evidência visual), marcado pela partícula {topə}, indicando que a fonte de informação de fato viu “x” indo embora:

25.

ayaʔwan        **topə** nānin  
aʔ=yaʔwa-t    topə nānin  
3SG= go-IND    EVID EVID  
“Ele foi (visto indo) embora mesmo”.

Uma análise mais detalhada sobre esses tipos de verbos e dos tipos de complementos que aceitam é realizada no capítulo V, em que apresentamos algumas ocorrências encontradas em nossos dados da língua ofayé.

### 3.3.4 Verbos existenciais

As construções existenciais possuem significados relacionados a *existir*, *ter*, *haver* e *viver*. Estes são os chamados verbos existenciais que, como o nome indica, estão ligados à existência de algo ou alguém em determinado tempo ou lugar, como podemos observar nos exemplos que seguem:

- 26.
- a) Há muitas pessoas pobres neste país.
  - b) Saci Pererê não existe.
  - c) Tem apenas um livro na estante.
  - d) Eu vivo pelo mundo.

Segundo Payne (1997, p.123), tais construções podem vir acompanhadas de um adjunto que indica tempo (adjunto temporal, como em: *there is* – *há*-sentido de existir) ou lugar (adjunto locacional, como em *under the bed* – *embaixo da cama*). Assim, o autor traz um exemplo de uma oração existencial:

- 27.
- (PAYNE, 1997, p.123, ex. 28)  
 There is a cat under the bed  
 “Há um gato embaixo da cama.”

O autor ainda ressalta que muitas línguas tratam orações como “There is a God” (há um Deus) como morfossintaticamente existenciais, embora não haja um adjunto locacional exposto. Essas orações “puramente” existenciais não são comuns no discurso diário, por isso a língua usa a forma verbal intransitiva para expressar esse tipo de ideia, como, por exemplo, “A God exists” (Deus existe).

Há línguas que, por não possuírem um verbo existencial, apresentam, em suas sentenças afirmativas, apenas um sentido existencial, conforme podemos observar, em Ferreira (2003, p. 95), o exemplo da língua Parkatêjê:

28. (FERREIRA, 2003, p. 95 ex.147)  
 i-mē kaper inũarε  
 1-Dat bacaba Neg  
 “eu não tenho bacaba” *lit.* ‘para mim, não (existe) bacaba’.

Existem, no entanto, verbos como {amrĩ}, da língua Parkatêjê, que, segundo Ferreira (2003, p. 96), são verbos existenciais negativos, pois neles já se encontra o sentido de “não existência de algo”, como exemplificado a seguir:

29. (FERREIRA, 2003, p. 96 ex.148)  
 ko amrĩ arε  
 água Neg. Exist Enf  
 “não tem água” (*lit.* ‘água não existe’)

### 3.3.5 Verbos copulativos

O verbo cópula, tradicionalmente conhecido como “verbo de ligação”, possui a função de unir um predicado nominal a um sujeito. Segundo Givón (2001, p. 119), “os verbos copulativos, semanticamente, representam estados permanentes e temporários. Seu sujeito ocupa o papel semântico de paciente ou de um estado dativo”.<sup>28</sup>

O autor traz exemplos para explicar que a maioria da carga semântica não é realizada pelo verbo copular em si, mas pelo predicativo<sup>29</sup> não verbal que o compõe, quer seja adjetivo (como em 30b), quer seja substantivo (como em 30a):

<sup>28</sup> Semantically, copular clauses represent permanent or temporary states. Their subject occupies the semantic role of either a patient or dative of states. (GIVÓN, 2001, p. 119).

<sup>29</sup> Em português, isso se materializa nos predicados chamados nominais.

30.  
 (Givón, 2001, p. 119, ex (a e b))  
 a) He is a (lousy) teacher.  
 “Ele é um (péssimo) professor”  
 b) She is (very) tall.  
 “Ela é (muito) alta”.

### 3.4 Tempo, Aspecto e Modo (TAM)

Conforme mencionado, Givón (1984) afirma que há alguns subsistemas de morfologia flexional que podem aglomerar-se em torno dos verbos, como é o caso de tempo, modo e aspecto. Estes são, segundo o autor, os afixos mais comuns nas línguas, podendo ser marcados ou não em seu sistema verbal.

Segundo Payne (1997, p. 233), TAM “são operadores que ancoram ou agrupam a informação expressa em uma oração de acordo com sua orientação sequencial, temporal ou epistemológica”<sup>30</sup>.

Tempo, modo e aspecto são categorias atreladas entre si, em que o tempo diz respeito ao momento em que determinado fato acontece (sempre tomando como ponto de referência o momento em que é enunciado), o aspecto refere-se à constituição temporal interna do fato, enquanto o modo está ligado à posição do falante com relação ao que é dito.

#### 3.4.1 Tempo

De acordo com Comrie (1976), o tempo verbal refere-se a uma localização de tempo no mundo (presente, passado e futuro) e, por essa razão, é considerado dêitico. Bhat (1999, p. 13) define o tempo como “uma marca flexional utilizada para denotar uma locação temporal no evento”. Já para Payne (1997, p. 236), o tempo é definido como a “expressão da relação do tempo de um evento para alguma referência-ponto no tempo, geralmente o momento em que a

---

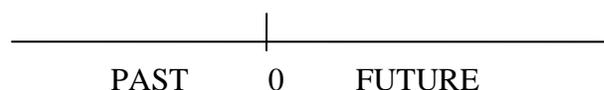
<sup>30</sup> “Tense, aspect, and mode (TAM for short) are operations that anchor or ground the information expressed in a clause according to its sequential, temporal, or epistemological orientation. (PAYNE, 1997, p. 233).

oração é proferida”<sup>31</sup>, sendo algo “associado com a sequência de eventos em tempo real.”<sup>32</sup> (PAYNE, 1997, p. 233-234).

Segundo o autor, o tempo é algo absoluto, óbvio e independe de circunstâncias externas (como é o caso do aspecto, cf. 3.3.2) ou de outras sentenças complementares.

A partir da figura denominada “representação do tempo”, Comrie (1985) procurou explicar como podemos pensar na localização do tempo no mundo: a linha reta seria o tempo; o passado é representado à esquerda e o futuro à direita, já o momento presente é um ponto “0” na linha.

**FIGURA N° 5. Representação do tempo**

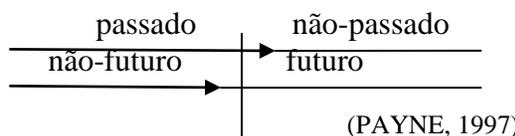


(COMRIE, 1985, p.2)

Essa representação diagramática do tempo mostra que o passado corresponde a um momento anterior ao presente e o futuro corresponde a um acontecimento posterior, porém o autor ressalta que, em algumas culturas, as conceituações de tempo são extremamente diferentes e, por essa razão, essa definição não pode ser usada especificamente para determinar o tempo de todas línguas, e sim como uma teoria mais geral, uma vez que a separação de tempo feita por gramáticos tradicionais, em “passado”, “presente” e “futuro”, é, conforme Lyons (1979), de certo modo, imprópria. Em ofayé, não há marca para distinguir presente/passado; já o futuro é claramente marcado na língua, conforme discutiremos no capítulo 4.

Payne (1997, p. 236) comenta que provavelmente as distinções mais comuns são entre “passado” x “não passado” ou “futuro” x “não futuro”, conforme a representação abaixo:

**FIGURA N° 6. Distinção entre passado e não-passado e entre futuro e não futuro**



(PAYNE, 1997)

<sup>31</sup> “Tense is the grammatical expression of the relation of the time of an event to some reference point in time, usually the moment the clause is uttered.” (PAYNE, 1997, p. 236).

<sup>32</sup> “Tense is associated with the sequence of events in real time.” (PAYNE, 1997, p.233-234).

A respeito dessa situação, Lyons (1979, p. 321) afirma que o ponto zero teórico, que seria “o agora” do enunciado, pode ser visto reagrupado com passado ou com futuro, resultando na distinção entre “passado” e “não passado”. O autor ressalta que há línguas que distinguem o “agora” e o “não agora”, ou ainda “presente” x “não presente”, assim como existem línguas que fazem distinção apenas entre “futuro” x “não futuro”, porém Bhat (1999) acredita que se trata de algo mais modal que temporal, uma vez que essa distinção ocorre entre *irrealis* x *realis*<sup>33</sup>, isto é, o que não se realizou e o que se realizou ou se realiza, respectivamente.

A negação mais extrema da “representação do tempo”, segundo Comrie (1985), é dizer que há culturas que não têm nenhuma noção de tempo. Como seria não ter conceituação de tempo? O autor ressalta que muitas culturas não possuem conceituação de progresso, ou seja, para muitas culturas o hoje será exatamente o mesmo que ontem, o amanhã ou até 50 dias seriam a mesma coisa; enfim, eles têm algo único para definir todas essas variações de tempo.

O autor explica que a afirmação de que certas culturas não têm qualquer conceituação de tempo, ou possuem uma visão extremamente distinta, é baseada no fato de que a língua em questão não tem um aparato gramatical para expressar gramaticalmente o tempo. Assim, o tempo está presente em todas as línguas; o que há, como afirma Lyons (1979), é uma imensa variedade de sistemas de tempo encontradas nas diferentes línguas; outras distinções de tempo se combinariam de diferentes maneiras dependendo da noção de “proximidade”.

O tempo, quando marcado, pode ser expresso lexical, morfológica ou analiticamente, no lexema verbal de uma língua, conforme podemos observar nos exemplos extraídos de Payne (1997, p. 237), que mostra a existência das três formas na língua inglesa:

31.

is >was	past: lexical (suppletion)
walk >walked	past: morphological
see > will see	future: analytic

---

<sup>33</sup> Aikhenvald (2004) afirma que as formas *irrealis* são aquelas em que o falante é incapaz de atestar a veracidade do evento, uma vez que não há evidência direta, sendo supostamente alegada, contrastando com a forma *realis*.

### 3.4.2 Aspecto: conceito e algumas noções

A noção de aspecto tem sido alvo de muita divergência entre linguistas, já que não se conseguem compreender do mesmo modo noções em geral concebidas como aspectuais. Tal fato se dá porque não há, segundo Comrie (1976, p. 1), como discutir sobre aspecto sem mencionar o tempo, uma vez que o tempo verbal relaciona-se com o tempo físico da situação referida para qualquer outro tempo, geralmente o momento da fala.

Conforme Cohen (1993, p. 18), as definições de aspecto geralmente mostram duas visões que nem sempre são expressas de forma clara e que, por vezes, nos mesmos autores, se misturam umas com as outras, resultando em uma oscilação. Algumas definições, segundo o autor, reconhecem como aspectual o verbo que não revela o tempo situado, já outras são carregadas de um conteúdo positivo, ou seja, considera-se como aspectual o verbo que apresenta a noção de duração de um processo.

O autor aponta ainda que a relação entre aspecto e tempo é múltipla; uma das noções atribuídas ao aspecto, desde o princípio da teorização de que tem sido objeto, é uma interpretação inteira ou parcialmente temporal.

Comrie (1976) explica que o tempo verbal refere-se a algum tempo no mundo (presente, passado e futuro) e, por essa razão, é considerado como dêitico. Tais tempos verbais são absolutos – não dependentes de variáveis externas – quando relacionados ao tempo da situação descrita em relação ao presente. Assim, o tempo absoluto independe de circunstância externa ou de outras sentenças complementares, ao passo que o tempo relativo refere-se ao tempo cronológico de outra situação para que esta possa ser entendida. Para o autor, há um “tempo aspectual” distinto do tempo verbal. Em 32 (a) temos um exemplo de tempo absoluto, em que a realização da ação não depende de outra situação externa, já em 32 (b), temos o tempo relativo, pois o ato de “ir ao cinema” ocorreu depois de outro momento: o de “jantar com Maria”.

32.

- a) Ontem, João comprou um carro.
- b) João foi ao cinema depois de jantar com a Maria.

Conforme Payne (1997, p. 238), o aspecto “descreve a situação temporal interna de eventos ou estados”<sup>34</sup>, ou seja, os aspectos são formas diferentes de se ver a constituição temporal interna de uma situação, podendo ser expressos lexical ou gramaticalmente.

Em diversos autores, a conceituação de aspecto varia muito; diante disso, na tentativa de se definir o aspecto, Travaglia (2006, p. 40) apresentou, para a língua portuguesa, pontos comuns entre conceituações distintas, caracterizando o aspecto como uma “categoria verbal de tempo, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do complemento e o da realização da situação”.

Segundo Bhat (1999, p. 43), o aspecto indica a estrutura temporal de um evento, ou seja, a maneira como ocorre determinada situação no tempo. Para Câmara Júnior (1989), a representação da categoria focaliza sua duração, marcando seu início, como em 33 (a) sua conclusão (como em 33 b) ou seu prolongamento (como em 33 c):

- 33.
- a) João começou a cantar
  - b) João parou de cantar
  - c) João está cantando

Câmara Júnior (1989) destaca que estamos acostumados a ver o processo verbal na linha do tempo, porém é possível que este se apresente, na língua, na categoria aspecto. Segundo Talmy (1985, p. 77), o aspecto é caracterizado como “o padrão de distribuição da ação sobre o tempo”<sup>35</sup>.

Embora haja confusões entre as categorias de tempo e aspecto pelo fato de se relacionarem ao tempo cronológico, Comrie (1976, p. 5) afirma que cada uma se manifesta de forma distinta, como podemos observar nos exemplos a seguir:

---

<sup>34</sup> “aspecto describes the internal temporal shape of events or states”. (PAYNE, 1997, p. 238)

<sup>35</sup> “the pattern of distribution of action through time”. (TALMY, 1985, p. 77)

34.

- a) Maria comeu (tempo passado)
- b) Maria já comeu (“já” marca um aspecto conclusivo)

Um padrão habitual do grego antigo, por exemplo, fundamenta-se, segundo Cohen (1993, p. 78), na oposição entre perfectivo *vs* não perfectivo e durativo *vs* não durativo (em inglês, há a oposição de progressivo *vs* não progressivo, que representa a de durativo *vs* não durativo). As noções mais comuns nas discussões sobre o aspecto são as de perfectividade e imperfectividade, termos que, segundo Comrie (1976), se contrastam, uma vez que a perfectividade apresenta a situação como um todo, sendo um olhar externo sobre a situação, ao passo que a imperfectividade indica uma visão à estrutura interna da situação.

Às vezes, costuma-se afirmar que o perfectivo indica situações de curta duração, enquanto o imperfectivo indica as de longa duração, mas o autor alerta que há contradições, pois o perfectivo é usado para indicar tanto situações de curta duração como de longa. O autor prossegue afirmando que, igualmente, o perfectivo não pode ser definido como aquele que descreve uma situação de duração limitada em oposição a uma ilimitada. Uma caracterização muito frequente do perfectivo é aquela que indica uma ação completada, pois existe uma distinção semântica crítica nesse aspecto: o perfeito realmente denota uma situação completa, com começo, meio e fim, mas o uso do termo “completado” enfatiza muito o término da situação, quando na realidade o perfectivo não ressalta necessariamente o fim de uma situação, já que todas as partes da situação são representadas como um todo.

Conforme Bhat (1999), essa distinção entre perfectivo e imperfectivo é uma das mais importantes: o perfectivo analisa a situação com limites; o imperfectivo, em desenvolvimento. É importante ressaltar que, em algumas línguas, há poucas variações expressas gramaticalmente, de modo que não é necessário que as noções aspectuais estejam gramaticalizadas. No inglês, por exemplo, não se gramaticalizam muito noções aspectuais, porém, segundo Payne (1997), isso não significa que essa língua não tenha aspecto, mesmo porque tais noções são expressas por estruturas analíticas que envolvem um verbo principal e um complemento, como nos exemplos:

35. (PAYNE, 1997, p. 239)

a) I finished working  
 “Eu terminei o trabalho.”

b) I started working  
 “Eu comecei o trabalho”

Nota-se que as relações gramaticais são dadas por meio das palavras *finished* (terminar. pass.) e *started* (começar. pass.), isto é, os auxiliares aspectuais, seguidos do nocional *working* (trabalho).

### 3.4.3 Modo

De acordo com Neves (2003, p. 246), a forma mais comum é aquela em que os conceitos modais são expressos por meio dos verbos modais, como *poder* e *dever*, além de *saber*, *crer*, *permitir*, *obrigar*, *precisar de*, *ter de*. Lyons (1979) destaca que o modo realiza-se pela flexão do verbo ou por sua transformação, ocorrida por meio dos “auxiliares”, como podemos observar nos exemplos a seguir:

36.

a) O homem pode ser indiciado pelo crime de homicídio doloso.  
 (verbo auxiliar modal)

b) Eu creio que todos os brasileiros têm o direito a uma alimentação digna.  
 (Verbo que indica crença).

Algumas línguas possuem um conjunto de processos gramaticais para indicar a atitude do falante em relação ao que está sendo dito. Assim, desejos, exigências, condições, julgamentos, enfim, todas essas situações são ocorrências modais.

A modalidade está relacionada às noções de verdade, convicção, permissão, proibição, ordem, pedido, necessidade, obrigatoriedade, entre outras, e, como afirma Neves (2003, p. 245),

pode ser considerada, do ponto de vista linguístico, como “a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes”.

Por outro lado, a autora alerta que tal abordagem é vaga, pois esse fenômeno é amplo, uma vez que, em uma língua, há diversas maneiras de expressar um mesmo tipo de modalidade, assim como uma determinada expressão pode representar modalidades distintas.

Neves (1996, p. 178) examina a manifestação da modalidade por meio de dois eixos: o do conhecimento e o da conduta. No eixo do conhecimento, encontram-se as categorias epistêmicas, que, conforme Payne (1997, p. 246), têm a ver com o nível de comprometimento do falante com a verdade da proposição<sup>36</sup>. Podem expressar certeza do conhecimento (37a) a probabilidade (37 b) ou até mesmo o que seja improvável (37 c):

37.

- a) Eu tenho certeza de que a copa do mundo será no Brasil.
- b) Algo terá sido dito por ela, senão não estaria tão cabisbaixo.
- c) Será que a copa vai ser sediada no Brasil?

Já o eixo da conduta diz respeito ao dever, obrigação ou proibição e, por essa razão, está vinculado à modalidade deôntica, que, segundo o autor, expressa, por meio do verbo, o dever ou obrigação do sujeito de realizar o ato *irrealis*.

38.

Todos nós devemos respeitar as pessoas.

Payne (1997, p. 244) esclarece que os modos descrevem a atitude do falante diante de uma situação, isto é, suas crenças diante da realidade ou probabilidade. Tais modos, segundo Neves (2003, p. 254), estão relacionados com a modalidade de diversas formas. No português, por exemplo, temos os modos imperativo, subjuntivo (ou conjuntivo) e indicativo, insuficientes para representar todas as modalidades.

---

<sup>36</sup> A proposição designa um fato possível, sendo nesse nível que se verifica a atitude do falante em relação ao conteúdo de fala.

O modo imperativo relaciona-se com a modalidade deôntica, uma vez que está ligado à ordem e a proibição, conforme podemos observar nos exemplos 39 (a-c):

- 39.
- a) Cale a boca!
  - b) Não mexa nisso!
  - c) Vá dormir!

Os modos subjuntivo (ou conjuntivo) e indicativo, segundo Neves (2003), não possuem correspondências únicas com determinadas modalidades. De modo geral, o primeiro é associado ao domínio da incerteza, eventualidade ou dúvida, conforme exemplificado em 40 (a). Quanto ao modo indicativo, Lyons (1979) aponta que as frases declarativas seriam apenas fatos neutros com relação aos atos do falante quanto ao que está dizendo, ou seja, não há marcações nas frases, porém costuma-se dizer que essas frases possuem “certo modo”, denominado indicativo, como é exemplificado em 40(b):

- 40.
- a) João procura um funcionário que fale inglês
  - b) João procura um funcionário que fala inglês.

As frases imperativas, por indicarem ordem ou proibição, conselho, advertência e as interrogativas, pelo uso do modo indicativo em ligação com diversas partículas interrogativas, pronomes, mudanças de ordem de palavras ou ainda com a entoação, são classes de frases que se diferenciam das outras. Com exceção destas, Lyons considera três escalas relevantes da modalidade: “desejo” ou “intenção”, “necessidade” ou “obrigação” e “certeza” ou “possibilidade”.

Conforme mencionado, este capítulo trouxe uma discussão teórica das questões semânticas, morfológicas e sintáticas da classe verbal, a fim de mostrar os elementos e categorizações que envolvem a classe verbal. Ressalta-se, no entanto, que cada língua tem suas próprias construções e nosso objetivo é verificar se tais propostas de descrição podem ser aplicadas aos verbos da língua ofayé.

Apresentam-se, nos capítulos que seguem, aspectos morfossintáticos dos verbos em ofayé e algumas reflexões semânticas, deixando claro que expusemos aquilo que nos foi possível coletar, realizando alguns apontamentos para pesquisas futuras.

## CAPÍTULO IV

### A SEMÂNTICA E AMORFOSSINTAXE DOS VERBOS EM OFAYÉ

#### 4.1 Algumas características semânticas dos verbos em ofayé

Os verbos, conforme mencionado no capítulo anterior (ver 3.2.1), codificam ação, processo, estado ou posição. Nos exemplos a seguir, encontramos verbos cujo tipo é de ação e o sujeito A1 exerce papel de agente, isto é, a entidade controladora da ação.

Em 41 (a) temos um tipo de EsCo que indica [+din] [+cont], uma vez que uma das entidades envolvidas, “ta” (eu), realiza a ação “wa” (pegar) algo, que é o A2 “{e-}” (você). O A2 expressa a função meta (Me), uma vez que é a entidade afetada pelo agente (Ag).

Em 41 (b) também temos um tipo de EsCo que indica [+din] [+cont], em que A1 é a entidade controladora da ação e A2 exerce a função semântica de Meta (Me):

- 41.
- |                   |        |        |      |  |
|-------------------|--------|--------|------|--|
| S                 | O      | V      |      |  |
| a) ta             | e-     | wa     |      |  |
| 1p.sg.            | 2p.sg. | pegar. | pass |  |
| A1                | A2     |        |      |  |
| Ag                | Me     |        |      |  |
| “Eu peguei você.” |        |        |      |  |
- 
- |                                 |         |          |         |  |
|---------------------------------|---------|----------|---------|--|
| S                               | O       | V        |         |  |
| b) maria                        | ən- gre | ahesefəj | fehí    |  |
| 3p.sg.                          | 3p. FUT | vestido  | comprar |  |
| A1                              |         | A2       |         |  |
| Ag                              |         | Me       |         |  |
| “Maria vai comprar um vestido.” |         |          |         |  |

No exemplo 41 (c) também temos um tipo de EsCo [+din] [+cont], indicando ação, em que A2 apresenta a função semântica de Me e o A3 possui a função semântica de recipiente (Rec), uma vez que se trata da entidade para qual “winatəjkitoro”(bola) foi transferida.

S	O1	V	O2	
c) te	winatəjkitoro	wa	guilherme-	-he
2p.sg.	bola	pegar. pass.	3p.sg.	posp.
A1	A2		A3	
Ag	Me		Rec	

“Você pegou a bola para o Guilherme.”

Em 41 (d) podemos observar que temos apenas um argumento, o A1, que exerce a função de Ag, em uma ação [+din] [+cont]:

S	V
d) marilda	əno
3p.sg.	sentar. Pass.
A1	
Ag	

“Marilda sentou.”

Há orações em que temos um tipo de EsCo que indica estado, isto é, nenhuma entidade sofre qualquer alteração durante o intervalo de tempo. Trata-se de uma ação [-din] e [-cont], implicando uma predicação que abrange o evento como um todo e não faz referência a algo específico dentro do ambiente, conforme podemos observar no exemplo 42, com o verbo *ventar*, em que há marca de terceira pessoa, porém o sujeito é inexistente.

42.

S	V
a) ø	hetə- -gənə ə- -φwa
inex.	ventar. cont. 3p. vb.exist.

“Está ventando.”

Algumas orações apresentam A1, mas também apresentando ações de menor dinamicidade e menor controle, como podemos observar nos exemplos 43 (a-c):

43.

S	
a) fə-	-fetəhə
1p.sg. estar	quente
A1	

“Eu estou com febre.”

S  
 b) əga- -ʃetəhə  
 3p.pl. estar quente  
 A1  
 “Nós estamos com febre.”

S  
 c) əhɸwo əra ən- ʃetəhə  
 menino doente 3p. quente  
 A1  
 “O menino está com febre.”

Os verbos ainda podem denotar *sensações, desejos e sentimentos*, como podemos notar nos exemplos 44 (a, b e c, respectivamente).

44.

- S  
 a) marilda ən- -gre hetʃəhə  
 3p.sg. 3p. FUT ter.frio  
 A1  
 Ag  
 “Marilda vai ficar com frio.”
- b) S V O  
 ø aheɛ hokotej ahehege  
 1p.sg. querer cama só para mim  
 A1 A2  
 Ag  
 “Eu quero a cama só para mim.”
- c) S  
 ʃej ɸwoho  
 1p.sg. estar feliz  
 A1  
 Ag  
 “Eu estou feliz.”

Em 44 (a), o falante declara a proposição usando a partícula {-gre} para marcar o futuro; já em (b) O A1 exerce a função de Ag, uma vez que é a entidade controladora do seu desejo; e em (c), o verbo indica um tipo de EsCo de estado.

## 4.2 Caracterização morfossintática dos verbos em ofayé

### 4.2.1 O verbo {ϕwa}<sup>37</sup>: auxiliar, existencial e/ou copular?

A análise de Oliveira (2006) tratou o verbo {ϕwa} como auxiliar, compreendido, semanticamente, como *ser*, *estar* ou *andar*. Nossos dados nos levaram a tratá-lo como verbos distintos, mas homófonos<sup>38</sup>, cujo papel semântico pode ser o de indicar deslocamento, conforme podemos observar em 45 (a-b).

45.

	S	V	
a)	əngrejwehte	ta-	-ϕwa
	bicicleta	1p.sg.	desloc.
	A2	A1	

“Eu ando/andei de bicicleta.” (lit. Eu me locomovo/locomovi de bicicleta)

	S		V	
b)	marilda	hə-	-ϕwa	əngrejwehte -he
	3p.sg.	3p.	desloc.	bicicleta posp.
	A1		A2	

“Marilda está andando de bicicleta.” (lit. Marilda locomovendo-se de bicicleta)

Como podemos notar o verbo {ϕwa}, nos exemplos acima, é de valência 2, por exigir a presença de dois argumentos e atua nestas sentenças como verbo principal. Segundo Payne (1997), os auxiliares ocorrem em posição de verbo e levam alguma informação flexional, quer

<sup>37</sup> O verbo {ϕwa} é a forma no singular e sua forma alongada, isto é, {ϕwa:}, indica o plural.

<sup>38</sup> Homófonas são palavras que possuem os mesmos sons ou fonemas, mas significados diferentes, podendo ter grafia também diferente. O verbo {ϕwa} pode apresentar, em determinados contextos, ideia de deslocamento ou papel de existencial. Verificamos também situações em que ele pode atuar como copulativo, assim como ocorre em português.

seja a concordância com sujeito (ou objeto)<sup>39</sup>, quer seja a marcação de Tempo/Aspecto/Modo, (PAYNE, 1997, p. 84). Embora não apresente nenhuma flexão, Oliveira (2006) apresentou, em seus dados, o verbo {ϕwa} como auxiliar, conforme podemos ver em 46.

46.

hetəge-na	əfwa
vento IMPF	estar

“Está ventando/estava ventando.” (OLIVEIRA, 2006, p.183)

Em ofayé, quando temos um verbo auxiliar é este quem carrega a marca de sujeito, ou ainda de tempo, por exemplo. No entanto, observamos que a marca aspectual de imperfeito ocorre sufixada ao verbo principal, o que nos levou a questionar a classificação desse verbo como auxiliar, uma vez que {hetə-} é o verbo principal e {-na} é que atuaria como marcador aspectual. Por essa razão, analisamos, em nosso trabalho, como verbo existencial, uma vez que, seguindo a proposta de Payne (1997), notamos que há relação com a questão da existência (de algo ou alguém), tendo um complemento locativo expresso, conforme podemos notar em 47 (a-b).

47.

	S	V
a) ti	te-	-ϕwa
adj.loc.	2p.sg.	vb. exist
A2	A1	
Loc	Pr	

“Você está aqui.” (você vive aqui)

	S	V
.b) a-	ʃate	ta- -ϕwa
1p.sg.poss.	casa	1p.sg. vb.exist.
	A2	A1
	Loc	Pr

“Eu estou na minha casa.”

---

<sup>39</sup> Em português, a concordância se faz com o sujeito (ou, mais remotamente, com o predicativo). Mesmo em casos apontados como “erros de concordância”, como em “Haviam muitas pessoas no local”, o falante flexiona (indevidamente, segundo a norma gramatical) o verbo “haver” por considerar que “muitas pessoas” é o sujeito da frase.

Em ambos os casos, o verbo apresenta um tipo de EsCo que indica estado, uma vez é [-din][-cont], sendo que o A1 possui a função de Posicionador (Pr), isto é, são entidades que controlam a ação, já o A2 expressa o papel de Locativo (Lo), por ser o lugar onde algo está localizado.

Ainda que não haja um Locativo, Payne (1997) ressalta que também podemos tratar certas orações como existenciais. Nos exemplos a seguir, notamos que temos referência ao modo de *viver* e *ser* e ao sentido de *existir*, relacionado à questão temporal:

48.

			S	V	
a) hin -	-tegi	aga-	-ʃow-	ɸwa:	tæ...
Neg.	assim	1p.pl.	pai	vb.exist.	? <sup>40</sup>
			A1		

“Não é assim que nossos pais viviam (antigamente).”

		S	V		
b) tegi	ta-	ɸwa:	akəhat	ənke	(...)
assim	1p.pl	vb. exist.	poucos	m.t.n.(marca temporal narrativo)	
		A1			

“Assim, nós somos poucos agora.”

	S	V	
c) ə-	ɸwa-	-gɛ	
3p.	vb.exist.	INF.	
	A1		

“Viver.” (lit. “eu existo”)

Conforme já mencionamos (cf.3.3.5), os verbos copulativos expressam estados e a carga semântica, segundo Givón (2001), não é realizada pelo verbo copular em si, mas pelo predicativo não verbal. Assim, também tratamos {ɸwa}, em certos contextos, como um verbo que exerce papel de copulativo, como pode se notar no exemplo 49.

<sup>40</sup> Não foi possível encontrar tradução e/ou função de tal partícula.

49.

	S	V
ʃətajɸwo	ta-	ɸwa
sentimento de falta	1p.sg.	cóp.
A1		
“Eu estou triste.”		

No exemplo, observamos que a carga semântica é realizada por {ʃətajɸwo} *sentimento de falta* (de algo ou alguém), que é o predicativo não verbal, o que vem ao encontro da afirmação do autor.

#### 4.2.2 O verbo auxiliar {kəw}

O verbo {kəw}, traduzido por Oliveira (2006) como o verbo “ir”, foi analisado, em nosso trabalho, como um verbo auxiliar, uma vez que ocorre juntamente com o verbo principal e a flexão de sujeito e/ou de tempo ocorre afixada no auxiliar, conforme podemos observar nos exemplos a seguir:

50.

	S		O	V
a)	ta-	-kəw	guilherme	-hi
	1p.sg.	vb.aux.	3p.sg.	visitar
	A1		A2	
“Eu fui visitar o Guilherme.”				

	S		O	V
b)	ta-	-kəw -e	hokoj	həgrage
	1p.pl.	vb.aux. pass.	tamanduá	matar
	A1		A2	
“Nós fomos matar tamanduá.”				

	S		O	V
c)	werĩn	ø	kre -kəw	rogerio -hi
	adv.temp.	1p.sg	FUT vb.aux.	3p.sg. visitar
	A1		A2	
“Amanhã vou visitar o Rogério.”				

O verbo {-kəw} também é usado como marcador de futuro em sentenças imperativas (cf. 4.2.9.3, ex.78c).

### 4.2.3 Os verbos como formas supletivas

Alguns verbos em ofayé apresentaram o mesmo significado, mas a sua forma apresenta mudanças condicionadas por diferentes fatores. A estes verbos denominamos formas supletivas. Os verbos {wi-} e {-ho}, são traduzidos como *comer*, mas usados em situações distintas.

O verbo {wi} apresenta um tipo de EsCo [+din] [+cont], sendo um verbo de valência 2, isto é, que exige a presença de dois argumentos. Tal verbo só pode ser usado quando há a identificação do *tipo de alimento*<sup>41</sup>, ou seja, esse verbo aparece quando o falante se refere a alimentos do tipo 1<sup>42</sup>, como podemos observar nos exemplos 51 (a -g):

51.

	S	O	V	
a)	ta	həi:ʔ	wi	-gε
	1p.sg.	feijão	comer	INF.
	Ag			
	“Eu como/comi feijão.”			

	S	O	V	
b)	marilda	on-	-həi:ʔ	wi
	3p.sg.	3p.	feijão	comer
	Ag			
	“Marilda come/comeu feijão.”			

<sup>41</sup> Classificaremos os alimentos como tipo 1 e tipo 2, embora ainda não tenha sido possível identificar a motivação para a mudança no verbo conforme o complemento. Uma hipótese é que os alimentos do tipo 1 podem ser amassados (transformados em uma espécie de mingau, papinha), ou ainda se aproximar de formas líquidas em seu preparo, sendo os do tipo 2 alimentos mais consistentes.

<sup>42</sup> Alimentos do tipo 1: kotʃa (arroz), həj (feijão), əhigəwε (macarrão), tekəʃweha (abóbora), kregɲɸwεε (banana), əɲε (óleo/banha/gordura), ɸwɪnhəε (melancia), entre outros. Alimentos do tipo 2: ɸwəw (pão), okeʃak (carne de vaca), kriʃak (carne de galinha), wiraʃigiʃak (carne de porco), həɸwara (mandioca), əihə (bolacha), həʃiε (milho), iara (folhas diversas, como alface), iεʔ (batata), əngəia (alho), hokotentʃow (fruto vermelho, como maçã e tomate), okeweʃəɸwietʃara (queijo).

S        O        V  
 c) ta        kotʃa wi  
 1p.sg. arroz    comer  
 Ag  
 “Eu como/comi arroz.”

S            O        V  
 d) marilda on- kotʃa wi  
 3p.sg. 3p. arroz comer.  
 Ag  
 “Marilda come/comeu arroz.”

S        O        V  
 e) ta        tekənweha wi  
 1p.sg. abóbora    comer  
 Ag  
 “Eu comi abóbora.”

S        O        V  
 f) ta        əɲɛ        wi  
 1p.sg. gordura    comer  
 Ag  
 “Eu comi gordura.”

S        O            V  
 g) ta        kregɲɸwɛɛ wi  
 1p.sg. banana        comer  
 Ag  
 “Eu como/comi banana.”

O verbo {wi} também é usado para identificar líquidos (ex. água, suco e pinga), uma vez que {əwɪɣɛ} significa *beber/tomar*, conforme podemos observar nos exemplos 52 (a- e):

52.  
 S        O            V  
 a) te        kaigəɲɪɲɛ wi  
 2p.sg. pinga        beber  
 A1  
 Ag  
 “Você bebe/bebeu pinga.”

b) S O V  
 marilda ən- gre kaigəniŋe wi  
 3p.sg. 3p. FUT pinga beber  
 A1  
 Ag.  
 “Marilda vai beber pinga.”

c) S O V  
 ta φwin- -həε wi  
 1p.sg. água doce beber  
 A1  
 Ag  
 “Eu bebo/bebi suco.” (lit. Eu bebi água doce)

d) S O V  
 ta okeweʃəφwie wi  
 1p.sg. leite de vaca beber  
 A1  
 Ag  
 “Eu bebo/bebi leite de vaca.”

e) S O V  
 ta əhəkəniŋeweʃəφwie wi  
 1p.sg. leite de cabra beber  
 A1  
 Ag  
 “Eu bebo/bebi leite de vaca.”

O verbo {ho} também indica um tipo de EsCo que é [+din] [+cont] e trata-se de um verbo de valência 2, sendo usado quando se determinar o tipo de alimento, mas apenas os alimentos do tipo 2, como se pode notar nos exemplos 53 (a - d):

53.

a) S O V  
 əhφwo φwəw ho  
 menino pão comer  
 A1  
 Ag  
 “O menino come/comeu pão.”

S            O            V  
 b) marilda hæ hæɸwara ho  
 3p.sg. 3p. mandioca comer  
 A1  
 Ag  
 “Marilda come/comeu mandioca.”

S            O            V  
 c) hæore kaɸoro oke- -ɸak ho  
 agora cachorro carne de vaca comer  
 A1  
 Ag  
 “Agora o cachorro come/comeu carne de vaca.”

S            O            V  
 d) ta hokotentɸow ho  
 1p.sg. fruto vermelho comer  
 A1  
 Ag  
 “Eu como/comi maçã.” (Eu como/comi fruto vermelho)

Ainda na questão do verbo *comer* temos a forma {ɸeroɸ} que se refere, especificamente, à ação de se *alimentar* (podendo ser traduzido como *comer*), porém, por não termos certeza, não o tratamos como uma forma supletiva. Apesar disso, apresentamos a seguir, alguns exemplos em que a forma {ɸero-} pode receber morfema aspectual, como no exemplo 54 (a) e também a marca de singular e plural, conforme podemos observar em 54 (b e c):

54.

S    V  
 a) ta ɸero -ko kətæ hænte  
 1p.sg. comer hab. dia todo  
 A1  
 Ag  
 “Eu como todo dia.” (‘eu me alimento todo dia’)

S            V  
 b) marilda on- ɸero- -j  
 3p.sg. 3p. comer.pass. sg.  
 A1  
 Ag  
 “Marilda comeu.” (‘Marilda se alimentou’)

	S	V	
c)	ohtə	ʃero-	-ε
	3p.	comer	PL.
	A1		
	Ag.		
	“Eles/elas comem”		

Nesses exemplos temos um tipo de EsCo que é [+din] [+cont], pois o A1 realiza uma ação diariamente. Como podemos notar, o verbo é de valência 1, uma vez que exige apenas um argumento e o A1 exerce a função semântica de Ag.

Outro verbo supletivo que encontramos em ofayé é {həgrage}, *matar* (para referir-se ao que se pretende ou pretendia fazer), e {kəj}, *matar* (quando de fato a ação já se realizou)<sup>44</sup>. Portanto, a duplicação do verbo ocorre para distinguir as situações. Em 55 (a-c), a ação se concretizou, ao passo que, em (d), expressa a intenção do falante em cometer a ação e, em (e), a sentença declara a intenção de *matar o tamanduá*, mas não afirma se a ação se realizou.

55.

	S	O	V
a)	ənʃow	ɸwafegn	kəj
	homem	jaguaririca	matar.pass
	A1	A2	
	“O homem matou uma jaguaririca.”		

	S	O	V
b)	əjhəɲita	koj	kəj
	ladrão	3p.sg.	matar.pass
	A1	A2	
	“O ladrão matou koj.”		

	S	O	V
c)	kaʃoro	tikakrej	kəj
	cachorro	gato	matar. Pass
	A1	A2	
	“O cachorro matou o gato.”		

<sup>43</sup> O morfema {-ε} vem afixado ao verbo marcando a 1ª, 2ª ou a 3ª pessoa do plural.

<sup>44</sup> Ressalta-se que esta forma supletiva carrega uma carga aspectual completiva.

	S		V
d)	ø	kre	-kəw həgrage
	1p.sg.	FUT	vb.aux matar
	A1	A2	

“Eu vou matar ele.”

	S		O	V
e)	ta	kəwε	hokoj	həgrage
	1p.pl.	ir.pass.	tamanduá	matar

“Nós fomos matar tamanduá.”

#### 4.2.4 Verbos descritivos

Segundo Thompson (1988 *apud* PAYNE, 1997, p. 63), algumas línguas não possuem a categoria formalmente distinta de adjetivos e, por essa razão, as propriedades e os conceitos podem ser expressos por substantivos ou verbos, dependendo de como são usados no discurso. Assim, esses verbos são chamados de descritivos, os quais, segundo Pontes (1986, p. 79-80), podem expressar considerações em relação a tamanho, aparência, estados da mente, forma, largura, entre outros.

Na língua ofayé, podemos dizer que não há adjetivos, mas sim, predicções com verbos descritivos que expressam a mesma noção de adjetivo, como ocorre em português (adjetivos como *bonito*, *feio*, *rápido*, etc), em inglês, entre outras línguas.

Os exemplos 56 (a-b) mostram que {hahəra}, *bonito*, assim como {hejɸwoho}, *esperto* (exemplo 56 c) ocupam a função predicativa, sendo núcleo do sintagma verbal:

56.

	S		V
a)	ʃə	-ʃəj	hahəra
	vestido	1p.sg.poss.	ser.bonito

“O meu vestido é bonito.”

	S		V
b)	joao	hin	hahəra
	3p.sg. neg	ser.bonito	

“João não é bonito.”

S	V
c) guilherme	hejɸwoho
3p.sg.	ser. esperto
“Guilherme é esperto.”	

Ressalta-se que nossas análises nos levaram a tratá-los como verbos descritivos e não como adjetivos por apresentarem-se em posição do verbo, uma vez que numa sentença como em 56 (d) o verbo vem após a partícula de futuro. Tal situação também ocorre com o verbo descritivo, conforme exemplo 56 (e):

d) marilda	ən-	gre	ko
3p.sg.	3p.sg.	FUT	sair
“Marilda vai sair”			

S	V
e) maria	ən- gre hahəra
3p.sg. 3p.	FUT ser.bonita
“Maria vai ficar bonita.”	

#### 4.2.5 O marcador de infinitivo {-gɛ}

O morfema {-gɛ} foi analisado por Oliveira (2006, p. 180) como um verbalizador. A autora apresenta o verbo {ãʃeɣe}, *dançar*, considerando que {-gɛ} é um verbalizador, o que nos levou a pensar que a autora acredita ser uma derivação de {ãʃe}, *dança*, tratado, assim, como um nome.

Logo, ao buscarmos os verbos de maneira isolada, notamos que a maioria deles apresenta o morfema {-gɛ}, que se encontra não flexionado, razão por que o tratamos como um marcador de infinitivo. A seguir, apresentamos uma lista de verbos com a presença do morfema {-gɛ}:

**TABELA Nº 2. Verbos no infinitivo**

heõnge	Abraçar
henihage	Abrir
ʃerege	Acordar
əhərəge	Assar
ʃənage	Crescer
əʃege	Dançar

**Fonte:** Dados da pesquisa

Para exemplificar a diferença em relação à forma flexionada, podemos observar, no exemplo a seguir, que o verbo {əʃege}, *dançar*, aparece flexionado, isto é, apresentando uma marca de aspecto contínuo, neste caso, o morfema {-ge} não aparece na sentença:

57.

S  
 əʃe- -gənə ta      ɸwa  
 dançar cont. 1p.sg. vb.exist.  
 A1  
 “Eu estou dançando.”

Há verbos que não apresentam o morfema {-ge}, o que pode significar tratar-se de nomes. Na tabela a seguir, temos alguns desses verbos, cujo processo de nominalização será realizado conforme o contexto:

**TABELA Nº 3. Verbos (sem o morfema {-ge})**

ənʃe	sangue/sangrar
həʃee	Coitado/sofrer
əʃehəe	Risada/sorrir
əwə	Buraco/cavar

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Ao observarmos uma dessas formas ({əwə}) dentro de uma sentença, notamos que, em 58 (a), temos o verbo *cavar*; já em 58(b) a mesma forma atua como um nome:

58.

S	V		
a) ta	əwε	ən-	təwnage
1p.sg.	cavar	3p.	plantar
A1			

“Eu cavei para plantar.”

S	V		
b) on-	təj	əwε	- he
3p.sg.	cair	buraco	- posp.
A1		A2	

“Ele caiu no buraco.”

#### 4.2.6 Questões de ordem de palavras e valência verbal

A ordem sintática frequente em ofayé é SOV, a mesma que encontramos em línguas pertencentes ao tronco Macro-jê. De acordo com o número de argumentos obrigatórios exigidos pelos verbos é que estes são classificados como verbos de valência 1 (ou intransitivos) verbos de valência 2 (ou transitivos bivalentes) e verbos de valência 3 (ou verbos transitivos trivalentes).

##### 4.2.6.1 Verbos de valência 1 (intransitivos)

Os verbos de valência 1 ou intransitivos requerem apenas um argumento para ter sentido completo, sendo capazes de gerar uma sentença intransitiva simples, cuja ordem canônica é S V. Esses verbos podem variar conforme o tipo de argumento, isto é, podem apresentar um tipo de EsCo de ação [+din][+cont], em que o A1 é o agente, aquele que controla ação, como no exemplo 59 (a); podem ser de estado [-din][-cont], conforme 59 (b); ou ainda podem indicar processo [+din][-cont], em que o A1 tem a função semântica de processado, uma vez que a entidade sofre uma alteração sem que possa controlá-la, como verificamos em 59(c):

59.

a)	S	V
	ø	kre no
	1 <sup>a</sup> sg.	FUT sentar
	A1	

“Eu vou sentar.”

b)

S	V
əʃowɲɛ	õe
homens	dormir

“os homens dormem”

c) S V

guilherme	ohntaj
3 <sup>a</sup> sg.	Caiu
A1	

“Guilherme caiu”

#### 4.2.6.2 Verbos de valência 2 (transitivos bivalentes)

Os verbos de valência 2 ou transitivos bivalentes, possuem dois argumentos básicos, que são o Sujeito (A1) e o Objeto (A2). A ordem canônica desse tipo de verbos é S O V. Nos exemplos que seguem, trazemos dois verbos: {kəj}, *matar*, e {həwɨjən}, *abandonar*. Ambos exigem complemento, que é o Objeto (A2), e todas são ações [+din] [+cont], conforme podemos observar em 60 (a-c):

- 60.
- a)
- |        |         |                |
|--------|---------|----------------|
| S      | O       | V              |
| ta     | əhɸwo   | həwɨjən        |
| 1p.sg. | criança | abandonar.pass |
| A1     | A2      |                |
- “Eu abandonei a criança.”
- b)
- |          |            |            |
|----------|------------|------------|
| S        | O          | V          |
| əjhəɲita | ohtə koj   | kəj        |
| ladrão   | 3p. 3p.sg. | matar.pass |
| A1       | A2         |            |
- “O ladrão matou koj.”
- c)
- |       |                 |            |
|-------|-----------------|------------|
| S     | O               | V          |
| ənʃow | ohtə ɸwafəgn    | kəj        |
| homem | 3p. jaguatirica | matar.pass |
| A1    | A2              |            |
- “O homem matou uma jaguatirica.”

### 4.2.6.3 Verbos de valência 3 (transitivos trivalentes)

Em ofayé, temos verbos que apresentam três argumentos (trivalentes), sendo A1 o sujeito/agente, o A2 com função semântica meta, uma vez que se trata da entidade afetada por A1e, por fim, o A3, que em 61 (a) e (b) possuem a função semântica de recipiente:

61.

	S	O1	V	O	
a)	rogerio	təɸwatʃəj	ʃehie	koj-	-he
	3p.sg.	sapato	pedir. pass.	3p.sg.	posp.
	A1	A2		A3	

“Rogério pediu o sapato para koj.”

	S	V	O1	O2	
b)	marilda	hahenon	ɸwəo	guilherme-	-he
	3p.sg.	dar.pass.	pão	3p.sg.	posp.
	A1		A2	A3	

“Marilda deu pão para Guilherme.”

	S	V	O2	O	
c)	ta	hehi	ʃefow-	-he	əɸfowkigi
	1p.sg.	pedir.pass	meu pai	posp.	dinheiro
	A1		A3		A2

“Eu pedi dinheiro para meu pai.”

Até o momento, vimos que os verbos são classificados de acordo com o número de argumentos exigidos. Na subseção seguinte, analisamos alguns tipos de subsistemas que podem aglomerar-se em torno do verbo, a saber, tempo, aspecto e modo.

#### 4.2.7 O tempo em Ofayé

Na língua ofayé, não há uma marcação expressa para distinguir presente/passado, não sendo possível determinar a qual tempo verbal o evento se refere. Assim, há ausência ( $\emptyset$ ) da marca temporal:

62.

	S	O		V
a)	ta	kregn $\phi$ were	$\emptyset$	wi
	1p.sg.	banana	pres/pass.	Comer
	A1	A2		

“Eu como/comi banana.”

	S	O		V
b)	ta	$\phi$ wi	$\emptyset$	wi
	1p.sg.	água	pres/pass.	Beber
	A1	A2		

“Eu bebo/bebi água”

	S		V
c)	ta	$\emptyset$	ki
	1p.sg.	pres/pass.	ver
	A1		

“Eu vejo/vi.”

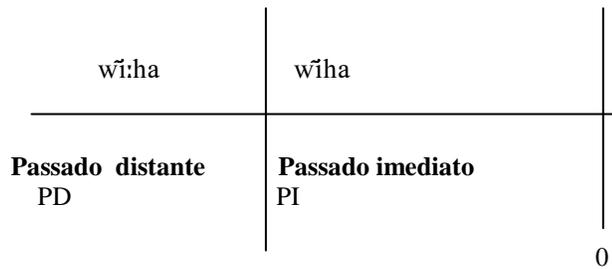
##### 4.2.7.1 A distinção temporal: {wĩha} e {wĩ:ha}

A língua ofayé apresenta dois marcadores para fazer uma distinção entre passados: {wĩha}, que aponta para um “passado imediato”, e {wĩ:ha}, que indica um “passado distante”. Tais marcadores são usados quando se deseja especificar se o evento ocorreu recentemente ou se o fato deu-se “há muito tempo” (antigamente ou em um momento que o falante considere “muito distante”).

Não há algo evidente para determinar o que é uma situação mais imediata/recente ou menos imediata/distante, pois o falante apenas explica que o passado distante expressa eventos ocorridos há mais tempo, o que não significa “há muito tempo”, apesar de também poder ser utilizado nesses casos.

Apesar de não podermos definir o ponto exato do que deixa de ser imediato para tornar-se distante, procuramos exemplificar por meio da seguinte representação, ressaltando que o ponto zero refere-se ao tempo presente:

**FIGURA Nº 7. Representação do tempo em ofayé: Distinção de passado**



**Fonte:** Dados da pesquisa

No exemplo 63 (a), a informação refere-se a um fato ocorrido anteriormente ao dia atual (ontem); já a sentença (b) indica um evento realizado na semana passada. Há casos em que o fato pode ter acontecido “meia hora atrás”, como podemos notar no exemplo (c). Observe que a partícula {wĩha} é usada em todos os casos:

63.

	S	V
a) wĩha	ta	hə
PI	1p.sg.	chegar.pass.
	A1	

“Eu cheguei.” (ontem)

	V	S
b) wĩha	ontaj	ahφwo
PI	nacer.pass	bebê
		A1

“O bebê nasceu.”

	S	V
c) wĩha	ta	ko
PI	1p.sg.	sair. pass.
	A1	

“Eu saí.” (faz tempo)

Já o morfema {wĩ:ha} acumula duas noções: de tempo e de aspecto. Além dessas, temos ainda a noção de passado mais distante distinguindo-se do passado mais imediato por meio de um processo fonológico, isto é, o alongamento da vogal<sup>45</sup> [-ĩ-] tem um papel morfológico, mas utilizando recurso que se encontra no plano fônico.

Nos exemplos 64 (a-d), a partícula indica que o evento ou sentimento é algo que se encontra em um tempo anterior ao que se considera mais recente, como vimos nos exemplos anteriores. A informante faz uso de {wĩ:ha} por considerar tais situações “mais distantes” do presente, porém, apesar da representação ilustrada na figura nº6, não sabemos qual o momento exato de utilizar os morfemas que indicam “passado mais distante” e “passado mais imediato”.

64.

	S	V
a) wĩ:ha	ta	ko
	PD	1p.sg. sair.pass.
	A1	
	“Eu saía.” (antigamente)	

	S	V
b) wĩ:ha	fej	ϕwoho
	PD	1p.sg. feliz/alegre
	A1	
	“Eu era feliz/alegre.” (naquele tempo)	

c) wĩ:ha	teke	əngrej	agaʃow-	-ϕwahtæ
	PD	?	gostoso	nosso pai viver
	“Era gostoso viver.” (tempo dos nossos antepassados)			

		S	O	V
d) wĩ:ha	hin	ta	rogerio	ki
	PD neg.	1p.sg.	3p.sg.	ver
		A1		A2
	“Eu não vejo o Rogério.” (faz muito tempo)			

---

<sup>45</sup> Embora Oliveira (2006) discutiu sobre o alongamento das vogais, em que uma série de itens lexicais na língua demonstra duração, a autora não apontou alongamento na marca de distinção temporal.

Ainda que não exatamente da mesma maneira, tal distinção também foi apontada por Oliveira (2006, p.173):

Contudo, quando comparamos essa expressão de evento passado com uma outra em que utiliza-se /wĩha/ *há muito tempo atrás, antigamente*, ou simplesmente *antes*, querendo significar *outrora*, percebe-se que há uma oposição entre os dois marcadores, o que parece apontar para um passado recente /wĩ/ e um passado mais distante /wĩha/.

A autora afirma que a oposição existente é entre os marcadores {wĩ}, que segundo ela refere-se ao “o passado recente”, e {wĩha}, que indicaria o “passado mais distante”. Os exemplos a seguir são extraídos de Oliveira (2006, p.174, ex. 492-494):

65. <sup>46</sup>.

a) [wĩ ta fohi ʃɔ hi]  
 wĩ ta fohi-ge ʃɔ-hi  
 PAS 1SUJ coçar-VER 1POS perna  
 “Eu já cocei a minha perna.”

b) [Koj akwitajwe]  
 Koj aka witaje  
 Koj 1PL.OBJ cuidar  
 “José cuida de nós.”

c) [tae wĩha akwitaje]  
 tae wĩha aka witaje  
 Ataíde antes 1PL.OBJ cuidar  
 “Ataíde antes cuidava de nós.”

Como é possível notar, em nosso trabalho a distinção de passados é entre as partículas {wĩ:ha} e {wĩha}, PD e PI, respectivamente. Nossa análise também não segue aquela realizada

---

<sup>46</sup> Os exemplos são extraídos da tese de Oliveira (2006) exatamente como a autora transcreveu e traduziu as sentenças.

por Oliveira no que se refere ao morfema {wĩ}, uma vez que o temos tratado como um marcador aspectual. (ver 4.6).

#### 4.2.7.2 Marcação de futuro: {-kre ~ gre}<sup>47</sup>

No sistema de tempo da língua ofayé, há uma oposição entre futuro/não futuro. A partícula {-kre ~ gre} ocorre em segunda posição, ou seja, após o sujeito. Tal marcação pode ser compreendida como um verbo auxiliar, uma vez que este é quem recebe a marcação de pessoa, e não o verbo principal.

Assim como observou Gudschingsky (1971), também constatamos que a primeira pessoa do singular não é marcada quando se refere ao tempo futuro:

66.

	S		V
a)	∅	kre	ři?
	1p.sg.	FUT	puxar
	A1		
			“Eu vou puxar.”

	S		V
b)	∅	kre	ře?
	1p.sg.	FUT	dançar
	A1		
			“Eu vou dançar.”

Quando o sujeito é prefixado ao auxiliar, {he-} e {ən-}, segunda e terceira pessoa, respectivamente, ocorre a variante {-gre}, conforme podemos observar em 67 (a-b):

---

<sup>47</sup> [kre] varia com [gre] quando este vem sufixado pelos morfemas {he-} e {ən-}. O processo morfossintático ocorre por causa do traço sonoro. Há uma permuta de sons entre as consoantes oclusivas [k] e [g], que se encontra no ponto velar, sendo uma surda e a outra sonora, respectivamente.



Tabela Nº 5. Os morfemas aspectuais em ofayé

PERFECTIVO		IMPERFECTIVO	
Concluso	{wĩ}	Inacabado	{iare}
Completivo	{-nə}	Contínuo	{gəɲə}
		Habitualidade	{-ko}/ {-tə}

**Fonte:** Dados da pesquisa

#### 4.2.8.1 O aspecto concluso {wĩ}

Analisado em trabalhos anteriores como partícula temporal, cuja função seria a mesma que atribuímos a {wĩ:ha}, *passado distante*, o morfema {wĩ}, neste trabalho, foi classificado como marcador de aspecto concluso, isto é, ações concluídas, acabadas. Nos exemplos abaixo podemos notar que, este morfema indica que houve uma ação/experimentação de algo ou alguma coisa.

68.

- a)                    S     O     V  
a) wĩ    ta    φwi    wi  
      concl. 1p.sg. água    beber  
              A1    A2  
      “Eu já bebi água.”
- b)                    S     V  
b) wĩ    ta    feroj  
      concl. 1p.sg. comi  
              A1  
      “Eu já comi.”
- c)                    S     O     V  
c) wĩ    ta    kotfa    wi  
      concl.. 1p.sg. arroz    comer  
              A1     A2  
      “Eu já comi arroz.”

#### 4.2.8.2 Aspecto inacabado {iare}

O advérbio {iare}, *quase*, associado à morfologia verbal, pode indicar aspecto inacabado. Conforme podemos ver nos exemplos 69 (a, b e c), um processo teve início, porém não se completou, ou seja, é o advérbio {iare} que carrega o sentido de algo inconcluso, inacabado.

69.

S	V
a) heʃegri	iare heniha
porta	inac. Abrir
A1	

“A porta está quase aberta.” (lit. porta quase aberta)

S	V
b) boneca	iare həwe
3p.sg.	inac. quebrar.pass
A1	

“A boneca quase quebrou.”

S	V
c) iare	te taj
inac.	2p.sg. cair
A1	

“Você quase caiu.”

V	S
d) iare itʃəhihtə	ourahi okrinhi a- kajœ...
inac. morrer	doença fome nossos filhos
	A2 A3 A1

“Nossos filhos quase morreram de doença e de fome.”

#### 4.2.8.3 Aspecto completivo {-nə}

O morfema {-nə}, quando posposto a uma raiz verbal principal, indica o aspecto completivo, ou seja, também se refere há uma ação concluída, mas não está ligado a um processo de experimentação como ocorre com o aspecto conclusivo. Neste caso, o falante indica que uma determinada situação, dentro de um período de tempo, encerrou-se, conforme podemos observar nos exemplos a seguir:

70.

	S	O	V	
a)	ta	əitegi	kə	-nə
	1p.sg	comida	fazer. Pass	compl.
	A1	A2		

“Eu fiz comida.”

		S	V	
b)	ʃə-	-ʃa	əʃə	-nə
	1p.poss.	filho	crescer	compl.
		A1		

“Meu filho já está criado.” (lit. meu filho está crescido)

		V		
c)	tenʃe	taʃe	-nə	aga- hənʰən...
	por isso	voltar	compl	1p.pl terra

“Por isso nós voltamos para nossa terra...”

#### 4.2.8.4 Aspecto contínuo {-gənə}

Afixado ao verbo principal, o morfema {-gənə} marca que está em pleno desenvolvimento, ou seja, em “tempo” contínuo, conforme os exemplos 74 (a e b):

71.

	S	O	V	
a)	ø	əitegi	kəna-	-gənə əɸwa
	1p.sg	comida	fazer	cont. vb.exis.
	A1	A2		

“Eu estou fazendo comida.”

	V		S
b)	əgri	-gənə əɸwa	əɸwo
	cantar	cont. vb.exist.	menino
			A1

“O menino está cantando.”

#### 4.2.8.5 Aspecto habitual {-ko}/{-tə}

O aspecto habitual implica uma ação que é de costume. Segundo Travaglia (2006, p. 50), “a habitualidade existe quando temos a iteração, que surge da duração descontínua ilimitada. A noção aspectual é essa duração”. Em nossos dados, encontramos a marcação aspectual {-ko}, no singular, e {-tə}, no plural, indicando situações habituais. No exemplo 72 (a), podemos notar que, o verbo, ao receber o morfema aspectual {-ko}, indica uma situação habitual; já nos exemplos 72 (b-d) nota-se que há a expressão {kətəe hənte} “todo dia”, que já indica uma situação habitual, contudo, encontramos a presença dos morfemas {-ko} ou {-tə}, reforçando a habitualidade do evento:

72.

S            V  
 a) ø      hin əφwo- -ko  
 1p.sg. neg. ouvir hab.  
 A1  
 “Ele não ouve.” (teimoso)

S            V  
 b) ta      fero -ko kətəe hənte  
 1p.sg. comer hab. dia todo  
 “Eu como todo dia.” (lit. eu me alimento todo dia)

S            V  
 c) te      fero -ko kətəe hənte  
 2p.sg. comer hab. todo dia  
 “Você come todo dia.” (lit. você se alimenta todo dia)

S            V  
 d) ohtə    fero -tə kətəe hənte  
 3p. comer hab. todo dia  
 “Eles/Elas comem todos dias.” (lit. Eles/Elas se alimentam todos dias)

### 4.2.9 Modo em ofayé

Conforme discutido em 3.4.3, a categoria de modo refere-se ao posicionamento do falante acerca da situação expressa pelo verbo, podendo ser algo consumado, verídico, incerto, condicionado, desejado ou exigido, entre outras relações. Em ofayé, registramos a ocorrência dos modos interrogativo e imperativo.

#### 4.2.9.1 O interrogativo

Conforme apontou Oliveira (2006), não há uma marca morfológica para caracterizar o interrogativo, uma vez que a sentença diferencia-se da declarativa por ser expressa com entonação ascendente, como ocorre, por exemplo, na língua portuguesa. Nos exemplos abaixo podemos notar que ambas são iguais, mas o que as diferencia é o modo pelo qual a sentença interrogativa foi proferida:

73. 
- a) joao ən- -gre tegnʃenage  
1p.sg. 3p. FUT escola  
“João vai para escola?”
- b) 
- b) joao ən- -gre tegnʃenage  
1p.sg. 3p. FUT escola  
“João vai para escola.”

#### 4.2.9.2 O imperativo

O imperativo caracteriza-se por uma noção de comando e, por meio desse modo, o sujeito expressa seu desejo, vontade, pedido, conselho, ordem ou consentimento. Constatamos que, em

ofayé, é usado o morfema {he-} para as sentenças imperativas, conforme podemos observar nos exemplos 74 (a-c):

74.

- a) he- kəw tinage  
 imp. ir adv.lg.  
 “Vá embora daqui!”
- b) guilherme he- -ʃəhoj  
 3p.sg. imp. acordar.pres.  
 “Guilherme, acorda!”
- c) leia he- kəw aga- -ʃowε krəw  
 3p.sg. imp. ir 1p.pl.poss. casa limpar  
 “Léia, vá limpar a casa!”

Apesar de encontrarmos a forma {hin} nas sentenças declarativas negativas, notamos que, quando se trata da forma imperativa, o morfema que marca a negação é {ʃəwε}, como exemplificado nas sentenças 75 (a-c):

75.

- a) ʃawe nənəkən  
 neg. fazer  
 “Não faça isso!”
- b) ʃəwe ənʃownə ti  
 neg. fumar ad.lg.  
 “Não fume aqui!”
- c) ʃəwe hetʃəki to -we  
 neg. gelar mexer neg.  
 “Não mexa na geladeira!”

Vimos algumas questões semânticas, mas o trabalho buscou enfatizar os aspectos morfossintáticos dos verbos em ofayé, analisando alguns subtipos possíveis de predicados

verbais de acordo com o número de argumentos e os operadores verbais (TAM) verificados na língua.

Deixamos, para o capítulo seguinte, uma breve reflexão sobre os verbos de percepção, os quais foram brevemente apresentados por Oliveira (2006), havendo ainda muito a ser discutido. Apesar de não dispormos de dados suficientes para discussão desse assunto, tecemos algumas reflexões sobre esses verbos como base inicial ou motivação para pesquisas futuras.

## CAPÍTULO V

### VERBOS DE PERCEPÇÃO EM OFAYÉ: ALGUMAS REFLEXÕES SEMÂNTICAS

Harmidy (2006, p. 1) denomina verbos de percepção aqueles que denotam visão, audição, tato, paladar e olfato, sendo capazes de ter sentido evidencial e codificar dados de proposição do falante.

Na língua portuguesa, assim como podemos encontrar em outras línguas, há diferentes tipos de verbos usados pelos falantes para se referir às seguintes percepções sensoriais: visual, auditiva, gustativa, tátil e olfativa (ver tabela 1). Esses verbos têm sido estudados, com base em modelo teórico funcionalista, por desempenharem, segundo Santos (1998), um papel fundamental com relação ao nosso canal de comunicação e a aquisição dos dados do mundo externo, sendo considerados verbos descritivos.

Nos estudos dos verbos de percepção, também é possível verificar as características dos predicados e que tipos de complementos esses verbos aceitam, analisando, por exemplo, se há alguma restrição semântica do predicado matriz no tocante à seleção dos complementos. Rodrigues (2003) discute que a complementação dos verbos de percepção *ver*, *ouvir* e *sentir* (verbos que, de acordo com Vendrame, 2010, são os mais prototípicos de cada sentido) tem mostrado interpretações distintas com relação à presença de complementos sentenciais. A autora afirma que há sentenças que, ao apresentarem complementos com tempo finito, em construções perceptivas, implicam uma interpretação indireta<sup>48</sup>, conforme podemos observar no exemplo 76 (a); já em construções com complementos infinitivos (ou não finitos), temos uma interpretação direta, como apresentado em 76(b):

76.

(RODRIGUES, 2003, p. 1, ex.1a e b)

a) Eu vi (pelo seu jeito) que Maria brigou com seu filho.

b) Eu vi (\*pelo seu jeito) a Maria brigar com seu filho.

---

<sup>48</sup> Segundo Rodrigues (2003), os termos “direto” e “indireto” têm a ver com o contato do experienciador da percepção com aquilo que é percebido.

O estudo dos verbos de percepção está quase sempre relacionado às categorias linguística de evidencialidade e modalidade epistêmica. Para Aikhenvald (2004, p. 1), evidencialidade é uma categoria em que o significado primário é “source of information”. Aikhenvald e Dixon (2003, p. 1) afirmam que, em diversas línguas, a natureza das evidências sobre as quais um argumento é baseado deve ser especificada por vários argumentos –“whether the speaker saw it, or heard it, inferred it from indirect evidence, or learnt it from someone else. This is grammatical category, referring to an information source, is called evidentiality”.<sup>49</sup>

Segundo De Haan (2000), a evidencialidade é responsável pela fonte de informação do falante, ao passo que a modalidade epistêmica<sup>50</sup> está relacionada ao grau de confiança que o falante tem em sua declaração.

Ao discutir sobre a questão da evidencialidade, Vendrame (2010, p. 12) afirma que:

A evidencialidade é o fenômeno linguístico que expressa a fonte da informação contida em um enunciado. Em muitas línguas, tal fenômeno é codificado por meio de itens gramaticais, como afixos, clíticos e morfemas... Dentre os itens lexicais disponíveis aos falantes do português para expressar as fontes das informações que veiculam, os verbos são, sem dúvida, a forma mais comum de expressão de evidencialidade.

Geralmente, a evidencialidade, conforme De Haan (2000), é dividida em evidenciais diretos ou indiretos. Willet (1988 *apud* Vendrame, 2010) afirma que os evidenciais diretos são usados quando o falante presenciou a ação (visual ou auditivamente), conforme podemos observar no exemplo 77 (a); já os evidenciais indiretos são usados quando o falante não presenciou a ação, mas tem como deduzi-la, por meio de indícios, como em 77 (b), boatos, exemplificados em 77 (c), ou algum tipo de inferência, como podemos observar em 77 (d).

77.

- a) Eu ouvi os pássaros.
- b) Eu vi que alguém entrou na casa (sinais de arrombamento, por exemplo).
- c) Disseram que viram um homem morto neste local.
- d) Eu vi que Maria estava triste (pelo seu jeito).

<sup>49</sup> Quando o orador viu, ouviu ou inferiu, aprendendo por evidência indireta. Essa categoria gramatical, referindo-se a uma fonte de informação, é chamada de evidencialidade.

<sup>50</sup> Segundo Portiner (2009), alguns linguistas têm discutido que evidenciais e modais epistêmicos são a mesma coisa; outros autores defendem que evidencialidade é um tipo de modalidade epistêmica, mas seguindo Felser (1999) a evidencialidade e a modalidade se trata de duas noções distintas, mas considera que, em algumas línguas, essas categorias podem sobrepor-se em uma mesma partícula.

Apresentamos algumas reflexões teóricas sobre os verbos de percepção, mas, no Brasil, há poucas análises dessas categorias verbais (ALVES, 2004; SEKI, 1990). Em geral, os estudos publicados no Brasil sobre os verbos de percepção focam mais o inglês, o alemão e as línguas de origem românica, incluindo o português (VENDRAME, 2005, 2006; FREIRE, 2009). Dentre os trabalhos desenvolvidos com base na perspectiva funcionalista da linguagem (DIK, 1997), cuja preocupação principal é estudar a língua em uso, podemos listar o estudo de Dik e Hengeveld (1991), sobre a tipologia dos complementos dos verbos de percepção, e o estudo de Braga, Hengeveld, Souza e Vendrame (2009), sobre a semântica dos verbos de percepção e seus complementos no português brasileiro, no entanto ainda não consta, na literatura linguística, um estudo detalhado sobre os verbos de percepção em ofayé, apenas uma breve reflexão no trabalho de Oliveira (2006).

Assim, em vista do exposto, nas seções seguintes, buscamos fazer breves análises desses verbos na língua ofayé, verificando como certas propostas de descrição apresentadas pelos teóricos mencionados podem ser aplicadas.

### **5.1 Apresentação geral dos verbos de percepção em ofayé**

Na língua portuguesa, esses verbos são os que representam melhor cada sentido, uma vez que *ver* corresponde à *visão*, *ouvir*, à *audição*, e *sentir* engloba *tato*, *olfato* e *paladar*. Já em ofayé, no caso de *sentir*, não há um verbo que corresponda a todos esses significados, sendo utilizados, muitas vezes, outros verbos para explicar tais sentidos, como veremos no decorrer deste capítulo.

Em nossos dados, encontramos verbos referentes a três modalidades sensoriais: visual, auditiva e olfativa, conforme exposto na tabela:

Tabela 6. Verbos de percepção em ofayé

Visual		Auditivo		Olfativo	
{-gi~ -ki~} <sup>51</sup>	ver, olhar	{əɸwogɛ/ ɸwaj}	escutar/ouvir	nəgɛnʃi	cheirar (sentir c de)
{-hi}	Cuidar (olhar), v (ver)			əgɛiaha	cheirar (estar cheiro de)

Fonte: Dados da pesquisa

Quanta à valência, podemos encontrar verbos de percepção de valência 1 (intransitivos), valência 2 (transitivos bivalentes) e de valência 3 (transitivos trivalentes). Nos exemplos 78 (a-b), as sentenças são intransitivas e demonstram que o falante tem certeza da informação, tendo interpretação direta:

78.

S      V  
a) ta    ki  
1p.sg ver.pass  
“Eu vi.”

S      V  
b) te    ɸwaj  
2p.sg ouvir.pass  
“Eu ouvi.”

Já as sentenças 79 (a-b) os verbos exigem dois argumentos, sendo considerados verbos de valência 2. A interpretação dos exemplos é direta, uma vez que o falante é a fonte da informação (aquele que viu ou sentiu algo), com complemento nominal {ʃəwɛ}, *fumaça*, em (a) e {əitegi}, *comida*, em (b). Ambas se encontram em tempo não finito:

79.

S      O      V  
a) ta    ʃəwɛ    gi  
1p.sg. fumaça ver  
“Eu vejo/vi a fumaça.”

<sup>51</sup> A variação {-gi~ -ki} pode tratar-se de um problema fonológico devido a um espalhamento de sonoridade.

<sup>52</sup> {nəgɛnʃieɛ}, *cheirar*, no infinitivo.

- |       |                |        |  |
|-------|----------------|--------|--|
| S     | V              | O      |  |
| b) ta | nagafi         | əitegi |  |
|       | 1p.sg. cheirar | comida |  |
- “Eu senti o cheiro de comida.” (lit. Eu cheiro comida).

### 5.1.1 A partícula evidencial {ohtə}

A princípio, não se pode dizer que, na língua ofayé, há um sistema de evidencialidade complexo, porém, de acordo com essa análise preliminar, observamos que há o uso de uma partícula evidencial discursiva mostrando que a fonte de informação é indireta.

Essa partícula é {ohtə}, que corresponde ao *diz que* (português), isto é, algo que se ouviu falar por outra pessoa. Observe o exemplo 80 (a), em que a partícula aparece para indicar que se trata de boatos, ou seja, não há identificação da fonte de informação:

- 80.
- |         |                 |           |         |
|---------|-----------------|-----------|---------|
| S       | O               | V         |         |
| a) ohtə | φwajəgn         | -gi       | ti      |
|         | 3p. jaguatirica | ver.pass. | adv.lg. |
- Diz que viram jaguatirica aqui.”

Nesse caso, a sentença apresenta uma interpretação indireta, com complemento finito, uma vez que a oração é encaixada no verbo por meio do complementizador {ohtə}, *diz que*.

Já em 80 (b), embora a interpretação também seja indireta, com complemento de tempo finito, vemos expressa a fonte de informação, mas trata-se de uma proposição em que se verifica a atitude do falante em relação ao conteúdo de fala, mostrando sua força ilocucionária de incerteza:

- |         |            |       |        |        |
|---------|------------|-------|--------|--------|
| S       | V          | O     | V      |        |
| b) leia | ohtə       | φwaj  | əhφwo  | hara?  |
|         | 3p.sg. 3p. | ouvir | menino | chorar |
- “Léia diz que ouviu o menino chorar.”

Em nossos dados, essa partícula {ohtə} também foi encontrada exercendo papel de pronome na 3ª pessoa, como se pode observar em 81 (a e b):

81.

S	O	V	
a) ohtə	əitegi	nəgəfi	
3p.	comida	cheirar	

“Ele sente/sentiu cheiro de comida.” (lit. Ele cheirou/cheira comida).

S	O	V	
b) ohtə	əitegi	-ε nəgəfi	
3p.	comida	PL cheirar	

“Eles sentem/sentiam cheiro de comida.” (lit. Eles cheiram/cheiraram comida).

### 5.1.2 O verbo de percepção visual {-gi~ -ki}

O verbo {-gi~ -ki} trata-se de um verbo de valência 2 por exigir dois argumentos, expressando ideia visual. Em 82 (a) e (c), temos sentenças que marcam evidencialidade direta, isto é, a interpretação é direta e o complemento não finito, ao passo que, em 82 (b), a partícula evidencial discursiva {ohtə} marca a evidencialidade indireta, isto é, o sujeito mostra não ter certeza da declaração, visto que a fonte de informação é uma terceira pessoa.

82.

S	O	V	
a) ta	tikakrej	-gi	
1p.sg.	gato	ver	

“Eu vejo/vi o gato.”

S	O	V	
b) maria	ohtə joao	-ki	
3p.sg.	3p.	3p.sg.	ver

“Maria disse que vê/viu João.”

S	O	V	V	
c) maria	ən- gre	guilherme	-ki	əngənowtagəragə
3p.sg.	3p.	FUT	3p.sg.	ver estudar

“Maria vai ver seu filho estudar.”

### 5.1.3 O verbo de percepção {-hi}

Ao ressaltar que alguém *foi* ou pretende *visitar alguém* (ir vê-lo), notamos a presença do verbo auxiliar {kəw}, e o uso da variante {-hi}, como podemos observar em 83 (a, b e c). As sentenças 83 (a) e (c) mostram a certeza do falante com relação à informação, uma vez que ele é a fonte; assim, a evidencialidade é direta; já em (b), temos um caso de evidencialidade indireta:

83.

	S		O		V
a)	ta	kəw	guilherme	-hi	
	1p.sg.	vb.aux.	3p.sg.		visitar
	“Eu fui visitar o Guilherme.”				

	S			O	V
b)	maria ohtə	kəw-	-ε	guilherme	-hi
	3p.sg	3p.	vb. aux. pass.	3p.sg.	visitar
	“Maria foi visitar o Guilherme.”				

		S		O	V
c)	werĩn	ø	kre	kəw	rogerio -hi
	adv.temp.	1p.sg	FUT	vb.aux.	3p.sg.
	“Amanhã vou visitar o Rogério.”				

Verifica-se também o sentido de *cuidar*, no sentido de *zelar por alguém* (olhar) conforme vemos nos exemplos 84 (a-c). Todas as sentenças mostram a evidencialidade direta, demonstrando não apenas a fonte/participante da informação, mas a certeza de sua declaração.

84.

	S		O		V
a)	ta	ʃə-	-ʃa	-gi	
	1p.sg.	1p.sg.poss.filho		cuidar	
	“Eu cuidei do meu filho.”				

	S		O		V
b)	əga- -ʃow	əh-	-ϕwa	aga-	-hi...
	1p.pl	pai	3p.	vb. exist.	1p.pl
	“Deus cuida de nós” (lit. Nosso pai, ele cuida de nós)				

	S		O	V
c) aga-	-fow	ən-	-gre	marilda ki
1p.poss.	pai	3p.	FUT	3p.sg. cuidar

“Deus vai cuidar da Marilda.” (lit. Nosso pai vai cuidar da Marilda)

Ressalta-se que, quando o falante se refere a *ver*, no sentido de *ausência da visão*, o termo usado é {əngrejən}, como podemos ver no exemplo a seguir:

85.

S			
ənfow	əngrej	-ən	
homem	olho	neg.	

“O homem é cego.” (lit. homem não vê)

#### 5.1.4 O verbo {-ɸwaj}<sup>53</sup>

Segundo Vendrame (2010, p. 108), na língua portuguesa, o verbo *ouvir* pode indicar tanto o sentido de “*ouvir* com significado concreto *perceber pela audição de som não-articulado*” quanto com “o significado abstrato de *perceber pela audição de som articulado*”.

Em ofayé, o verbo que expressa percepção auditiva é {əfwogε}, *ouvir*, que, nas sentenças, aparece como {-ɸwaj}, que é usado no sentido concreto de *perceber sons não-articulados*, como em 86 (a), e também no sentido abstrato de *perceber sons articulados*, como em 86 (b e c), em que vemos tratar-se de *ouviu boatos*, isto é, não há certeza da informação.

86.

	S	V	O	V
a) ta	ɸwaj	hokrin	-gri	
1p.sg.	ouvir	pássaro	cantar	

“Eu ouvi o pássaro cantar.”

<sup>53</sup> {əfwogε} é a forma infinitiva de “ouvir”.

S        V                    V        S  
 b) ta    ꞑwaj ohtə kri əhie  
 1p.sg. ouvir 3p. morrer galinha  
 “Eu ouvi dizer que a galinha morreu.”

S        V                                    S        V  
 c) ta    ꞑwaj    ohtə koj kaʃoro əkoə  
 1p.sg. ouvir    3p.    3p.sg. 3p.sg. sumir/ir embora  
 “Eu ouvi dizer que o cachorro do koj sumiu.”

Na sentença (a), temos um evento com evidencialidade direta; já nas sentenças (b) e (c), a evidencialidade é indireta.

Em ofayé, há diferença entre dizer que alguém não ouve por apresentar *ausência de audição* e alguém que *deixa de ouvir*, por ser *teimoso*, conforme as sentenças abaixo:

87.

S        V  
 a) hə-    ꞑwaj -ən  
 3p.sg. ouvir neg.  
 “Ele não ouve.” (surdo)

S                                    V  
 b) ø        hin    əꞑwo- -ko  
 1p.sg neg. ouvir hab.  
 “Ele não ouve.” (teimoso)

### 5.1.5 Os verbos {nəgəŋʃi} e {əgəiaha}

Na língua portuguesa, temos o verbo *sentir* para expressar *paladar*, *tato* e *olfato*. Assim, elaboramos sentenças com esse verbo de percepção que, em português e inglês, tem vários sentidos, como *prever*, *perceber por meio dos sentidos*, *compreender*, *considerar (-se)*, *imaginar*, entre outros.

O verbo {nəgəŋʃi}, segundo Oliveira (2006, p. 152), indica *gosto*, *tato*, *cheiro*, contudo, em nossas análises apenas encontramos tal verbo indicando “cheirar”, como se pode verificar nos exemplos 88 (a-b), em que, para expressar o sentido olfativo, usa-se o verbo {nəgəŋʃi}, *cheirar*:

88.

S	V	O
a) ta	nəgəŋfi	əitegi
	1p.sg.	cheirar comida
	“Eu cheiro/cheirei comida.”	

S	V	O
b) ta	nəgəŋfi	əgəja
	1p.sg.	cheirar perfume
	“Eu cheirei perfume.” (sentir o cheiro de)	

Todos os exemplos possuem complemento nominal de tempo não finito e a evidencialidade é direta, uma vez que o falante é a fonte/testemunha da informação.

Na coleta de dados, com a forma verbal “cheirar”, a colaboradora também apresentou a {əgəiaha}, *cheirar*, sendo usado no sentido de *estar com o cheiro de algo*, como se pode observar no exemplo a seguir:

89.

S	V	O
a) marilda	əgəiaha	əgəiaʔən
	3p.sg.	cheirar perfume
	“Marilda cheira a perfume.” (lit. Marilda está com cheiro de perfume)	

b) wiha	ʃə-	-gəiaha
	ontem	1p.sg. cheirar
	“ontem eu estava cheiroso” (lit. ontem eu cheirava)	

Observa-se que o complemento nominal é de tempo não finito e a evidencialidade é direta.

### 5.1.6 Algumas considerações sobre os sentidos de tato e paladar

Os demais significados que poderiam abranger o verbo *sentir*, como *ter a sensação de* (como em: *eu senti frio*), ou *perceber por meio dos sentidos* (como dizemos na língua

portuguesa: *eu senti/percebi que o menino ia cair*), não foram encontrados em nossos dados, como podemos verificar nos exemplos 90 (a) e (b), respectivamente.

90.

S	V
a) ə-	hehetʃəhə
1p.sg. estar	frio
“Eu estou com frio.”	

S	V
b) iare	guilherme on- -taj
inac. 3p.sg.	3p. cair
“Guilherme quase caiu.”	

Quanto ao *paladar*, nota-se que, para referir-se ao *gosto/sabor* dos alimentos, não há um termo em ofayé que corresponda ao *sentir* da língua portuguesa. Assim, em ofayé, para expressar o *gosto* dos alimentos, apenas se diz que estes são {həʃe}, *azedo/salgado*, {əhəε}, *doce* e {əʃahtə}, *amargo*.

Outro verbo encontrado é {əntogε}, que pode significar *tocar*, no sentido de *mandar embora*, e também no sentido de *encostar*, *colocar a mão sobre algo*, *mexer*. Alguns exemplos encontrados foram:

91.

S	O	V
a) ta	iekete	to
1p.sg. copo/prato	mexer	
“Eu mexi no copo/prato.”		

S	O	V
b) əhɸwo	kaʃoro	to
menino	cachorro	tocar
“O menino tocou o/no cachorro.” (duas possibilidades: encostar ou mandá-lo embora)		

Como já mencionado, não dispomos de dados suficientes para discutir esse assunto de modo aprofundado, porém concluímos, em um primeiro momento, que o verbo *sentir*, na língua

portuguesa, abrange diversos sentidos (polissemia), porém em ofayé há um verbo ou recurso específico para referir-se aos sentidos gustativo, tátil ou olfativo.

Enfim, em vista do apresentado, julgamos que ainda serão necessárias outras investigações para se verificarem melhor as relações desses verbos com as categorias evidenciais, por exemplo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar uma descrição de aspectos fundamentais da morfossintaxe dos verbos, bem como algumas reflexões semânticas destes verbos da língua ofayé falada pelos ofayé da Área Indígena localizada em Brasilândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Embora não seja uma primeira documentação da gramática dessa língua, uma vez que Oliveira (2006) realizou uma gramática da língua ofayé, a análise e a descrição dos aspectos morfossintáticos e semânticos se fizeram necessárias para ampliar as discussões apontadas pela autora. Ressalta-se que ainda há muitas questões sobre essa língua que necessitam de uma investigação mais aprofundada.

O trabalho compreende cinco capítulos. O primeiro apresentou informações gerais sobre a situação geral das línguas indígenas do Brasil, o processo de extinção, uma visão geral das línguas que pertencem ao tronco Macro-jê. A necessidade dessa apresentação foi a de levar o leitor a compreender o quadro em que se encontra a língua ofayé: uma língua indígena do Brasil, pertencente a uma família também denominada ofayé, do tronco linguístico Macro-jê e que está em vias de desaparecer. Em seguida, relatamos alguns pontos da história do povo e a situação em atual dessa comunidade que vive na aldeia próximo a Brasilândia, MS.

No capítulo seguinte, citamos a bibliografia utilizada, as questões que envolvem o trabalho de campo e a escolha do informante. Apontamos que a bibliografia antropológica contou com o apoio do antropólogo Carlos Alberto dos Santos Dutra, que foi extremamente importante para as questões históricas sobre esse povo. Realizamos também um levantamento bibliográfico dos trabalhos linguísticos dessa língua, desde os mais antigos, como Nimuendajú (1932), Hanke (1964), Gudschinsky (1971) até os mais recentes, como Silva (2002), Oliveira (2006) entre outros.

O capítulo três apresentou uma discussão teórica da morfossintaxe dos verbos, bem como algumas questões semânticas com o objetivo de fornecer ao leitor definições terminológicas necessárias à compreensão das análises sobre a língua ofayé. Apresentamos o critério semântico e morfossintático de classificação dos verbos, realizamos uma discussão sobre a valência verbal, os verbos auxiliares, os verbos de percepção, os verbos existenciais e copulativos. Na seção

seguinte, há uma discussão sobre operadores que se agregam ao verbo, a saber, as categorias de tempo, aspecto e modo.

No capítulo 4, apresentamos as análises, identificando os tipos básicos de verbos na língua ofayé e ressaltando suas características semânticas, baseado na tipologia do Estado de Coisas. Ao realizarmos uma caracterização morfossintática dos verbos em ofayé, encontramos formas supletivas em que verbos, apesar de serem traduzidos da mesma maneira, mudam sua forma conforme a situação.

Nossa pesquisa nos levou a questionar o papel do verbo { $\phi$ wa} que, na análise de Oliveira (2006) foi tratado como auxiliar, porém atribuímos a este um caráter homófono, em que pode possuir o sentido semântico de *deslocamento*, atuar também como um verbo existencial e, ainda, em certos contextos, ter função de cópula. Como auxiliar classificamos o verbo {kəw}.

Por encontrar-se em posição predicativa, consideramos que na língua ofayé não há adjetivos, mas sim verbos descritivos que tem a função de expressar a mesma noção que teria um adjetivo.

Outro ponto que podemos ressaltar é referente à distinção temporal entre “passado” {wĩha} e “passado distante” {wĩ:ha}, pois mostramos que tal diferença é marcada por um alongamento da vogal {-i:}. Ainda encontramos a partícula {-kre} para marcar o tempo futuro.

No tocante ao aspecto, o morfema {wĩ}, apontado por Oliveira (2006) como uma partícula temporal de passado recente, foi analisado, em nosso trabalho, como morfema de aspecto conclusivo, indicando que ocorreu uma ação/experimentação de algo ou alguma coisa. Já o morfema {-nə}, apesar de também indicar ação concluída, foi tratado como aspecto completivo, por considerar que, em determinado período, uma ação completa-se. Em ações não concluídas, os dados apresentaram marcadores que indicavam aspecto inacabado {iare}, aspecto contínuo {gənə}, e habitualidade, sendo {-ko}, para primeira, segunda e terceira pessoa do singular e {-tə}, para a primeira, segunda e terceira pessoa do plural.

No capítulo 5 realizamos alguns apontamentos iniciais sobre os verbos de percepção, ressaltando a necessidade de aprofundar sobre o assunto em pesquisas futuras para verificar as

relações deste tipo de verbo com as categorias de evidencialidade e modalidade, uma vez que são discussões comuns ao estudo desses verbos.

Essa pesquisa vem ao encontro da necessidade do conhecimento sobre as línguas indígenas brasileiras, especialmente, as que são faladas em Mato Grosso do Sul. Por encontrar-se no quadro das línguas em situação crítica de extinção, tal pesquisa visa valorizar o ofayé, fornecendo e ampliando a descrição dos aspectos fundamentais da morfossintaxe, bem como de algumas questões semânticas desta língua a fim de contribuir com os estudos da língua ofayé.

## REFERÊNCIAS

- ABBI, A. Elicitation. **In:** *A Manual of Linguistic Fieldwork and Structures of Indian Languages*. Lincon Europa, Muenchen, Germany, 2001.
- AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. *Studies in evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2003.
- AIKHENVALD, A. Y. *Evidenciality*. New York: Oxford University Press, 2004.
- ALVES, F. C. *O Timbira falado pelos Canela Apãniekrá: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê*. Tese de Doutorado (Linguística). Campinas: IEL/UNICAMP, 2004.
- ANCHIETA, J. de. *Arte de Grammatica da lingoa mais falada na costa do Brasil*. Disponível: em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00059200#page/1/mode/1up>> Acesso em: 03/04/2012
- BALDUS, H. Introdução. Opaié. **In:** FREUNDT, Erich. *Índios de Mato Grosso*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1947.
- BAUER, L. Morphological Typology and Universals. **In:** \_\_\_\_\_ *Introducing linguistic morphology*. Edinburgh University Press: Washington, 1949.
- BHAT, D. N. S. *The proeminence of tense, aspect and mood*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999.p.42-61.
- BORBA, F. da S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- BORGONHA, M.C. *História e etnografia ofayé: Estudo sobre um grupo indígena do Centro-Oeste brasileiro*. Dissertação (Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality. **In:** *Legs. Studies in Language*, v.2., n.3, 1997. p.509-532.
- BOWERN, C. Introduction. **In:** \_\_\_\_\_ *Linguistic Fieldwork: a practical guide*. Palgrave MacMillan, 2008.
- BRAGA, M. L.; HENGEVELD, K., SOUZA, E. R. F.; Vendrame, V. (no prelo.). *Perception verbs in Brazilian Portuguese: functional approach*, 2009.
- BRAGGIO, S. L. B. Línguas indígenas brasileiras ameaçadas de extinção. *Revista do museu antropológico da UFG*. Goiania: Ed. Do Cegraf, vol, 5/6, n. 1, 2002, p. 9-53.

CÂMARA JR., J. M. *Classificação das línguas indígenas do Brasil*. Letras, vol. 10, 1959, p. 56-66.

\_\_\_\_\_. *Princípios de linguística geral, como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

CAMERON, D. *Language & Communication*. Great Britain, 1993.

CARUSO, B. F. *et al. Ofaié-xavante, retrato de um povo*. Campo Grande: UNIDERP, 2003, p. 58. (série Etnias, v.4)

CECCATO, A. C. (org). *Hoje e antigamente. Cói aprende a escrever sobre sua gente*. Terra indígena. Araraquara: UNESP- Centro de Estudos indígenas, 1991.

CHAUÍ, M. S. 500 Anos - Caminhos da Memória, Trilhas do Futuro. **In:** GRUPIONI, L.D.B. (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994.

COHEN, D. *El aspecto verbal*. Traducción de Alberto Miranda Poza. Madrid: Visor, D. L. 1993.

COMRIE, B. Introduction/Perfective and imperfective. **In:**\_\_\_\_\_. *Aspect*: Cambridge University Press, 1976, p. 1-40.

\_\_\_\_\_. Some theoretical and methodological preliminaries. **In:**\_\_\_\_\_. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p.1-36.

CRAWFORD, J. Endangered Native American Languages: What Is to Be Done, and Why? *Bilingual Research Journal*, v.19 n1 p17-38 Win 1995.

\_\_\_\_\_. *Seven Hypotheses on Language Loss: Causes and Cures*. 1996.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Evidencialidade e modalidade: forma e função. *Relatório de pesquisa*. São Paulo: FAPESP, 2001.

DE HAAN, F. *The Relation Between Modality and Evidentiality, 2000*. Linguistische Berichte. Sonderheft /2000.

DIK, Simon. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. Dordrecht-Holland/Providence RI - USA: Foris Publications, 1989, p. 89-109.

DIK, S. The structure of the clause. **In:** *The Theory of Functional Grammar*. Part I: 2.ed. Dordrecht: Foris, 1997.

\_\_\_\_\_. *The theory of functional grammar: Part II: Complex and derived constructions*. N.York: Mouton de Gruyter, 1997.

DIK, S.; HENGEVELD, K. The Hierarchical Structure of the Clause and the Typology of Perception Verb Complements. *Linguistics* 29: 231-59. 1991.

DIXON, R.M.W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DUTRA, C. A. S. *Ofaié, morte e vida de um povo*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1996, p.340.

\_\_\_\_\_. *O território ofaié pelos caminhos da história: reencontro e trajetória de um povo*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História). Dourados: UFMS, 2004.

EVANGELISTA, C. A. V. *Direitos indígenas: o debate na Constituinte de 1988*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em História social, Instituto de Filosofia e Ciências sociais). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

EVERETT, D. L. Coherent fieldwork. *Piet van Sterkenburg* (ed.), *Linguistics today*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2004.

FELSER, C. *Verbal complement clauses: minimalist study direct perception constructions*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. Publishing Company, 1999.

FERREIRA, M. N. O. Estudo morfossintático da lingual Parkatêjê. Campinas, 2003.

FREIRE, G. A. N. Sobre percepção e negação de eventos no PB. *Revista Interdisciplinar*, ano IV, v. 9, 2009, p. 67-77.

FUJIWARA, É. Y, FERREIRA, R. V. Algumas considerações sobre o tempo na língua Ofayé. *Projeto de Iniciação Científica*. Três Lagoas: UFMS, 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. *Sistema de informações da atenção à saúde indígena (Siasi): Demografia dos Povos indígenas*. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/internet/transicao/saudeIndigenaTransicao.asp>. Acesso em: 28 de dezembro, 2010.

GIVÓN, T. *Sintaxe: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

\_\_\_\_\_. *Syntax I, II: An introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001.

GONÇALVES, S. A. *Aspecto no Kaingang*. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

GREENBERG, J. *Language typology: a historical and analytic overview*. Mouton: The Hague, 1974.

GUDSCHINSKY, S. C. *Fragmentos de Ofaié: a descrição de uma língua extinta*. Summer Institute of Linguistics. (Tradução de Miriam Lemle), Série Linguística nº 3, Brasília. 1966.

\_\_\_\_\_. Ofaié-Xavante, a Jê Language. *Estudos sobre línguas e culturas indígenas*. Edição Especial. Summer Institute of Linguistics. Brasília. 1971.

GUEDES, M. Considerações sobre a estrutura do Ofayé. *Revista Letras*, vol.10:1-5, nº 1 e 2 PUCCAMP. 1991.

GUEDES, M. Ofayé: uma língua tonal? *Anais do 1º Encontro do CELSUL (Circulo de Estudos do Sul)*, vol I, p.250-255. Florianópolis SC. 1997.

HARMIDY, L. *How evidentials in English take part in the interpretation of perception verbs complements*, 2006.

PORTAL DA CULTURA: *Inventário de diversidade linguística*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/13/inventario-de-diversidade-linguistica>> Acesso em: 03/04/2012.

KASHIMOTO, E. M.; MARTINS, G. R. *Uma longa história em um grande rio: Cenários Arqueológicos do Alto do Paraná*. Campo Grande: Oeste, 2005.

KIBRIK, A. E. *The Methodology of field investigations in linguistics*. Paris: Mouton, 1977.

LIMA, L. S. *Um novo olhar para o sistema de evidências em Karo*. X Enampol, 2008.

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Trad. Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

LOUKOTKA, C. Os índios kukura do rio Verde, Mato Grosso, Brasil. [Les Indiens Kukura du Rio-Verde-Matto Grosso - Brésil - Tradução de Flávia Paula Carvalho]. *Terra Indígena*, Centro de Estudos Indígenas, UNESP, Araraquara, Ano VIII, nº 58, p. 46-51, jan/mar 1991[1931].

MAIA, M. A. R. Os estudos tipológicos. In: *Aspectos tipológicos da língua javaé*. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. p.14-33. (Dissertação de Mestrado em Letras).

MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, L.D.B. (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994.

MORI, A. C. *Os desafios da pesquisa em línguas indígenas no Brasil*. CELCAM-IEL/UNICAMP, 2010.

MURANO, E. Línguas à beira da extinção. *Revista da Língua Portuguesa*, ano 3, n 43. São Paulo: Segmentos, 2009, p. 24-25.

NEGRITUDE 2, Jornal. Maria das Dores de Oliveira. Disponível em: <http://jornalnegrITUDE.blog.terra.com.br/files/2009/11/jornal-negrITUDE56.pdf> Acesso em 25/05/2010.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I.G.V. (Org). *Gramática do Português Falado IV – Desenvolvimentos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. O funcionalismo em linguística. In: \_\_\_\_\_. *A Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.15-37.

\_\_\_\_\_. *Guia de usos do Português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

NIDA, E. A. *Costumes e culturas: uma introdução à antropologia missionária*. Trad. Barbara Burns, Décio de Azevedo e Paulo Barbero F. de Carminati. 3. ed. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1985.

NIMUENDAJÚ, C. A respeito dos índios Kukura do Rio verde (Brasil) [A propós des Indiens Kukura du Rio Verde- Brésil- Tradução de Flávia Paula Carvalho]. *Terra Indígena*, Centro de Estudos Indígenas, UNESP, Araraquara, Ano VIII, nº 58, p. 52-54, jan/mar 1991[1931].

NOVA EM FOLHA. Tronco Macrô-Jê. In: *Árvores das línguas do Brasil*. Disponível em <http://treinamento.folhasp.com.br/linguasdobrasil/arvores.htm>. Acesso em: 09 de maio de 2011.

OLIVEIRA, M. das D. *Ofayé, a língua do povo do mel: fonologia e gramática*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2006.

PAYNE, Thomas. *Describing Morphosyntax. A guide for field linguists*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PONTES, E. S. L. Sujeito da sintaxe ao discurso. São Paulo: Ática- Série Ensaios 125, 1986.

PORTINER, P. *Modality*. Oxford University Press. 2009.

RIBEIRO, D. Notícia dos Ofaié-Chavante. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série., v. V., São Paulo. 1951.

RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 512p.

RODRIGUES, A. F. O povo ofayé. *Terra Indígena*. Centro de Estudos Indígenas, UNESP, Araraquara, Ano VIII, nº 58, p.29-38, jan/mar 1991.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras - para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

\_\_\_\_\_. *Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas*. *D.E.L.T.A.*, n. 9, 1993.

\_\_\_\_\_. Flexão relacional do tronco linguístico Macro-Jê. *Boletim da ABRALIN*, n. 25, 2000. p. 219-231.

\_\_\_\_\_. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, n. 57, v. 2, 2005.

RODRIGUES, P. O gerúndio e os verbos de percepção visual no português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, n. 32, 2003.

SAMARIN, W. J. *Field linguistics: a guide to linguistics field work*. Holt, Rinehart and Winston. New York, 1967.

SANTOS, D. Perception verbs in English and Portuguese. **In:** Johansson, Stig and Signe Oksefjell (ed.). *Corpora and Crosslinguistic Research: Theory, Method, and Case Studies*. Amsterdam: Rodopi, pp. 319-342, 1998.

SCHACHTER, P. *Parts-of-speech systems*. T. Shopen (ed) Vol.1: 3-61. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SCHADEN, E. Aculturação no Plano linguístico. **In:** *Aculturação Indígena: Ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos indígenas em contacto com o mundo dos brancos*. USP: SP, 1969.

SEKI, Lucy. Kamaiurá (Tupi-Guarani) as an active-stative language. **In:** PAYNE, Doris L. (ed.), *Amazonian linguistics: Studies in lowland South American languages*. Austin: University of Texas Press, 1990, p. , 367-91

\_\_\_\_\_. A linguística indígena no Brasil. *D.E.L.T.A.*, Vol. 15, N.º ESPECIAL, 1999, p. 257-290.

\_\_\_\_\_. *Línguas Indígenas do Brasil no limiar do século XXI*. Piracicaba: UNIMEP, 2000, p. 233-256.

SHOPEN, T. (org) *Language Typology and Syntactic Description*, v. I, II e III. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.

SILVA, L. H. T. da. 2002. Descrição fonológica do sistema vocálico da língua Ofayé. Interatividade *Revista Multidisciplinar de Pesquisas e Estudos Acadêmicos*. 2.1.100-114. Andradina, SP: Faculdades Integradas Rui Barbosa [ISSN 1676-0816].

SOUZA, M. C. O povo Ofaié: uma abordagem linguística. *Terra Indígena*. Araraquara : Centro de Estudos Indígenas, FCL/UNESP, Ano VIII., nº 58, Jan-Mar. 1991.

TALMY, L. Lexicalization Patterns: Semantic Structure in Lexical Forms In: SHOPEN, T. (Org.). *Language Typology and Syntactic Description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. P.57-149.

TEIXEIRA, Raquel F. A. As línguas indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (orgs.). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 292-311.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Minas Gerais: EDUFU, 2006.

UNESCO 2009. UNESCO Interactive Atlas of the World's Language in Danger. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/indangermentlanguages/atlas>> Acesso em: 08 de maio de 2011.

VALENZUELA, Pilar M. *Basic verb types and argument structures in Shipibo-Conibo*. Oregon, 1997. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Departamento de Linguística, University of Oregon.

VENDRAME, V. A evidencialidade em construções complexas. *Estudos linguísticos*, 2005.

\_\_\_\_\_. Predicados de atitude proposicional como marcadores de evidencialidade. *Estudos linguísticos*, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. Tese de doutorado. São José do Rio Preto: IBILCE, 2010.

WHALEY, L. J. Determining Basic Constituent Order. In: \_\_\_\_\_. *Introduction to typology: the unit and diversity the language*. Thousand oaks, California, 1997, p.96-107.

## ANEXOS

Fonte do Alfabeto fonético Internacional –IPA: Sil Doulos -IPA  
Disponível para download em <[http://scripts.sil.org/DoulosSIL\\_download](http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download)> Acesso em: março  
de 2011.